

PATRÍCIA MARA DA SILVA

O senhor dos anéis –
A tradutora na obra traduzida

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual
Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para a
obtenção do título de Mestre em Estudos Lingüísticos
(Área de Concentração: Lingüística Aplicada)

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Carneiro Rodrigues.

São José do Rio Preto
2005

Silva, Patrícia Mara da.

O senhor dos anéis: a tradutora na obra traduzida / Patrícia Mara da Silva – São José do Rio Preto: [s.n.], 2005
143 f. ; 30 cm.

Orientador: Cristina Carneiro Rodrigues
Dissertação (mestrado) – UNESP – Universidade Estadual Paulista.
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Tradução e interpretação. 2. O senhor dos anéis – Tradução.
3. Desconstrução. 4. Singularidade (Linguística). 5. Resíduo
(Linguística). 6. Pós-estruturalismo. I. Rodrigues, Cristina Carneiro. II.
Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e
Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'25

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Cristina Carneiro Rodrigues – Orientadora

Prof. Dr. Álvaro Luiz Hattner

Profa. Dra. Lenita Maria Rímoli Esteves

Suplentes

Profa. Dra. Cláudia Zavaglia

Profa. Dra. Leila Cristina de Mello Darin

À minha família
e a meus amigos, que, juntos,
compõem a base duradoura de tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

Nada construo sozinha. Assim, agradeço:

à Profa. Dra. Cristina Carneiro Rodrigues, pelo apoio e pela generosidade com que sempre me ajudou a refletir sobre a tradução, e também pelo carinho e pela paciência a mim dispensados durante os anos de trabalho juntas;

ao Prof. Dr. Álvaro Luiz Hattnher pela leitura cuidadosa e pelas sugestões valiosas por ocasião do exame de qualificação e da defesa da dissertação, além do material emprestado, a atenção e a constante disposição em auxiliar no que fosse necessário;

à Profa. Dra. Cláudia Zavaglia pela leitura minuciosa e pela sugestões muito proveitosas por ocasião do exame de qualificação;

à Profa. Dra. Lenita Maria Rímoli Esteves pela atenção, pelo empréstimo de material, pela leitura e debate do trabalho por ocasião do IV SELin – Seminário de Estudos Lingüísticos e pelas valiosas sugestões por ocasião da defesa da dissertação;

à Profa. Dra. Maria Paula Frota pelo empréstimo de material;

a todos os meus professores do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas pela atenção e formação teórica, em especial à Profa. Dra. Anna Flora Brunelli, pelo carinho sempre dispensado a mim e pela leitura do projeto de pesquisa antes do processo seletivo, e à Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher, pela leitura do projeto de pesquisa e pelas observações muito proveitosas recebidas naquela ocasião;

aos amigos e colegas de estudo, em especial a Tatiana Helena Carvalho Rios, Lauro Maia Amorim e Priscila Ferro Rici, pelas conversas, indicações de leitura, trocas de experiências e pela companhia;

a Silvia e Nivaldo, por me ensinarem a vencer os obstáculos e a persistir sempre, por mais difícil que pareça o caminho a ser trilhado, e a Maila, por me entender e me ajudar como apenas uma irmã pode fazê-lo;

a Dênis, Poliana e Eliane, pela amizade e pela compreensão inabaláveis, sempre a meu lado quando preciso;

a Edson, pela paciência, pelo amor e pela ajuda, que sempre foram fundamentais para a realização deste trabalho e para minha vida;

à Capes, pelo apoio financeiro.

Talvez tenha chegado a hora de se começar a fazer uma análise da tradução no Brasil que leve em conta de forma mais sistemática a situação, a atuação e o modo de pensar do tradutor como indivíduo inserido num contexto psicossocial que sem dúvida influi na sua prática e nas suas interações com o mercado. Esse seria apenas mais um caminho de se chegar à teorização, porém um caminho que me parece bastante enriquecedor.

Ivone Castilho Benedetti,
Conversas com tradutores (2003, p. 25)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 10
CAPÍTULO 1: A DESCONSTRUÇÃO, O RESÍDUO E A SINGULARIDADE..	p. 15
A desconstrução.....	p. 15
O resíduo.....	p. 20
A singularidade.....	p. 34
O resíduo singular.....	p. 40
CAPÍTULO 2: ANÁLISE DAS AFIRMAÇÕES DE LENITA ESTEVES.....	p. 48
A fidelidade.....	p. 49
Os textos que constituem o texto.....	p. 56
A verdade, fruto da interpretação do sujeito.....	p. 66
A ilusão do “um-sentido” como necessidade para a significação.....	p. 69
A impossibilidade de se alcançar a origem.....	p. 73
A atribuição de sentidos como condição para a tradução.....	p. 77
Como se dá a atribuição de sentidos.....	p. 82
Alguns fatores que determinam a atribuição de sentidos.....	p. 84
CAPÍTULO 3: A TRADUTORA NA TRADUÇÃO – Análise do <i>corpus</i>	p. 91
Antropônimos e topônimos em <i>O senhor dos anéis</i>	p. 93
A tradução dos nomes.....	p. 103
Resíduos singulares.....	p. 109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 137

RESUMO

Para realizar a tradução, o tradutor lê o texto que se propõe a traduzir, interpretando-o segundo fatores que são de naturezas diversas. Essa interpretação guiará todo o trabalho de escritura desse texto na língua para a qual será traduzido e será fruto da forma como o tradutor concebe o mundo, forma esta que está inevitavelmente ligada aos fatores que o constituem como sujeito: as crenças e valores da sociedade e da época em que vive, além de sua experiência de vida, suas crenças e valores. Assim, determinado por todos esses fatores, o tradutor escreve-se, inevitavelmente, no texto que produz e essa inscrição constitui o tema principal desta pesquisa.

Fundamentando-se na desconstrução promovida por Jacques Derrida, no resíduo, relacionado à tradução por Lawrence Venuti e na singularidade, proposta por Maria Paula Frota, o objetivo geral deste trabalho é estudar as inscrições do tradutor na tradução, analisando-as sob o ponto de vista teórico e apresentando também a perspectiva da tradutora Lenita Maria Rímoli Esteves sobre sua prática, já que esta, não sendo mais considerada “invisível”, é vista como parte determinante da tradução. Além disso, busco verificar de que forma essas inscrições são perceptíveis em um de seus trabalhos, a tradução do livro *The lord of the rings*, obra do escritor John Ronald Reuel Tolkien, traduzida por Esteves para o português com o título de *O senhor dos anéis*.

ABSTRACT

In order to translate a text, the translator reads and interprets it according to different factors. This interpretation guides all the writing work of the text into the language it will be translated. In addition, the interpretation will be the result of the translator's world conception, which is inevitably associated with the factors that constitute him as a subject: the beliefs and values of the society and the time in which he/she lives, and his/her own life experience, beliefs and values. So, under the influence of these factors, the translator writes him/herself in the text produced and this inscription is the main topic of this research.

Based on Jacques Derrida's deconstruction, on the remainder (linked with translation by Lawrence Venuti) and on Maria Paula Frota's singularity, the aim of this work is to study the translator's inscriptions on his/her work. These inscriptions will be analyzed from the theory point of view and I will also present the ideas of the translator Maria Lenita Rímoli Esteves about her practice, which are important because the translator is not considered to be "invisible" anymore, but a part of the translation process. Furthermore, I intend to verify the way in which these inscriptions are perceived in one of her works, a Portuguese translation of *The lord of the rings*, by John Ronald Ruel Tolkien.

INTRODUÇÃO

Desde há muito tempo, a tradução existe e é praticada, fruto de uma necessidade de comunicação entre povos que falavam línguas distintas. Como lembram Delisle e Woodsworth, “as pessoas têm traduzido desde época imemorial. [...] Desde que os primeiros homens utilizaram a escrita, os tradutores têm construído pontes entre nações, raças, culturas e continentes” (1998, p. 9). No entanto, a literatura sobre tradução começou a expandir-se consideravelmente somente a partir de meados do século passado.

Durante essa expansão, muitos teóricos estudaram a tradução em seus mais diversos aspectos, e muitos desses estudos têm como base a abordagem estruturalista da linguagem, ou seja, examinam o processo de tradução, procurando estabelecer métodos para a sua realização, como fazem Vinay e Darbelnet (apud BASTIANETO, 1996), ou dedicam-se à análise e à apreciação de traduções, descrevendo e quantificando dados a partir da comparação da tradução com seu respectivo “original”, como faz Francis H. Aubert (1984).

A abordagem pós-estruturalista também tem um lugar nos estudos referentes à tradução. Uma importante vertente pós-estruturalista é a desconstrução proposta por Jacques Derrida, segundo o qual a tradução é “uma transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro” (2001, p. 26).

Para a desconstrução, a tradução é uma interpretação e, como tal, manifesta características de seu produtor. Para realizar a tradução, o tradutor, lê o texto que se propõe a traduzir, interpretando-o segundo fatores que, como pretendo discutir neste trabalho, são de naturezas diversas. Essa interpretação guiará todo o trabalho de escritura desse texto na língua para a qual será traduzido e será fruto da forma como o tradutor concebe o mundo, forma esta que está inevitavelmente ligada aos fatores que o constituem como sujeito: as crenças e valores da sociedade e da época em que vive, além de sua experiência de vida, suas crenças e valores. Como afirma Ivone Castilho Benedetti,

o tradutor é um ser social que, através de suas opções lexicais, sintáticas, estilísticas, nunca deixa de mostrar as suas opções pessoais, compartilhadas por seu grupo social, ditadas por sua vivência: o todo psíquico é sempre uma mescla complexa de fatores de várias naturezas. (2003, p. 28)

Dessa forma, o tradutor escreve-se, inevitavelmente, no texto que produz, quer queira, quer não. É exatamente essa inscrição que constitui o tema principal desta pesquisa. O verbo “escrever” é utilizado no trabalho em sua forma reflexiva (escrever-se) para marcar essa inscrição do tradutor no texto, já que o tradutor não apenas escreve uma tradução, um texto, mas também, ao mesmo tempo e em um mesmo movimento, escreve-se na tradução.

As concepções desconstrutivistas da tradução fundamentarão, de uma maneira geral, este trabalho de pesquisa. Ademais, outras duas noções fazem parte da fundamentação teórica do trabalho: o “resíduo”, proposto por Jean-Jacques Lecercle em *The Violence of Language* (1990) e utilizado por Lawrence Venuti em *Escândalos da tradução* (2002); e a “singularidade”, trazida para a área da tradução por Maria Paula Frota em seu livro *A singularidade na escrita tradutora* (2000). O resíduo e singularidade dizem respeito aos fatores que determinam a

forma como o tradutor escreve-se no texto e todo o processo de realização de seu trabalho.

Partindo dessa base teórica, o objetivo geral deste trabalho é estudar as inscrições inevitáveis do tradutor na tradução, analisando-as sob o ponto de vista teórico e apresentando também a perspectiva do tradutor, já que este, não sendo mais considerado “invisível”, é visto como parte determinante da tradução. Considero que suas concepções sobre a sua prática devem, portanto, ser levadas em consideração, já que elas também guiam e influenciam todo o processo de tradução.

Além disso, procuro identificar, na tradução, algumas dessas possíveis inscrições. Com isso, busco promover uma aproximação entre a reflexão teórica sobre tradução e a prática efetiva dos tradutores. Considero, como Benedetti, que essa aproximação “dev[a] passar obrigatoriamente, entre outras coisas, pela consideração do sujeito da tradução, o tradutor, [...] dando-se atenção àquilo que ele pensa sobre si mesmo e sobre o seu fazer” (2003, p. 26).

Assim, objetiva-se, mais especificamente, refletir teoricamente sobre os fatores que determinam as inscrições do tradutor na tradução, como o contexto social, histórico, cultural, e seu inconsciente. Para analisar o ponto de vista do tradutor sobre a sua prática, apresento e estudo as concepções teóricas e práticas da tradutora Lenita Maria Rímoli Esteves sobre tradução e em que medida ela demonstra saber que se escreve no texto que traduz/escreve.

Além disso, busco verificar de que forma essas inscrições são perceptíveis em um de seus trabalhos, a tradução do livro que servirá de *corpus* para a

pesquisa, uma das obras mais famosas do escritor John Ronald Reuel Tolkien, *The lord of the rings*, traduzida para o português com o título de *O senhor dos anéis*. Essa obra é constituída, em sua maior parte, de prosa, sendo apenas uma pequena parte (referente principalmente a canções) escrita em verso. É importante ressaltar que se pretende trabalhar apenas com o texto em prosa do livro, já que os versos foram traduzidos por Almiro Pisetta.

Para atingir os objetivos propostos, apresento, no primeiro capítulo, uma breve explanação da desconstrução iniciada por Jacques Derrida e reflito sobre alguns dos fatores que determinam as escolhas do tradutor ao traduzir e que fazem com que ele, inevitavelmente, escreva-se no texto que traduz. Para isso, introduzo as noções de “resíduo” e de “singularidade”. Em seguida, busco articular essas duas idéias para que disponha de uma base a partir da qual será possível refletir sobre os fatores que determinam as escolhas do tradutor ao empreender seu complexo trabalho.

No segundo capítulo, que aborda principalmente o sujeito da tradução, apresento e analiso criticamente algumas concepções tradutórias, teóricas e práticas, de Esteves, procurando verificar em que medida a tradutora demonstra saber que se escreve no texto produzido por ela e refletindo sobre as conseqüências desse saber. Para isso, parto de afirmações e comentários retirados de entrevistas fornecidas por ela à imprensa e de trabalhos teóricos de sua autoria, entre eles sua dissertação de mestrado, intitulada “*As bruxas de Macbeth no ‘original’ e em quatro traduções brasileiras: a inquisição das diferenças*” (1992) e sua tese de doutorado: “*A (im)possível tradução de Finnegans Wake: uma*

investigação psicanalítica” (1999). Além disso, exponho também meu ponto de vista e minhas concepções teóricas sobre cada um dos pontos trazidos à discussão.

No terceiro capítulo, para proceder à análise do *corpus*, confronto trechos específicos do original com a tradução de Esteves, buscando identificar possíveis inscrições em seu trabalho e explicitando as razões pelas quais assim as considero. Além disso, também comparo a tradução de Esteves de alguns antropônimos e topônimos com as orientações fornecidas por Tolkien no texto “Guide to the Names in *The Lord of the Rings*” (1980) para a realização da tradução desses nomes, procurando analisar até que ponto as orientações de Tolkien influenciaram as escolhas tradutórias de Esteves.

Capítulo 1 –

A DESCONSTRUÇÃO, O RESÍDUO E A SINGULARIDADE

Este primeiro capítulo se destina à apresentação da base teórica deste trabalho. Primeiramente, apresento uma sucinta explanação da desconstrução proposta por Jacques Derrida, que será a fundamentação teórica geral para todo o trabalho. Em seguida, exponho o resíduo e a singularidade, duas noções que possibilitam a melhor compreensão dos fatores e elementos que determinam as escolhas que o tradutor realiza durante seu trabalho e que permitem a análise da maneira pela qual ele se escreve na tradução.

Num terceiro momento, depois de explicadas e problematizadas essas duas noções, associo-as em uma terceira noção, denominada “resíduo singular”, que proporcionará, por fim, uma base mais abrangente a partir da qual será possível refletir sobre a inscrição inevitável do tradutor na tradução.

A DESCONSTRUÇÃO

A desconstrução problematiza conceitos tidos como canônicos e aceitos como verdadeiros, sejam eles lingüísticos, filosóficos, metafísicos, etc., mas não objetiva, com seus questionamentos, o estabelecimento de outros conceitos que

substituam os anteriores e passem, por sua vez, a serem considerados como verdadeiros.

Assim, a desconstrução não constitui uma teoria e não busca formular hipóteses e definir regras e métodos para se fazer o que quer que seja. Por isso, a própria desconstrução não se presta a uma definição e tentar fazê-lo é uma tarefa bastante complexa. O próprio Derrida explica que essa dificuldade

deve-se ao fato de que todos os predicados, todos os conceitos definidores, todas as significações lexicais, e mesmo as articulações sintáticas que parecem um momento se prestar a essa definição [...] são também desconstruídas ou desconstruíveis, diretamente ou não. (1998, p. 23)

O melhor seria, como sugere Derrida, perguntar: “o que a desconstrução não é?” (p. 19) Segundo ele, a desconstrução não é uma análise, não é uma crítica, nem um método, tampouco uma teoria ou um conjunto de regras; como esclarecem Kanavillil Rajagopalan e Rosemary Arrojo, “apresentar ‘*desconstrução*’ como se ela fosse um método, um sistema, ou um conjunto de idéias pronto e acabado seria falsear a sua natureza e abrir caminho para ser censurado por um equívoco de redução” (1992, p. 26).

Uma conclusão bastante comum e apressada a que muitos estudiosos e tradutores chegam em relação às reflexões desconstrutivistas diz respeito a “seu pretensão relativismo e indeterminação, idéia que não resiste a uma leitura medianamente respeitosa dos textos derridianos” (LIMA; SISCAR, 2000, p. 100). Em outras palavras, diz-se que a desconstrução prega o “vale tudo”, o que, como pretendo discutir a partir desse momento, não procede.

De acordo com as reflexões promovidas pela desconstrução, a verdade não existe por si mesma, mas é criada pelo sujeito; o texto não é estável, mas múltiplo, e não guarda em si significados, sendo esses construídos pelo leitor; no que diz respeito à tradução, para a desconstrução o tradutor não pode resgatar os significados do original e transportá-los para outra língua e não há como garantir que se entenderá aquilo que se quer dizer (quando se fala ou escreve). Frente a essas concepções, chega-se apressadamente à conclusão de que, se é assim, então tudo é possível: qualquer leitura, qualquer tradução, qualquer entendimento, e o tradutor não precisa mais se preocupar se está sendo fiel, ético ou correto.

Esse tipo de conclusão simplista gera afirmações de que a desconstrução é radical, irreal e impraticável, como na seguinte declaração de Paulo Henriques Britto:

no campo da teoria de tradução atual há alguns posicionamentos teóricos que são *francamente irrealis*, e que *não parecem resistir à prova dos nove da aplicação à prática*. Refiro-me em particular a algumas *teorias radicais* que surgem no campo da desconstrução e do feminismo. Por exemplo, alguns teóricos sustentam que a noção de original em tradução é um simples mito, e que o tradutor literário deveria ter o mesmo *status* que o autor do suposto “original” (palavra que eles sempre colocam entre aspas); a posição secundária da tradução em relação ao original seria uma decorrência do capitalismo, do machismo, do logocentrismo, da opressão das culturas européias sobre as periféricas, etc. (2003, p. 92-93, grifos meus)

Nessa passagem, o tradutor mostra não partilhar das idéias suscitadas pela desconstrução, considerando-a “francamente irreal”, uma “teoria radical” e que não “resiste à prova dos nove da aplicação à prática”. Além disso, Britto reúne várias questões indiferenciadamente e não parece se deter nessas questões que são muito mais complexas do que podem parecer num primeiro momento: a noção de

texto original, o status do tradutor, a posição secundária da tradução e suas possíveis causas, entre outras.

Esteves, em sua dissertação de mestrado, afirma que “o fato de aceitarmos a transitoriedade de traduções e de leituras, assim como a nossa própria transitoriedade como seres humanos no mundo, não implica necessariamente o caos” (1992, p. 46). Dizer que a verdade e os significados são construções do sujeito-leitor e que o texto é uma infinidade de possibilidades, não significa que não há coerções que determinem as construções e leituras e mantenham uma certa ordem necessária para as relações humanas. Como lembram Lima e Siscar,

aquilo que comumente chamamos de desconstrução não é uma lógica da inversão, da subversão, no sentido de negação da ordem. Ela é, mais exatamente, um questionamento da hierarquia, um questionamento da oposição que subordina e que pretende excluir aquilo que, na verdade, continua a fazer parte de um sistema. (2000, p. 101)

Não se pretende dar primazia aos subordinados e os tornar subordinantes, mas sim reconhecê-los naquilo de que sempre fizeram parte. Dessa forma, a desconstrução busca o reconhecimento do sujeito-leitor na produção dos sentidos e na constituição do texto, mas não prega a morte do autor, apenas desconstrói o poder tradicionalmente atribuído a ele, e não eleva o leitor ao posto de um soberano pleno de poderes para inventar os sentidos e textos livremente como quiser. Assim,

não há na desconstrução [...] o preceito da destruição, do parricídio que instauraria uma nova hierarquia: a do leitor. A perturbação da autoridade paterna, nesse caso, deveria levar a uma outra maneira de se conceber o sentido, em que essa ambivalência da origem fosse elevada a elemento constitutivo da produção e recepção do conhecimento. (LIMA; SISCAR, p. 103-104)

O sentido é construído na interpretação do texto realizada pelo leitor/tradutor. Essa interpretação é determinada por fatores como o contexto (social, político, histórico, cultural, ideológico, econômico, etc.) em que a leitura/tradução é realizada; as experiências vividas pelo leitor/tradutor e o seu inconsciente, que determinam como ele percebe o mundo e os conhecimentos; a concepção de fidelidade do tradutor; a idéia que ele tem do autor; as relações entre os significantes, que só são percebidos como tais enquanto se relacionam uns com os outros, já que, “o elemento fônico, o termo, a plenitude que se denomina sensível, não apareceriam como tais sem a diferença ou a oposição que lhes dão forma” (DERRIDA, 1999, p. 76), entre outros.

Além de buscar a inclusão do sujeito-leitor como parte determinante na atribuição de significados, “a desconstrução em Derrida é aquilo que interroga a idéia da paternidade do saber, que coloca em cheque a idéia do autor como sendo pessoalmente responsável pela verdade e pelo destino de seus enunciados” (LIMA; SISCAR, p. 103). Assim, o autor, como o tradutor, não controla totalmente o texto que produz e nem é o único responsável pela verdade e pelos sentidos que suas palavras poderão receber, mas isso não quer dizer que a idéia que o leitor/tradutor tem do autor, de sua época, deixe de influir sobre a constituição dos sentidos do texto.

No que diz respeito ao texto, o fato de que qualquer texto é constituído por uma multiplicidade de textos diferentes, e que por esse motivo não se pode definir exatamente os limites que os circunscrevem, não significa que esses limites não possam ser definidos provisoriamente em cada leitura. Como explica Derrida,

o texto, então, transborda, mas sem [...] afogar [os limites] em uma homogeneidade indiferenciada, complicando-os ao contrário [...]. Não se trataria de estender a noção tranquilizadora do texto a todo um fora-do-texto e de transformar o mundo em biblioteca apagando todos os seus limites, todas as *arestas* [...], mas, ao contrário de reelaborar completamente o dito “sistema-teóricos-e-prático” dessas margens. (2003, p. 23)

Dessa forma, o que importa para a desconstrução não é destruir os limites do texto, o autor, as verdades, levando a uma homogeneidade indiferenciada, mas promover uma revisão desses conceitos aparentemente estáveis e sob controle, de forma a incluir nos “sistemas-teóricos-e-práticos” os elementos que há muito foram deixados de fora em nome da cientificidade e objetividade desses sistemas.

Explicados os principais pontos da desconstrução que orientarão este trabalho, retomarei a desconstrução mais adiante, no segundo capítulo, durante a análise das afirmações de Esteves, e apresentarei mais algumas reflexões dessa vertente no que diz respeito à tradução. Passo agora a apresentar a noção de resíduo.

O RESÍDUO

O “conceito” de resíduo foi apresentado inicialmente por Jean-Jacques Lecercle, em seu livro *The violence of language* (1990), fundamentando a discussão de questões relativas à linguagem em geral. Posteriormente, o resíduo foi retomado em *Escândalos da tradução* (2002) por Lawrence Venuti, que o relacionou a uma área específica da linguagem, a da tradução. É o trabalho deste

último que pretendo discutir aqui, ou seja, tratarei do resíduo relacionado à tradução, de suas implicações e efeitos para a questão da tradução.

Em seu livro, Venuti discute os diversos fatores (culturais, políticos e econômicos) que contribuem para a situação de marginalidade da tradução: o tratamento recebido pela lingüística, a noção predominante de autoria, a questão dos direitos autorais, a maneira como a tradução é tratada dentro das instituições de ensino e pelas práticas filosóficas, e o seu baixo valor econômico. Segundo o autor,

a tradução é tratada de forma tão desvantajosa em parte porque propicia revelações que questionam a autoridade de valores culturais e instituições dominantes. E como todo desafio às reputações estabelecidas, ela provoca seus esforços para controlar danos, suas diversas funções policiais, todas com o objetivo de escorar os valores e as instituições questionados, mistificando os usos que fazem da tradução. (2002, p. 10)

Além disso, como nos mostra Venuti, o fazer tradutório pode produzir efeitos importantes em termos de relações políticas e econômicas internacionais, o mais importante deles, como ressalta o autor, é a formação de identidades culturais, já que “a tradução exerce um poder enorme na construção de representações de culturas estrangeiras” (p. 130) e nacionais e, “a longo prazo, a tradução penetra nas relações geopolíticas ao estabelecer as bases culturais da diplomacia, reforçando alianças, antagonismos e hegemonias entre nações” (p. 130).

Venuti apresenta os “escândalos” que dão nome ao livro e deixa claro que a identificação desses escândalos realizou-se a partir de “uma ética que reconhece e procura remediar as assimetrias no ato tradutório, uma teoria de métodos bons e

ruins para praticar e estudar a tradução” (p. 19). Caso seguida pelos tradutores, essa ética, essa teoria, faria com que a tradução fosse vista e reconhecida como uma prática digna de ser estudada com mais atenção e respeito, e faria, conseqüentemente, com que os próprios tradutores fossem reconhecidos como profissionais e fossem remunerados de forma justa pelo seu trabalho.

Essa “teoria de métodos bons e ruins” é constituída, entre outros elementos, pelo resíduo, um dos focos principais deste trabalho. No primeiro capítulo de seu livro, intitulado “Heterogeneidade”, Venuti discute e critica a influência da concepção lingüística da língua sobre a tradução, apresentando-nos, assim, o primeiro escândalo da tradução. Venuti parte do pressuposto de que “a língua nunca é simplesmente um instrumento de comunicação, empregado por um indivíduo de acordo com um sistema de regras” (p. 24), ou seja, coloca-se numa posição diametralmente oposta à da lingüística estruturalista, que, segundo o autor, trata a língua exatamente dessa forma (p. 46). Para Venuti

a língua é um contínuo de dialetos, registros, estilos e discursos, dispostos numa hierarquia, e desenvolvendo-se em diferentes velocidades e de diferentes maneiras. A tradução, como qualquer uso da língua, é uma seleção acompanhada por exclusões, uma intervenção nas disputas das línguas que constituem qualquer conjuntura histórica. (p. 61)

Dessa forma, a língua não seria um mero instrumento neutro de comunicação, mas um lugar de relações de poder, pois há em cada língua uma forma padrão, um dialeto que é considerado social, econômica e culturalmente superior aos outros dialetos existentes dentro da mesma língua, mas que, no entanto, não está isento das variações e influências dos dialetos tidos como inferiores. Como explica Venuti, “qualquer uso da língua é, dessa maneira, um

lugar de relações de poder, uma vez que uma língua, em qualquer momento histórico, é uma conjuntura específica de uma forma maior dominando variáveis menores” (p. 24). Quando essas “variáveis menores” subvertem a “forma maior”, tornando-se visíveis nos textos traduzidos, ocorre o resíduo.

Segundo Venuti, “o resíduo subverte a forma maior revelando-a como social e historicamente situada” (p. 25), despindo-a de sua aparência imparcial e deixando visíveis as marcas do tempo em que foi produzido o texto, da situação social e econômica de seu produtor e também da cultura de que ele faz parte. Ademais, “o resíduo, a possibilidade de variação em qualquer conjuntura lingüística, significa que o tradutor trabalha numa relação assimétrica, sempre cooperando mais com a cultura doméstica do que com a cultura estrangeira e, em geral, com uma entre outras comunidades” (VENUTI, p. 48). A comunidade geralmente privilegiada é a dominante, aquela que fala o dialeto considerado padrão, a mais poderosa e influente na sociedade doméstica.

Assim sendo, de uma forma bastante simplificada, o processo de tradução ocorreria da seguinte maneira: o tradutor, frente à tarefa de traduzir um texto, levaria em consideração os objetivos que aquela determinada tradução deve atingir e faria suas escolhas tradutórias, podendo privilegiar o dialeto padrão ou um dos dialetos marginais/não-padrão, dependendo dos efeitos que pretende produzir e dos objetivos que busca alcançar com sua tradução. Um tradutor que compartilhasse das idéias de Venuti, por exemplo, deveria privilegiar dialetos marginais, introduzindo a diferença, a heterogeneidade, no dialeto padrão. Como

ele mesmo explica, é preciso manifestar a estrangeiridade do texto estrangeiro e essa manifestação se dá com a liberação do resíduo:

A boa tradução é desmitificadora: manifesta em sua própria língua a estrangeiridade do texto estrangeiro. (Berman, 1985, p. 89). Essa manifestação pode ocorrer por meio da seleção de um texto cuja forma e tema desviam-se dos cânones literários domésticos. Mas sua ocorrência mais decisiva depende de introduzir variações que alienam a língua doméstica e, visto que são domésticas, revelam a tradução como sendo de fato uma tradução, distinta do texto que ela substitui. (p. 27-28)

O resíduo, a utilização de variações que alienam o dialeto padrão, que o tornam estranho a si mesmo, supostamente causaria no leitor um estranhamento e faria com que ele percebesse que o texto não foi originalmente escrito em sua língua. Dessa forma, causando esse estranhamento, marcando essa heterogeneidade dentro da própria língua, o resíduo chamaria a atenção do leitor para o fato da estrangeiridade do texto estrangeiro. Fazendo o leitor perceber que o texto que lê provém de um outro país, de uma outra língua, o resíduo evidenciaria a tradução, contribuindo para o seu reconhecimento enquanto tal e sua conseqüente valorização, já que, para Venuti, a tradução não é valorizada, entre outras coisas, porque não é reconhecida, ou seja, se os leitores passarem a perceber que aquilo que lêem são traduções, eles passarão a ver sua importância e a valorizá-la.

Conforme esclarece Venuti,

a questão central é [...] utilizar um número de elementos minoritários pelo qual “se inventa uma formação específica, inédita, autônoma” (Deleuze e Guattari, 1987, p. 106). Essa ética da tradução não impede a assimilação do texto estrangeiro, mas objetiva ressaltar a existência autônoma daquele texto por trás (no entanto, por meio) do processo assimilativo da tradução. (p. 28)

Desse modo, a tradução não deixaria de assimilar o texto estrangeiro à língua para a qual se está traduzindo, mas, com a liberação do resíduo, revelaria a existência desse texto estrangeiro por trás dela.

O autor propõe, assim, que os tradutores façam uso estratégico de elementos minorizantes (p. 29) em seu trabalho¹ e, desse modo, façam com que a tradução seja visível, deixando de ser vista pelos leitores como algo escrito originalmente na língua de chegada, ou seja, como se não fosse um texto traduzido; isso alteraria os padrões de leitura e faria com que a tradução deixasse de ser vista como algo desprazeroso e menor. Como o próprio autor explica, “o objetivo é, basicamente, alterar os padrões de leitura, forçando a um reconhecimento que não seja desprazeroso da tradução entre as comunidades que, apesar de possuírem valores culturais diferentes, compartilham, contudo, de uma antiga resistência em reconhecê-la” (p. 30).

Um exemplo dessa resistência em reconhecer as diferenças culturais é o que aconteceu com o livro *Harry Potter and the Philosopher's Stone* (*Harry Potter e a Pedra Filosofal*), de Joanne Kathleen Rowling, escritora inglesa, ao chegar aos Estados Unidos: a editora americana, a Scholastic Press, fez uma tradução do livro para o inglês americano, substituindo termos característicos do inglês britânico por seus “equivalentes” no inglês americano (como “*lorry*” por

¹ Os elementos a que Venuti denomina “minorizantes” são elementos (palavras, expressões, construções sintáticas, etc.) provenientes dos dialetos não-padrão da língua para a qual se está traduzindo. Como ele mesmo explica, “um tradutor minorizante pode utilizar-se da língua convencional da cultura popular, ‘a fala dos comediantes, dos locutores de rádios, dos DJs’ (Lecerle, 1988, p. 37)” (p. 30). Dessa forma, Venuti pretende marcar a existência do texto estrangeiro por trás da tradução por meio da utilização não de elementos da língua estrangeira, mas por meio de elementos próprios, porém marginais, da língua da tradução. Assim, conforme argumento mais adiante (p. 28), Venuti estabelece uma relação um tanto quanto problemática entre as variações dialetais de uma mesma língua e as diferenças entre duas línguas distintas, que supostamente seriam percebidas por meio da tradução que se utilize do resíduo.

“*truck*”, por exemplo, “caminhão” em português). Além disso, o próprio título do livro foi alterado para *Harry Potter and the Sorcerer’s Stone* (*Harry Potter e a Pedra do Feiticeiro*), mudança que faz com que a referência à pedra filosofal seja perdida. Como afirma Michael Quinion no *site World Wide Words*, essas alterações “tendem a ocultar o cenário britânico do livro” (2004).²

Além de alterar os padrões de leitura e contribuir para o reconhecimento de diferenças culturais, desenvolvendo estratégias tradutórias que liberem o resíduo, os tradutores poderiam formar identidades culturais críticas, provocar mudanças nos cânones literários, restaurando “literaturas excluídas pelo dialeto padrão” (VENUTI, p. 26), mudanças nas instituições sociais, na ideologia e poderiam, inclusive, abalar o domínio do inglês sobre as outras línguas, objetivo que parece ser de extrema importância para Venuti. Segundo ele, os tradutores de língua inglesa, ou seja, aqueles que traduzem de outras línguas para a língua inglesa, poderiam abalar o domínio do inglês sendo estratégicos “tanto na seleção de textos estrangeiros quanto no desenvolvimento de discursos para traduzi-los” (p. 26); ademais,

para compensar a hegemonia global da língua inglesa, para questionar os valores culturais e políticos americanos, para evocar o estrangeirismo do texto estrangeiro, um tradutor americano não deve ser cooperativo, mas desafiador, não simplesmente comunicativo, mas também provocador. (p. 49)

À tradução que evidencia o resíduo Venuti denomina “tradução minorizante”, cujo principal objetivo é “nunca conquistar a maioria”, nunca erguer um novo padrão ou estabelecer um novo cânone, mas, ao contrário,

² Tradução de: “they do tend to obscure the British setting of the book”. Esta e todas as outras traduções de citações de textos em inglês são minhas.

promover inovação cultural, assim como o entendimento da diferença cultural ao proliferar as variáveis dentro da língua” (p. 27). Essa tradução “minorizante” seria a forma ideal da tradução, o modo bom e correto de se traduzir. Nas palavras de Venuti: “a boa tradução é a minorização: libera o resíduo ao cultivar o discurso heterogêneo, abrindo o dialeto-padrão e os cânones literários para aquilo que é estrangeiro para eles mesmos, para o subpadrão e para o marginal” (p. 28).

Pelo que foi apresentado, pode parecer que o resíduo ocorre exclusivamente em traduções, o que não se confirma. Como explica Venuti,

pelo fato de a língua comum sempre ser uma multiplicidade de formas do passado e do presente, uma “diacronia-dentro-da-sincronia” (Lecerle, 1990, p. 201-8), um texto não pode ser mais do que “uma unidade sincrônica de elementos estruturalmente contraditórios ou heterogêneos, de padrões e discursos genéricos” (Jameson, 1981, p. 141). (p. 25-26)

Assim, é necessário observar que, embora interesse para Venuti, e também para este trabalho, apenas o resíduo na tradução, ou seja, aquele resíduo que ocorre em traduções e que evidencia as marcas do tradutor, o resíduo pode ocorrer em qualquer tipo de texto (literário, técnico, jornalístico, etc.), seja ele traduzido ou não.

Depois dessa explanação sucinta da noção de resíduo e do contexto em que ela é empregada por Venuti, pretendo retomar três pontos que, ao meu ver, precisam ser analisados de forma um pouco mais cuidadosa. O primeiro deles diz respeito à relação de causa e conseqüência que Venuti estabelece entre o resíduo e a percepção da estrangeiridade do texto estrangeiro.

Como já foi explicado, para Venuti, a liberação do resíduo, ou seja, a utilização de variações provenientes de dialetos marginais, em textos em que predomina o dialeto padrão, causaria um estranhamento no leitor e faria com que ele percebesse que o texto que lê é estrangeiro, e que foi escrito em uma outra língua e só pode ser lido por ele porque foi traduzido para sua língua. Considero essa relação um tanto quanto problemática e penso que ela não funcione necessariamente dessa forma.

Para explicar melhor esse ponto, proponho a observação de um exemplo: um tradutor brasileiro de inglês se propõe a traduzir um livro para o português e a liberar o resíduo em sua tradução. Assim, o tradutor utiliza-se, na maior parte do tempo, o dialeto considerado padrão da língua portuguesa, e utiliza, em pontos específicos, palavras e expressões de um dialeto do interior de São Paulo, ou de Minas Gerais, por exemplo. A ocorrência dessas palavras do dialeto “caipira”, ou “mineiro”, chamaria a atenção do leitor e faria com que ele percebesse que o texto é estrangeiro. Não é difícil perceber que isso não necessariamente aconteceria. O dialeto “caipira” poderia causar um estranhamento no leitor, que poderia pensar o contrário do que quer Venuti: pensaria que o livro é de autor brasileiro, e não estrangeiro. Assim, considero que essa relação entre a liberação do resíduo e a percepção da estrangeiridade do texto não seja tão direta, segura e estável como parece querer Venuti. O resíduo poderia funcionar ocasionalmente e revelar ao leitor que o texto é estrangeiro, mas, a meu ver, poderia, muitas vezes, levar o leitor a crer que o texto é nacional.

O segundo ponto em que pretendo me deter um pouco mais diz respeito ao controle sobre o resíduo. Para discuti-lo, considero de extrema importância a observação de duas passagens do livro de Venuti. Na primeira delas, ele afirma que

nenhum tradutor ou instituição que patrocina uma tradução pode ter a esperança de controlar ou mesmo ter consciência de todas as condições de sua produção. E nenhum agente de uma tradução pode ter a esperança de prever cada uma de suas conseqüências, os usos que venham a ser feitos dela, os interesses que venha a servir, os valores que venha a transmitir. Entretanto, são essas condições e conseqüências que oferecem as razões mais instigantes para a discriminação entre os interesses envolvidos no processo tradutório e na leitura de traduções. (p. 14)

Encontrada na introdução do livro, essa passagem nos mostra que o autor não acredita poder haver, por parte de quem quer que seja, total controle sobre o processo tradutório e nem sobre os efeitos produzidos pela tradução. No entanto, partindo das condições de produção das traduções e de suas possíveis conseqüências, Venuti examina os problemas relativos à tradução, revela aquilo que pensa ser os escândalos da tradução e, finalmente, pretende que os tradutores, por meio da utilização do resíduo, controlem o processo de produção das traduções, tentando, assim, fazer com que os problemas que envolvem a tradução sejam amenizados. É possível perceber isso pela seguinte passagem, em que o autor diz que os capítulos de seu livro se movem

entre as diversas línguas, culturas, períodos, disciplinas e instituições diferentes num esforço para descrever e avaliar os efeitos sociais de textos traduzidos, expandir as possibilidades para projetos de tradução, estabelecer a tradução de forma mais firme como uma área de pesquisa acadêmica, e conquistar para os tradutores uma autoridade cultural maior e um status legal mais favorável. (p. 14)

Pela leitura do livro, podemos perceber que Venuti pretende mitigar os problemas relativos à tradução exatamente por meio da intervenção no processo de produção de traduções (com a liberação do resíduo, a utilização das variáveis menores) e também no processo de leitura das traduções (com a leitura minorizante, ou seja, a leitura que busca o resíduo).

Em mais uma passagem, retirada do capítulo em que Venuti discute as práticas filosóficas, o autor afirma a falta de controle que se tem sobre a tradução, declarando que

qualquer uso da linguagem está sujeito às variações imprevisíveis do resíduo, à força coletiva das formas lingüísticas que ultrapassam qualquer controle individual e complicam os sentidos pretendidos. O resíduo tipicamente doméstico, que o processo tradutório acrescenta ao texto em língua estrangeira, intensifica essa imprevisibilidade, ultrapassando a intenção do escritor estrangeiro bem como a do tradutor. (p. 207)

Aqui o autor afirma a imprevisibilidade do resíduo e a sua resistência a qualquer controle individual. De modo geral, a leitura dessas duas passagens permite dizer que, para Venuti, a tradução, seu processo de produção e, principalmente, seus efeitos não podem ser controlados por quem quer que seja, ou, pelo menos, não podem ser totalmente controlados. O resíduo seria o principal fator que impediria esse suposto controle, dado o caráter “imprevisível” de seus efeitos. Contudo, como pôde ser visto, a despeito de todas essas afirmações, Venuti propõe uma “teoria de métodos bons e ruins para praticar e estudar a tradução” (p. 19), o que, inevitavelmente, pressupõe algum controle e, além disso, nos faz lembrar da forma como a tradução é tratada e vista pela tradição lingüística, forma inclusive, como já foi dito, criticada por ele. Examinarei

primeiro a semelhança com a tradição lingüística dos estudos da tradução e, logo em seguida, discutirei a possibilidade de controle sobre o resíduo.

As teorias fundamentadas na lingüística, buscaram formular uma teoria que formalizasse e desse conta dos problemas enfrentados pelo tradutor, ou seja, uma teoria que resolvesse esses problemas e tornasse a tradução uma prática previsível e controlada. Como explica Rosemary Arrojo,

os estudos vinculados à tradição se esterilizam e se emaranham, cada vez mais, num prescritivismo pretensioso e inócuo que, ao tentar limitar a interferência do tradutor em seu trabalho, deixa de explorar o papel seminal que essa atividade desempenha não apenas na constituição das culturas, mas também no intercâmbio geralmente desigual entre os povos. (2000, p. 14)

Venuti, em sua proposta, critica a tradição lingüística dos estudos da tradução, a saber:

as abordagens de orientação lingüística que começaram a emergir nos estudos da tradução durante os anos 60 [...], geralmente baseadas na lingüística textual e na pragmática, [e que] partem de pressuposições diametralmente opostas sobre língua e textualidade, as quais são com freqüência deliberadamente limitadas em seu poder explanatório e, em algumas formulações, repressoras nos seus princípios normativos. (2002, p. 45-46)

As abordagens lingüísticas buscam alcançar a teoria “correta” que controlaria e assim resolveria os problemas envolvidos na tradução. Venuti, embora o faça de uma forma e com intenções diferentes, também busca, como as correntes que critica, uma teoria, uma forma “correta” de se pensar e praticar a tradução para, de certa forma, controlá-la.

Venuti busca uma teoria mais abrangente, que inclua o tradutor como sujeito de seu trabalho e o contexto social como determinante para a tradução; além disso, quer o reconhecimento e a visibilidade da tradução e do tradutor enquanto tais. Já os lingüistas desejam essa teoria para excluir da tradução os problemas trazidos pela subjetividade do tradutor e pelo contexto em que ele se encontra para, enfim, formalizá-la e torná-la objetiva.

Marcadas as diferenças, o que quero enfatizar é que Venuti também propõe uma teoria para tentar resolver os problemas que ele apresenta em seu livro, assim como fazem lingüistas como Vinay & Darbelnet (apud BASTIANETTO, 1996), para quem, segundo Patrizia Collina Bastianetto,

um conhecimento melhor dos métodos e procedimentos da tradução, assim como a assimilação e a utilização das técnicas específicas, possibilitarão encontrar um número cada vez maior de soluções e, só assim, será possível fazer da tradução uma arte. (1996, p. 15)

Dessa forma, embora afirme que a tradução e seus efeitos não podem ser previstos e controlados e embora critique a abordagem da lingüística à tradução, Venuti parece se assemelhar a ela no que tange a esse desejo de alcançar um método de tradução ideal.

O resíduo seria o principal impedimento para o domínio sobre a tradução e seu processo de produção; no entanto, ele constitui parte fundamental da teoria que o autor formula exatamente para tentar manipular a tradução segundo seus objetivos. Isso só é possível porque Venuti relaciona o resíduo a dois momentos: primeiro, o momento em que ele é utilizado pelo tradutor; segundo, o momento em que ele surte efeito, quando o texto é lido. Para Venuti, o resíduo é

imprevisível e não pode ser controlado no que concerne a esse segundo momento, ou seja, no que diz respeito a seus efeitos.

Desse modo, Venuti parece conceber o resíduo como parte de um plano de ação, ou seja, o tradutor controlaria a utilização do resíduo, ou seja, decidiria pela introdução ou não de variáveis provenientes de dialetos tidos como marginais em um texto escrito predominantemente no dialeto considerado padrão. Contudo, sendo o resíduo imprevisível em seus efeitos e levando-se em consideração que o processo de realização da tradução também não é livre, sofre as influências do meio social, econômico e cultural em que vive o tradutor, os objetivos do tradutor nem sempre seriam alcançados como inicialmente previstos, ou seriam alcançados apenas em parte ou poderiam até exceder a pretensão do tradutor. Como explica Venuti,

todo passo no processo de tradução – da seleção de textos estrangeiros à leitura das traduções, passando pelas estratégias tradutórias, pela editoração, e revisão – é mediado pelos vários valores culturais que circulam na língua de chegada, sempre em ordem hierárquica. (1995, p. 308)³

A respeito dessas determinações que agem sobre o trabalho do tradutor, permanece uma questão: seria o tradutor, ao realizar seu trabalho, determinado apenas por fatores sociais, econômicos, culturais e históricos? Ou seja, seria o resíduo apenas social?

Defenderei na seção seguinte a idéia de que o tradutor não somente é determinado por fatores sociais “externos”, mas também por fatores “internos” a

³ Tradução de: “Every step in the translation process – from the selection of foreign texts to the implementation of translation strategies to the editing, reviewing, and reading of translations – is mediated by the diverse cultural values that circulate in the target language, always in some hierarchical order”.

ele, fatores psicológicos e inconscientes, o que levaria a uma espécie de “resíduo psicológico”. Essa noção nos leva ao trabalho de Maria Paula Frota e à noção de “singularidade” proposta por ela, que me servirá de base para uma fundamentação adequada da idéia de que o tradutor também sofre determinações inconscientes.

A SINGULARIDADE

Em seu livro *A singularidade na escrita tradutora* (2000), fruto de uma intersecção entre tradução, lingüística e a psicanálise de Lacan, Maria Paula Frota traz para os estudos da tradução a noção de “singularidade”. Antes de explicar o que seria a singularidade, apresento o contexto em que essa noção é apresentada no livro de Frota.

O objetivo principal da autora é “superar a dicotomia sujeito/objeto implícita no modo como a maioria dos teóricos da área concebe a relação entre os tradutores e os textos com que trabalham” (2000, p. 18). Para isso, Frota recorre à psicanálise, pois, segundo ela, esta articula necessariamente a língua e o desejo inconsciente, elemento excluído da dicotomia acima citada.

Quando ouvimos falar em dicotomia, somos levados quase que diretamente ao trabalho de Ferdinand de Saussure e, conseqüentemente, à lingüística estruturalista. No entanto, segundo Frota, outras correntes que atualmente buscam teorizar a tradução, embora critiquem o tratamento tradicional da lingüística dispensado à tradução, pressupõem as mesmas dicotomias que a

lingüística à qual se opõem. Entre essas correntes, a autora cita as relacionadas aos estudos culturais, ao feminismo e, a mais relevante para nós, a abordagem procedente do materialismo histórico, representada pelo trabalho de Venuti.

Saussure (2001) trabalha a partir da dicotomia língua/fala. A língua, essencial, homogênea, social e, portanto, preexistente ao indivíduo, estaria separada deste, que estaria situado no âmbito da fala, acessória, heterogênea, individual e controlada pelo indivíduo. Estando separado da língua, o indivíduo não possui qualquer poder sobre ela, não podendo modificá-la e tendo que se submeter à sua estrutura. Já com relação à fala, a língua em uso, desta “o indivíduo é sempre senhor” (p. 21), manipulando-a como bem quisesse de acordo com seus interesses.

Essas idéias, aplicadas à tradução, assim se configuram: separa-se o tradutor do original, atribui-se a este último uma existência anterior ao tradutor, a quem só restaria recuperar significados depositados no texto pelo autor, o falante produtor de sentidos que tem total poder sobre o que fala/escreve. Ao tradutor caberia resgatar os significados do texto e transmiti-los fielmente para outra língua. Esse ideal de fidelidade nunca é atingido e a tradução passa a ser vista, por alguns, como algo impossível por não conseguir transmitir plenamente os significados de uma língua para outra. A conhecida afirmação de George Mounin sobre a impossibilidade da tradução é exemplar. Segundo ele,

a atividade de tradução suscita um problema teórico para a lingüística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorreremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a

existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. (1975, p. 19)

Como se percebe, e conforme enfatiza Frota, “trazida para a reflexão teórica sobre o ato tradutório, a lingüística estruturalista veio embasar cientificamente a crença na intraduzibilidade, e a ampliar seu escopo” (2000, p. 51).

Depois de problematizar a lingüística saussuriana, Frota passa a discutir a leitura sintomática e a escrita de resistência propostas por Venuti, procurando mostrar como essa abordagem, priorizando os fatores históricos, sociais e ideológicos, também separa o tradutor do texto, embora o faça por outros meios.

Já foi possível observar um pouco mais detalhadamente que Venuti considera que o tradutor é determinado pelo contexto social, econômico, histórico, cultural e ideológico em que vive, realizando, portanto, seu trabalho a partir dessas determinações. Segundo Frota, ao afirmar que o sujeito-tradutor é determinado sócio-historicamente, Venuti leva a pensar que, assim como o falante saussuriano que é determinado pela língua e a ela é obrigado a submeter-se, o tradutor é determinado pelo contexto e deste não pode fugir, sendo, num primeiro momento, servo do contexto. Num segundo momento, em que passa a ser senhor, resta ao tradutor/falante escolher, dentre as opções fornecidas pelo contexto social/língua, as formas lingüísticas de que fará uso para se expressar. Como tentei mostrar anteriormente, Venuti parece crer que se o tradutor souber fazer uso dessas opções de maneira adequada, se fizer uso do “resíduo”, poderá até mesmo

subverter as instituições sociais e os valores predominantes na sociedade em que se encontra.

Para Frota, Venuti parece considerar a “heterogeneidade social como uma esfera exterior às manifestações discursivas, estas pensadas basicamente como um reflexo daquela” (p. 89), ou seja, Venuti parece separar o processo tradutório em dois momentos distintos: primeiro, o tradutor sofre as determinações sociais; depois, frente às opções que lhe restam, deve escolher a que melhor atende a seus objetivos. Segundo Frota, essa relação de anterioridade da determinação social à escolha lingüística, “cria a ilusão de podermos, desde que estejamos preparados para tal, enxerga[r as tensões históricas e ideológicas] e controlá-las” (p. 87). Parece ser exatamente essa a idéia que Venuti quer difundir entre os tradutores. Como explica Frota,

o sujeito é recolocado como um indivíduo que, ao modo do *falante*, conscientemente manipula língua e texto, podendo optar por neste se escrever (ou não) através de uma criação unicamente *sua* que romperia, deliberadamente, formações já estabilizadas. (p. 93)

Concordo com o fato de o tradutor ser determinado socialmente e penso que essa determinação deva ser levada em consideração ao refletirmos sobre as escolhas do tradutor ao traduzir. No entanto, como Frota, considero que, além de determinado social, cultural, econômica e ideologicamente, o tradutor também é determinado por fatores intrínsecos a ele próprio, por sua história individual, por suas experiências pessoais, por seu desejo, por seu inconsciente.

Essa determinação do inconsciente seria marcada pela singularidade. Frota, introduzindo essa questão na tradução, pretende abrir

a possibilidade de fatores subjetivos de diferenciação que, pressupondo aqueles de natureza supostamente social, os ultrapassariam, desencadeando formações singulares vinculadas ao inconsciente. Na situação de escrita, tais formações se materializariam em significantes que, a despeito de sua (in)visibilidade, representariam o sujeito que se escreve, ou seja, o sujeito que emerge simultaneamente a tais formações. (p. 95)

A singularidade constituir-se-ia, segundo Frota, “como uma diferença que, vinculada a histórias próprias do sujeito que (se) escreve, extrapola diferenças vinculadas a sistemas lingüísticos e a formações discursivas” (p. 19). Para a autora, não há como estudar a tradução se deixarmos de lado o inconsciente do sujeito-tradutor, se deixarmos a “alíngua” de fora da língua, como o fazem Saussure e Venuti. Essa impossibilidade decorre do fato de que

em toda língua há um registro que a consagra ao equívoco; em todo discurso pode-se fazer valer uma dimensão do não idêntico e tudo o que o promove: “homofonia, homossemia, homografia, tudo o que suporta o duplo sentido e o dizer em meias-palavras, incessante tecido de nossas conversações” (Milner, 1987, p. 13). E é a esse registro do equívoco, do não-todo, ignorado pela lingüística, que Lacan dá o nome de alíngua. (p. 64)

A alíngua seria, assim, o resto da lingüística, a equivocidade, aquilo que os lingüistas pretendem excluir, entre outras coisas, de seu objeto de pesquisa e negar como válido para seus estudos. E eles o fazem porque não conseguem controlar esse registro do equívoco e torná-lo unívoco como pensam ser necessário. Contudo, definindo a lingüística e deixando claro que a alíngua não faz parte dela, os estudiosos pressupõem sua existência e, inevitavelmente, recebem sua visita indesejada. Nina Virgínia de Araújo Leite explica essa relação de inclusão/exclusão que sempre envolve a alíngua:

Se, por um lado, o dado singular é o que resta, irreduzível a classificações, e o que se subtrai à teoria; por outro lado, uma vez que é inevitável na empiria, expõe, ao mesmo tempo, a lei e sua violação, oferecendo-se para ser contestado, mostrando, enfim, que toda tentativa totalizante tem relação com seus restos, com o silenciamento dessa alteridade. (2000, p. 5)

A singularidade seria fruto da alíngua, fruto do desejo inconsciente do tradutor. Segundo Frota, a singularidade como acontecimento, seria caracterizada principalmente por uma natureza terceira (pois foge aos binarismos logocêntricos, à classificação certo-errado e se constitui como uma espécie de intersecção, um terceiro entre eles) e por sua in-visibilidade já que não se constitui como erro ortográfico ou incongruência com o contexto lingüístico em que se encontra. No contexto da tradução, a singularidade só pode ser percebida quando se confronta o texto traduzido com o original, o que também não assegura a sua percepção.⁴

No entanto, apesar de não se constituir como um erro propriamente dito, a singularidade (uma ocorrência de caráter não-binário), caso seja percebida, é avaliada por uma lógica binarista e, do “despreparo para conviver com ‘rupturas obedientes’ ou ‘submissões mal-comportadas’ resulta a forte tendência de [...] as singularidades serem alocadas em uma ou outra das categorias existentes” (FROTA, 2000, p. 239), ou seja, de serem classificadas como certas ou erradas.

Apesar disso, a noção de singularidade delinea

⁴ Penso que um exemplo esclarecerá esse ponto. Em seu livro, Frota apresenta-nos, entre outros, o seguinte exemplo: “a tradução de *rocking chair* (‘cadeira de balanço’) por “cadeira de rodas”, na canção “Enjoy yourself, it’s later than you think”. Essa canção faz parte do longa-metragem musical de Woody Allen, *Everyone says I love you / Todos dizem eu te amo* (1997). [...] O contexto da canção no filme é o velório de um avô cujo fantasma levanta-se do caixão e, dirigindo-se à família, reunida, diz que se eles continuarem a trabalhar na intensidade que o fazem, suas vidas vão passar e, quando se derem conta, estarão presos a uma *cadeira de balanço/rodas*.” Frota explica que considera “‘cadeira de rodas’ uma melhor tradução do que ‘cadeira de balanço’, tendo em vista a nossa cultura urbana e, a partir daí, o que [...] pareceu uma metáfora muito mais adequada da impotência normalmente associada à velhice. Ainda a favor de sua escolha inconsciente, [...] há a identidade acústica e visual entre as primeiras sílabas das duas palavras e o costume corrente de as cadeiras de escritório, ou seja, de *trabalho*, terem rodinhas.” (p. 205).

uma modalidade de evento na escrita tradutória para além daquelas que contam com os selos do *certo* e do *errado*. Tal evento, do ponto de vista de sua recepção, não é unanimemente aceito nem rejeitado; do ponto de vista de sua produção, ele se realiza através de formas lingüísticas sobredeterminadas na diversidade lingüístico-cultural, que é ao mesmo tempo condicionante e efeito da história subjetiva daquele que (se) escreve. (FROTA, p. 194)

Dessa forma, Frota, com a singularidade, propõe uma relação mais ampla do tradutor com a linguagem, uma relação de determinação mútua, concebendo

a linguagem como uma estrutura que preexiste ao indivíduo, sim, esse último tornando-se sujeito justamente por sujeitar-se a ela, mas como uma estrutura que, por incluí-lo enquanto sujeito plural e dividido, não só o constitui sob formas singulares, como pode por ele ser singularmente rompida, em sua atualização discursiva. (p. 21)

Assim, por meio dessas formações singulares, o tradutor é capaz de romper a estrutura da língua, mas esse rompimento não necessariamente se daria segundo a vontade consciente do tradutor, ou seja, a singularidade, por estar intimamente ligada ao inconsciente, escreve-se mesmo quando o tradutor assim não o queira e também pode não ser percebida pelo leitor.

O RESÍDUO SINGULAR

Examinados o resíduo e a singularidade, pretendo, desse ponto em diante, estabelecer uma relação entre eles, reunindo-os em uma terceira noção. Antes, no entanto, faz-se necessário assinalar as características que essas duas noções têm em comum e no que elas se diferenciam.

Como foi possível notar, tanto o resíduo quanto a singularidade constituem-se como uma ruptura na linguagem e pela linguagem. O resíduo romperia com o padrão lingüístico dominante e, com isso, marcaria a presença e o trabalho do tradutor em determinado texto. A singularidade, por sua vez, promove um deslizamento da estrutura lingüística, trazendo à tona aquilo que dela se quer excluído; “o singular é efêmero, furtivo, não está autorizado a permanecer em cena” (LEITE, 2000, p. 5).

A primeira diferença entre eles é o fato de que o resíduo é introduzido deliberadamente no texto pelo tradutor e a singularidade não o é. O resíduo, segundo Venuti, é algo intencional, passível de certo controle. Já com a singularidade isso não acontece; a singularidade “não é previsível nem calculável, [...] se dá ou não, malgrado o propósito de cada um, por sua aparição e por sua perda” (LEITE, 2000, p.5).

A forma como se dará a percepção de ambas as ocorrências constitui a segunda diferença entre eles. O resíduo poderá ser percebido por qualquer leitor, não apenas por aquele leitor que lê com a intenção de examinar o texto enquanto tal, enquanto forma lingüística, como o fazem lingüistas, tradutores, resenhistas e críticos de literatura, entre outros. Isso é possível porque o resíduo é percebido no próprio texto traduzido, não precisando de comparação entre este e o seu respectivo original.

Já a singularidade não causa estranhamento no leitor da tradução e, como visto anteriormente, requer um confronto da tradução e do original para que possa ser percebida, o que faz com que o leitor comum não a perceba.

Uma outra diferença diz respeito à natureza dessas duas noções. O resíduo é social, histórico, cultural e ideológico, ele é influenciado pela conjuntura histórico-social e pode produzir efeitos que podem ou não alterar essa mesma conjuntura. Seu acontecimento nada tem a ver com o que Venuti denomina “investimento psicológico” do sujeito que o produz. Como o próprio autor explica,

um texto literário nunca pode simplesmente expressar o significado pretendido pelo autor num estilo pessoal. O texto, ao contrário, coloca em funcionamento as formas coletivas nas quais o autor pode, de fato, ter um investimento psicológico, mas que, por sua própria natureza, despersonalizam e desestabilizam o significado. (2002, p. 25)

Por essa passagem, pode-se observar que para Venuti, embora exista a influência do aspecto psicológico do sujeito, ela é praticamente anulada em função das influências sociais, das formas coletivas em que o sujeito está inserido.

A singularidade, ao contrário, é de ordem psicanalítica, diz respeito ao inconsciente do sujeito, e não tem nenhuma função social por assim dizer, ainda que tenha efeitos e que possa levar o leitor da tradução a uma interpretação diferente da interpretação do leitor do original, o que também poderia acontecer sem a ocorrência da singularidade.

Depois de esclarecidas a similaridade e as diferenças entre resíduo e singularidade, proponho a associação dessas duas noções em uma espécie de resíduo singular ou singularidade residual, algo que (não) pode (não) acontecer segundo o (não-)desejo do tradutor, que, influenciado pelos fatores sociais, econômicos, culturais, históricos, ideológicos e inconscientes, escreve-se (ou não)

no texto que produz. Essa noção, que chamarei daqui para a frente de “resíduo singular”, resultante da intersecção entre resíduo e singularidade, proporcionará uma base mais ampla a partir da qual será possível analisar as marcas do tradutor de maneira um pouco mais abrangente.

Dessa forma, será considerada resíduo singular a ocorrência de uma inscrição do tradutor que possa ter sido influenciada tanto por fatores sociais, quanto por fatores inconscientes. Nesse sentido, o resíduo singular pretende abranger os aspectos inconscientes, deixados de fora do resíduo, e os aspectos sociais, não incluídos na singularidade. Assim, o resíduo singular não difere totalmente do resíduo e da singularidade, ele apenas tenta abranger o que cada um dos outros dois deixa de lado.

O resíduo singular, a inscrição do tradutor, apenas ocorrerá se for percebido pelo leitor. Essa percepção se dará quando o leitor, durante o cotejo da tradução com o original ou durante a leitura de uma outra tradução do mesmo original, atribuir sentidos à tradução que ele não atribui ao texto original ou não conferir à tradução sentidos que ele cria ao ler o original, ou seja, quando a tradução possibilitar interpretações que são diferentes daquelas que se faz ao ler o original ou vice-versa. Quando isso acontece, ocorre um resíduo singular, ocorre a inscrição do tradutor na tradução.

Um exemplo de resíduo singular pode ser observado na seguinte passagem, retirada da obra que serve de *corpus* a este trabalho, que descreve a sensação de Frodo ao ver os Argonath, estátuas que se localizam às margens do Anduin, o Grande Rio, por onde a sociedade do anel passa em sua viagem. O

narrador assim descreve a impressão do hobbit: “the great pillars rose like towers to meet him. Giants they seemed to him” (2001, p. 383, grifo meu). Esteves assim traduz essa passagem: “os grandes pilares assomaram como torres vindo ao seu encontro. Pareciam-lhe dois gigantes” (2000, p. 418, grifo meu).

Como pode ser percebido, ao leitor da tradução é fornecida, nesse momento, a informação de que eram duas estátuas, coisa que não acontece ao leitor do original. Assim, a tradução de Esteves permite o entendimento de um sentido que o original só permitirá um pouco mais adiante no livro. Essa ocorrência constitui, portanto, uma inscrição da tradutora na tradução da obra, um resíduo singular, que pode ter sido motivado pelo fato de que ela, como tradutora, já devia ter lido o livro antes e já sabia que se tratava de duas estátuas quando traduziu essa passagem e esse conhecimento se manifestou nessa passagem.

Apesar de o analista perceber o resíduo singular como um “acréscimo” ou um “apagamento” de sentidos da tradução em relação ao original, o resíduo singular não constitui um erro, já que se adapta perfeitamente ao contexto e, por esse motivo, geralmente não é percebido durante a leitura apenas da tradução.

Além disso, o resíduo singular diferencia-se das outras opções de tradução por possibilitar interpretações diferentes das possibilitadas pelo original. Está claro que as opções sempre serão diferentes entre si, e, conseqüentemente, possibilitam interpretações também diversas, mas as diferenças entre opções de tradução e suas conseqüentes interpretações não envolvem mudança de enfoque entre uma opção e outra. As associações e interpretações possíveis poderiam ser comparadas a tons que, embora diferentes, remetem à mesma cor. Já com o

resíduo singular acontece uma diferença que remete a outra cor, ele suscita interpretações e permite associações que se diferenciam muito das que se faz a partir do original ou, como no exemplo acima, antecipa informações não fornecidas naquele determinado momento pelo original.

Não há, por exemplo, a meu ver, nenhum resíduo singular no trecho seguinte: “You will give me the ring freely!” (2001, p. 356, grifo meu), traduzido por Esteves como “Você me oferece o anel livremente! (2000, p. 389, grifo meu), fala de Galadriel quando Frodo diz que lhe entregará o anel se ela assim quiser. No original o verbo é “to give”, que pode ser traduzido, entre outras formas, por “dar”, “conceder”, “entregar”, “oferecer”, sendo essa última a tradução de Esteves. Há diferenças entre as leituras possíveis a partir das duas construções, mas são diferenças muito sutis, as associações são muito próximas e as leituras do gesto da personagem (que está disposto a transferir a posse do anel a Galadriel) não diferem radicalmente entre si; essa opção da tradutora, por essa razão, não constitui um resíduo singular.

Na passagem seguinte, no entanto, ocorre um certo deslocamento de sentidos. Tentando convencer Frodo a desviar-se de seu caminho e levar o anel a sua terra, Boromir lhe diz que “the fearless, the ruthless, these alone will achieve victory” (2001, p. 389, grifo meu). Esteves traduz: “os corajosos, os destemidos, só estes conseguirão a vitória” (2000, p. 424, grifo meu). O adjetivo “ruthless”, segundo o dicionário *Longman Dictionary of English Language and Culture* (doravante *Longman*), significa “que não mostra sentimentos humanos; sem pena

ou perdão”.⁵ Dessa forma, a tradução dessa palavra por “destemidos” constitui um resíduo singular, já que essa ocorrência permite a atribuição de sentidos diferentes do que aqueles que se atribui ao original, já que, no âmbito social, pessoas que não demonstram sentimentos como pena ou são incapazes de perdoar não são consideradas destemidas. Aos destemidos atribui-se um valor mais positivo do que aos que não são capazes de perdoar ou se sensibilizar com o sofrimento alheio. Por esse motivo, considero a tradução de Esteves um resíduo singular; a tradutora escreve-se em seu trabalho, ou seja, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, a tradutora escreve o texto e se escreve nele.

É importante ressaltar que, da mesma maneira que não é possível determinar de forma exata e absoluta a ocorrência nem do resíduo nem da singularidade, também não o é no que diz respeito ao resíduo singular, já que, para se constituir enquanto tal o resíduo singular precisa do outro, precisa ser percebido pelo outro, não sendo a vontade e a escolha do tradutor suficientes e nem necessárias para constituí-lo. Sua constituição, como já foi dito, se dará apenas no momento em que o leitor do texto, que pode eventualmente ser o próprio autor/tradutor, percebê-lo durante uma leitura ou durante o cotejo do original com a tradução.

Mais adiante neste trabalho, busco identificar outros resíduos singulares na tradução de Lenita Esteves da obra de J. R. R. Tolkien, *The Lord of the Rings*, traduzida para o português como *O senhor dos anéis*. No entanto, não tenho a

⁵ Tradução de: “showing no human feelings; without pity or forgiveness”.

pretensão de que as inscrições da tradutora identificadas por mim e denominadas resíduos singulares sejam consideradas absolutas e definitivas.

Contudo, antes de proceder à identificação desses resíduos singulares no trabalho de Esteves, exporei, no capítulo seguinte, as concepções da tradutora sobre algumas questões relevantes que entram em cena quando o assunto é tradução.

Capítulo 2 –

ANÁLISE DAS AFIRMAÇÕES DE LENITA ESTEVES

Pretendo, neste capítulo, investigar e analisar criticamente as concepções tradutórias da tradutora Lenita Esteves. Para isso, parto de afirmações e comentários retirados de entrevistas fornecidas por ela à imprensa e de trabalhos teóricos de sua autoria, entre eles sua dissertação de mestrado “*As bruxas de Macbeth no ‘original’ e em quatro traduções brasileiras: a inquisição das diferenças*” (1992), e sua tese de doutorado “*A (im)possível tradução de Finnegans Wake: uma investigação psicanalítica*” (1999).

Desde seu trabalho mais antigo (1991) até o mais recente (2002) de que disponho, pude perceber que Esteves partilha das concepções teóricas desconstrutivistas e que, ao refletir teoricamente sobre a tradução, leva em consideração essa tendência pós-moderna. Essa constatação é importante porque demonstra que a tradutora está consciente de sua responsabilidade como produtora de um texto, de que suas estratégias tradutórias a tornam inevitavelmente “visível” em seu trabalho.

A partir desse ponto do trabalho, analiso as afirmações e comentários mencionados acima com o intuito de apresentar as concepções teóricas de Esteves, além de expor minhas concepções, a respeito de algumas questões centrais da tradução, tais como: a fidelidade, o texto original, o significado e sua

constituição, as marcas deixadas pelo tradutor na tradução, a posição inferior da tradução frente ao original, entre outras.

A FIDELIDADE

A fidelidade é uma das questões que mais preocupa tradutores e teóricos da tradução: alguns teóricos tentam defini-la de maneira conclusiva e prescrevem-na como essencial para o sucesso de uma tradução, outros enfatizam seu caráter relativo e a definem apenas provisoriamente; os tradutores muitas vezes buscam alcançar suas próprias concepções de fidelidade, no entanto, poucos ficam completamente satisfeitos com o resultado de seu trabalho, já que seu objetivo, a fidelidade ao sentido do original e às idéias que o autor depositou nele, dificilmente é considerado atingido. Como explica Arrojo,

é a um texto supostamente pleno de significados independentes de uma leitura que a tradução deve ser “fiel”; é àquele texto – imaginário e inexistente – supostamente anterior à intervenção de uma interpretação que o tradutor deve ser “fiel”. E na frustração associada a essa fidelidade, ao mesmo tempo esperada e impossível, podemos detectar uma das conseqüências da relação perigosa que o logocentrismo estabelece entre teoria e prática: qualquer tradução será sempre “infiel”, em algum nível e para algum leitor, sempre “menor”, sempre “insatisfatória”, em comparação a um original idealizado e, por isso mesmo, inatingível. (1993, p. 28-29)

Frente a uma tradução, a imprensa, por meio de resenhas de livros traduzidos, questiona a qualidade do texto, valor muitas vezes definido em termos logocêntricos de fidelidade ao “original”, ao autor, ou seja, estabelece-se uma relação proporcional entre a fidelidade e a qualidade da tradução: quanto mais fiel,

melhor será a tradução. Isso quando a tradução é vista enquanto tal, o que na maioria das vezes não acontece; geralmente fazem-se resenhas de traduções e nem sequer menciona-se o fato de que o livro é uma tradução. Como explica Heloísa Gonçalves Barbosa, “não se trata apenas de não mencionar o nome do tradutor, mas de totalmente ignorar o fato de que o que [...] [se] leu foi uma tradução em uma língua completamente diferente daquela em que o livro fora escrito” (2003, p. 70).

Lenita Esteves, em um artigo publicado na revista *Estudos Acadêmicos Unibero*, afirma que “a fidelidade é uma noção relativa. ‘Fidelidade’ sempre exig[e] um complemento: a quem, a quê, por quê?” (1997, p. 70); essa afirmação nos permite dizer que a tradutora não acredita em uma solução simples e absoluta para a questão da fidelidade. Nesse artigo, ela mostra que a fidelidade é uma noção muito ampla e relativa, sendo necessário, para defini-la, levar em consideração outros elementos, complementos que restrinjam essa amplitude: é importante saber a quem, a que e por que se quer/busca ser fiel. As possibilidades são inúmeras: ser fiel à idéia que se tem do autor do original, às idéias e significados atribuídos ao original, à sonoridade que se atribui ao original, à cultura e à época em que o texto foi produzido, à interpretação do tradutor do original, àquilo que se pensa ser a cultura e a comunidade receptora da tradução, àquilo que o leitor supostamente espera da tradução, à interpretação do original realizada pelo editor da tradução, à imagem que esse editor tem do autor, etc. Como explica Esteves,

A fidelidade, além de ser um conceito que muda através das épocas (sendo que nem existia em certos períodos), é também um compromisso que se modaliza de diferentes maneiras [...]. Além da fidelidade ao autor ou à obra original, existem outras fidelidades que devem ser mantidas, por exemplo, em relação aos editores. Sempre em nome de uma fidelidade ao autor, os editores muitas vezes nos impõem procedimentos que são contrários às nossas concepções a respeito do texto original. Mas, como o próprio termo diz, essas imposições nos forçam a repensar nossa fidelidade em relação ao original e muitas vezes modificá-la. Em alguns casos a concepção que o próprio editor tem do que seja fidelidade parece bastante equivocada. (p. 66-67)

Como se pode ver, a escolha dos elementos aos quais será fiel nem sempre cabe ao tradutor, podendo ser definida pelo editor ou pessoa que financia o trabalho, ou seja, pelo “patrão”. Esteves exemplifica essa situação nos relatando uma experiência pela qual passou exatamente ao traduzir *O senhor dos anéis*:

Quando comecei o trabalho, deparei-me, logo no início, com interjeições do tipo: “Good heavens above!” ou “Lor’ bless you”, as quais traduzi, numa primeira instância, o mais literalmente possível, com expressões em português do tipo: “Céus!” e “Benza Deus!”. O editor, ao ler minha tradução, fez a observação de que o autor, católico ferrenho, tinha construído em seu livro um mundo totalmente imaginário e dissociado do universo e do vocabulário católico. Nesse caso, eu deveria evitar expressões como “Benza Deus!”, por exemplo. Tal observação é fruto da leitura que esse editor fez do livro, e pode ser questionada. É certo que “Lord” pode não se referir a Deus, mas fica difícil pensar em um “heaven” que não esteja associado ao céu católico. [...] É certo que as acepções possíveis para qualquer um dos termos em qualquer uma das línguas podem ser inúmeras, mas a leitura do editor é questionável, embora no caso de minha tradução a autoridade desse editor tenha estabelecido que essa é a leitura correta. (p. 68)

Devido ao fato de o editor do livro ser uma pessoa hierarquicamente superior a ela, Esteves teve de ser fiel à interpretação dele e não à sua própria, mesmo achando que a leitura do editor era questionável. O correto, o fiel, foi definido pelo mais poderoso. Os textos não trazem embutidos em si significados e idéias ali colocados pelo seu autor e aos quais o tradutor deve ser fiel, os textos são construídos pelos diferentes leitores/tradutores e nessa construção define-se a

que se será fiel. Por esse motivo, não há uma fidelidade definitiva, verdadeira, atemporal e válida para todas as traduções. Segundo Arrojo e Rajagopalan,

Nesse sentido, nenhuma leitura poderia ser considerada absolutamente correta ou incorreta, absolutamente aceitável ou inaceitável. Uma determinada leitura pode ser considerada correta ou aceitável apenas dentro de uma determinada situação ou perspectiva e esse julgamento seria necessariamente diferente em outra situação e a partir de outra perspectiva. (1992, p. 88)

Assim, o que há são interpretações, concepções e o poder econômico (este frequentemente se sobrepondo àqueles, como no caso de Esteves), o que torna a fidelidade uma noção relativa, subjetiva e, conseqüentemente, mutável. Na tradução de Lenita Esteves, a perspectiva do editor predominou sobre a perspectiva da tradutora; isso não significa, contudo, que a leitura dele seja mais aceitável do que a dela ou vice-versa; trata-se de leituras distintas e a do editor prevaleceu devido a fatores hierárquicos.

Assim, o “conceito” de fidelidade é definido quando um tradutor se propõe a traduzir. Essa definição é provisória e necessária, e serve apenas para trabalhar aquele determinado texto naquele determinado momento, sofrendo modificações às vezes durante a tradução do mesmo texto e toda vez que se começa a lidar com outro texto, já que este exigirá do tradutor uma nova reflexão para definir novamente a quem/a que ele será fiel.

Conforme foi possível observar, Lenita Esteves compartilha dos pressupostos pós-estruturalistas em relação aos estudos da tradução e, assim, acredita que a fidelidade é uma noção relativa e que não pode ser definida de forma simples e sem a consideração de vários fatores que a determinam.

No entanto, em alguns pontos muito específicos, é possível pensar, a partir das falas da tradutora, que ela não conseguiu abandonar as concepções tradicionais de tradução, que buscam incansavelmente a fidelidade a algo presente no original, como sentidos ou idéias ali depositados pelo autor. Acredito que o abandono completo da tradição moderna não seja possível, especialmente no que diz respeito à linguagem, às palavras e expressões que são necessárias para que se possa constituir um texto. Como explica Derrida, “é difícil [...] evitar a linguagem mecanicista, tecnicista, teleológica [...]. Para dizer a verdade, isto não é difícil, é por essência impossível. E o é para todo discurso” (1999, p. 105). Isso porque Esteves, refletindo sobre a tradução e sua prática, parte necessariamente de dentro da tradição logocêntrica para tentar superá-la, desconstruí-la. Segundo Derrida, “os movimentos de desconstrução não solicitam as estruturas do fora. Só são possíveis e eficazes se habitam estas estruturas. Se as habitam *de uma certa maneira*, pois sempre se habita, e principalmente quando nem se suspeita disso” (p. 30). Assim, não há como abandonar totalmente os recursos, principalmente lingüísticos, da tradição que se pretende superar.

Um dos pontos em que é possível a remissão às concepções tradicionais de tradução, pode ser percebido na seguinte passagem:

Considero que não se pode falar de tradução sem falar em fidelidade. Na verdade, é a própria noção de fidelidade que dá fundamento ao conceito de tradução. Por enquanto, definirei a fidelidade como uma espécie de compromisso de semelhança. O texto traduzido precisa ter pelo menos algum aspecto que se assemelhe, que o aproxime do texto original. Caso isso não se dê, o texto traduzido não poderá ser classificado assim. (ESTEVES, 1997, p. 64)

Definindo a fidelidade como “uma espécie de compromisso de semelhança” com o original e não especificando com que elementos ou fatores esse compromisso deveria se dar, ou seja, não esclarecendo com o que a tradução deveria se assemelhar, a tradutora deixa aberta a possibilidade para se pensar que exista algo presente no original que o tradutor deva perceber e se espelhar ao traduzir, pois, caso isso não ocorra, a tradução não poderá ser assim denominada. Um pouco mais adiante, no entanto, a tradutora começa a problematizar esse “compromisso de semelhança” e a especificar os elementos com que se estabelecerá esse compromisso, declarando que

se pensarmos na diversidade de culturas, estilos e épocas a que um tradutor está exposto, a fidelidade, definida aqui como esse compromisso de semelhança, poderia chegar ao limite de uma impossibilidade. Como um tradutor pode querer reproduzir ou retratar uma época e uma cultura das quais ele não fez parte? (p. 66)

Caso a semelhança devesse se dar com a cultura, o estilo ou com a época em que o autor viveu, como diz Esteves, o compromisso chegaria ao limite do impossível. Isso nos leva a pensar que não é com esses fatores que a tradutora acredita ter de se comprometer, já que a tradução não é impossível; ao contrário, a própria Esteves a pratica com sucesso. Embora não explicita os elementos com que os tradutores devam estabelecer o “compromisso de semelhança”, ao longo do artigo Esteves deixa claro que não acredita em “significados estáveis e petrificados” e nem na “semelhança perfeita” (p. 70) com o original.

Concordo com Esteves no que diz respeito ao fato de que a tradução deve estabelecer um certo “compromisso de semelhança” com o original, e acredito que esse compromisso se dê não com algo presente no original, mas com algo que o

tradutor atribui a este original ao lê-lo e interpretá-lo. A partir dessa atribuição, de sentidos, de estilos, de idéias, o tradutor busca guardar o máximo de semelhança possível com o texto que traduz.

Dessa forma, como o original não carrega em si significados que devem ser retirados dele e transferidos ao texto traduzido, como o que há são leituras e atribuições de significados, cada tradutor, cada leitor fará a sua leitura e atribuirá diferentes significados. Essa atribuição não é livre, mas determinada por diversos fatores que se inter-relacionam com o sujeito interpretante, e condicionada pelos mesmos fatores que determinam o resíduo singular. Conforme declaram Arrojo e Rajagopalan,

o significado não se esconde nem se embute no texto à espera de um leitor que o decifre, compreenda ou resgate; o significado é produzido pelo leitor a partir de suas circunstâncias e das convenções que organizam e delimitam suas instituições, inclusive a linguagem. (1992, p. 88)

Assim, os significados atribuídos por um tradutor podem, muitas vezes, não satisfazer todos aqueles que tenham se dado ao trabalho de fazer o cotejo do original com a tradução, o que possibilitaria pensar que o tradutor não conseguiu fazer com que a tradução se assemelhasse ao original. Contudo, o fato de não satisfazer a todos, não quer dizer que a tradução seja incorreta ou infiel, pelo contrário, como lembra Arrojo,

nossa tradução de qualquer texto [...] será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será [...] sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. (1986, p. 44)

Dessa forma, a fidelidade sempre existirá, não em relação ao original e às idéias do autor, mas em relação àquilo que o tradutor pensa ser o original e essas idéias.

OS TEXTOS QUE CONSTITUEM O TEXTO

A tradição logocêntrica concebe o texto como um objeto que possui limites perfeitamente definidos, como um todo finalizado e estável, portador de significados, idéias, mensagens. Embora se refira especificamente ao texto de partida, a forma como Rosemary Arrojo descreve o tratamento dado a esse texto, na citação seguinte, pode ser usada para se referir a qualquer texto. Ela explica que

Em linhas muito gerais, as teorias da linguagem que emergem da tradição intelectual do Ocidente, alicerçadas no logocentrismo e na crença no que Jacques Derrida chama de “significado transcendental”, tem considerado o texto de partida como um objeto definido, congelado, receptáculo de significados estáveis, geralmente identificados com as intenções de seu autor. (1993, p. 16)

Isso pode ser percebido na seguinte passagem, retirada de um artigo de Ignácio Antonio Neis em que ele defende uma gramática textual: “É a coerência global que possibilita reconhecer-se a unidade do texto, seu tema, a intenção do autor” (1981, p. 29).

Assim, tradicionalmente o que define um texto não é sua extensão, que pode variar ilimitadamente, mas o fato de que ele constitui um todo coerente, possui uma unidade com limites visíveis, e é um produto acabado. Além disso,

considera-se que o texto possui um tema e que traz em si a intenção do autor, como foi lembrado por Arrojo e confirmado por Neis.

Em uma das acepções do verbete, o *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI* (doravante *Aurélio*) define o texto como um “excerto de língua escrita ou falada, de qualquer extensão, que constitui um todo unificado” (1999). Assim, a característica essencial de um texto seria a sua unidade.

Como também lembrou Arrojo na passagem citada anteriormente, essa concepção de texto como um objeto estável, uno e acabado está fundamentada no logocentrismo e na crença no significado imanente. Acredita-se que o sujeito-autor, ao escrever, deposite suas idéias no texto e que, ao dá-lo como findado, o feche de forma a torná-lo um objeto só, uno e total. Depois de colocados os significados no texto, eles aí permanecerão até que o leitor, racional e totalmente consciente, por sua vez, retire dele as idéias do autor e compreenda-as exatamente como quis o autor. O processo de leitura se daria, assim, como um resgate de significados intrínsecos às palavras, sem nenhuma interferência por parte do leitor, que permaneceria neutro e não se misturaria com o texto ao interagir com ele.

No entanto, o texto não é fechado como geralmente se pensa e os significados não estão protegidos nele, ao contrário, os significados proliferam e fogem do controle do autor. Um texto é constituído em relação com muitos outros, o que gera a impossibilidade de se pensar em texto como algo único e com limites definidos. O texto traz em si uma infinidade de textos. Como explica Derrida,

a questão do texto, esta que se elabora ou se transforma há uma dúzia de anos, não se resume apenas a tocar a borda, a todos esses limites que formam o rebordo comum disso que se chama texto, disso que se crê poder identificar sob esta palavra, a saber o fim e o início presumido de uma obra, a unidade de um corpus [...]. O que acontece, supondo que aconteça algo, seria um tipo de transbordamento deixando mal todos esses limites separadores, obrigando a estender o conceito autorizado, a noção predominante de “texto”, disso que ainda chamo de “texto”, devido a razões parcialmente estratégicas, e que não seria mais, a partir daí, um corpus acabado de escritura, um conteúdo enquadrado em um livro ou em suas margens mas uma rede diferencial, um tecido de traços remetidos indefinidamente a outro, referidos a outros traços diferenciais. (2003, p. 22-23)

Dessa forma, um texto relaciona-se com outros textos em sua própria constituição, que não seria possível sem essa inter-relação. Um texto só se constitui na relação com outros textos. Derrida afirma que o que acontece é um “tipo de transbordamento”: o texto transborda os limites (da página, do livro) que se pensa imposto a ele, ultrapassa sua extensão sensível, fugindo de sua “prisão” e relacionando-se com outros.

Assim, se se deixa de considerar o texto como algo que possui limites visíveis e definidos, parece surgir, sob essa perspectiva, um outro objeto que, num primeiro momento, demandaria uma outra designação que o identificasse. Parece surgir a necessidade de atribuir um outro nome para esse “novo” objeto. Essa aparente necessidade que impele à busca de um outro termo para a “rede diferencial” citada por Derrida, não deixa de ser um desejo de enclausurar um sentido/significado em uma forma/significante, de prender novamente esse “novo” objeto que se cria, de torná-lo uno, limitado, controlado, de constituir um signo (para usar as palavras de Saussure), que seria, posteriormente, utilizado para retomar, de forma segura, o sentido pretendido inicialmente.

A idéia de que o significante carrega em si um significado totalmente preservado é característica da tradição moderna e relaciona-se com a própria concepção de texto como algo acabado e uno. Derrida, em *Gramatologia*, discorrendo sobre a forma mais comum de texto, o livro, afirma que “a idéia do livro é a idéia de uma totalidade, finita ou infinita, do significante” (1999, p. 21). Da mesma forma que se pensa que o significante guarda em si mesmo, de forma unívoca e completa, um significado definido e o mantém totalmente seguro, pensa-se que o livro/texto, formado por um conjunto de significantes, também é imutável, fechado, constituindo uma totalidade com limites definidos.

Assim, se se abre mão da idéia de texto como uma totalidade definida, precisa-se abandonar também a idéia de que o significante carrega e protege um significado. O significante, como o texto, não é fechado e não encerra em si sentido algum, não havendo como garantir que se entenda e se leia aquilo que se pretende dizer. Portanto, seja qual for o signo que se use para se referir ao “tecido de traços” que remetem uns aos outros indefinidamente, ele não asseverará nenhum sentido de antemão. Além disso, por não guardar em si sentidos, pode-se atribuir à forma “texto” um sentido diverso do que geralmente se atribui, sem que isso constitua um problema.

Sendo assim, junto com Derrida, pretendo manter a designação “texto” por “razões parcialmente estratégicas”, porque, mesmo atribuindo um outro nome para essa “rede diferencial” a que se refere o autor, esse outro nome não me serviria melhor, nem pior, do que este de que já disponho.

Dessa forma, texto deixa de ser um objeto estável, controlável, unificado e portador de significados nele depositados pelo autor, passando a ser considerado, neste trabalho, como uma multiplicidade de relações com outros textos, multiplicidade esta que torna possível a própria constituição de textos. Assim, a estabilidade, o controle e a unificação são, no mínimo, problemáticos e os significados são constituídos pelo leitor em meio a essas relações que o determinam e à sua interpretação do texto. “O texto, como o signo, deixa de ser a representação ‘fiel’ de um objeto estável que possa existir fora do labirinto infinito da linguagem e passa a ser uma máquina de significados em potencial” (ARROJO, 1986, p. 23).

Esclarecida minha concepção de texto, passo à análise das declarações de Lenita Esteves a esse respeito. Pela leitura de suas afirmações, retiradas principalmente de sua dissertação de mestrado, pode-se perceber que a idéia de texto que aqui se privilegia está em acordo com as idéias da tradutora, ou seja, também para ela, esse objeto não é único, definido e imutável, mas uma “possibilidade de multiplicidades” (ESTEVES, 1992, p. 3). É importante ressaltar que o texto a que a tradutora se refere em suas afirmações é o original, ou seja, aquele a partir do qual traduções são realizadas. Contudo, o que aqui discutirei junto com Esteves é válido para todo texto, seja ele como for, inclusive para traduções.

Conforme é possível depreender pelo título, em sua dissertação Esteves discute a imagem das bruxas e sua relação com o destino de Macbeth em quatro traduções para o português. Antes, no entanto, problematiza o próprio original de

Shakespeare e mostra-nos que ele já é múltiplo em inglês, mesmo antes de ser traduzido. A esse respeito, afirma que “qualquer discussão que se baseie num original só será possível a partir do esquecimento de que o original em questão é, na verdade, uma possibilidade entre muitas outras, que foram esquecidas para que uma delas pudesse ser avaliada” (p. 37). Dessa forma, as traduções seriam diferentes e apresentariam imagens diferentes das bruxas de *Macbeth*, porque, entre outros motivos, o próprio original já possibilitaria essas diferentes interpretações. Como explica Esteves,

a tradução, ou seja, a transformação de um texto em um outro texto por meio de leituras diferentes, ocorre não só de uma língua para outra, mas dentro do espaço de uma mesma língua. E no caso da “passagem” de uma língua para outra, temos a inevitável transformação, a diferença, que cria muitas e diferentes verdades, em detrimento de uma “verdade” única, inquestionável e transcendental. (p. 146)

Nesse trecho, a tradutora explica que o texto se transforma a cada leitura, não somente a cada leitura de um tradutor que se propõe a traduzi-lo, mas também, e principalmente, a cada leitura que é feita dele em sua própria língua, ou seja, pelos leitores comuns que apenas desejam entrar em contato com ele. Como podemos perceber, Esteves concebe

o texto original como uma possibilidade de múltiplos significados, que vão sendo atribuídos a ele conforme novas leituras forem sendo feitas. Teríamos, então, não apenas um original, único, que se apresenta de várias maneiras, mas vários originais, que se multiplicam a cada nova leitura, que se renovam e se diferenciam a cada nova interpretação. (p. 104)

Dessa maneira, as várias interpretações dariam origem a vários originais. O original deixa de ser um e passa a ser muitos, que dariam origem, conseqüentemente, a muitas leituras/traduções diferentes. No que diz respeito a

este aspecto, a esta multiplicidade, a esta ausência de essência e de caráter que o identifique, o texto pode ser comparado ao *phármakon*, palavra a respeito da qual Derrida reflete em *A farmácia de Platão* (1991) e sobre a qual afirma que

a essência do *phármakon* é que, não tendo essência estável, nem caráter “próprio”, não é, em nenhum sentido dessa palavra (metafísico, físico, químico, alquímico), uma *substância*. O *phármakon* não tem nenhuma identidade ideal, ele é aneidético, e primeiro porque ele não é monoeidético [...]. Esta não-substância farmacêutica não se deixa manejar com toda segurança nem em seu ser, já que ela não o tem, nem em seus efeitos, que podem incessantemente mudar de sentido. (p. 73-74)

Apesar de ser muito mais complexo e amplo do que poderia levar a crer essa citação, o *phármakon*, no que concerne a sua “(não-)essência”, assim como o texto (original), não possui identidade estável e ideal, não possui uma essência anterior à leitura. Sua essência é construída, é feita, desfeita e refeita a todo momento, a cada nova leitura, a cada tradução.

Um outro ponto que penso ser de extrema relevância é o próprio conceito de texto original. Para pensar sobre isso, é preciso, antes de mais nada, refletir sobre o adjetivo “original”. Entre outras características, uma coisa qualquer, para que possa ser considerada “original”, deve ser única, primeira, não derivada de nenhuma outra coisa; algo novo e inédito que se origina e provém de algum lugar primário, de sua fonte primeira. Um texto original seria, assim, um texto que é novo, que não segue nenhum modelo, um texto inédito que se origina em seu autor. Um texto traduzido não seria considerado original exatamente porque provém de um outro texto e, na maior parte dos casos, é fruto de um outro sujeito, o tradutor. No entanto, Esteves lembra que

um texto está prenhe de possibilidades de relações com outros textos, um texto remete o leitor a outros textos. E nesse infinito remeter, redes de semelhanças vão sendo construídas ao longo das épocas. O tradutor estará inserido nessas redes e será influenciado por diversas delas. E se pensarmos na existência dessas redes de semelhança, o próprio caráter de originalidade de um texto original vai perder a sua força. Ser original é uma coisa difícil, talvez até impossível. Um texto não está isolado e diz respeito a outros textos, sempre. (1997, p. 66)

Nessa citação, Esteves questiona a possibilidade do que designamos “texto original”. Esse questionamento mostra-se muito válido e necessário, já que ajuda a refletir sobre o caráter múltiplo que tenho discutido. De acordo com o que ela ressalta, além de possibilitar várias leituras e interpretações, o texto lê outros textos e relaciona-se com eles produzindo aquilo que comumente se chama “intertextualidade”.

Essa intertextualidade, essa remissão a outros textos leva à “rede diferencial” a que se refere Derrida, “um tecido de traços remetidos indefinidamente a outro, referidos a outros traços diferenciais” (2003, p. 23). Como se vê, essa rede é infinita e inerente a qualquer texto: todo texto remete a outros textos, seja essa remissão explícita ou não. Muitas vezes citamos um outro texto e fazemos aí uma remissão explícita a ele. No entanto, na maioria das vezes citamos outros textos sem nos darmos conta disso; estamos sempre citando outros textos, fazendo remissões veladas. “Tantas citações, citações de re-citações sem performance originária, sem *ato de fala* que não seja já a iteração de um outro: sem círculo e sem aspas para nos garantir, quanto à identidade, a oposição ou a distinção de eventos discursivos” (DERRIDA, 2003, p. 30). Assim, nenhum texto pode ser verdadeiramente original, já que não existem textos completamente novos e inéditos. Além do mais, não há como evitar o infinito remeter a outros

textos: “um texto lê o outro. Como estancar uma leitura? [...] Cada texto é uma máquina de múltiplas leitoras para outros textos” (DERRIDA, p. 38).

Se se parte, então, de que o remeter ao outro é inerente a qualquer texto, não se pode mais definir onde começa e onde termina um texto, não é possível mais definir os seus limites. Como afirma Derrida, “quando, com ou sem aspas, um texto cita e recita, quando ele se escreve sobre a borda, vocês começam, vocês já começaram a perder o pé. Vocês perdem de vista a linha de referência que delimita um texto e seu fora” (p. 21). É preciso esclarecer aqui que não se está fazendo referência aos limites concretos do texto, aos seus limites gráficos. Contudo, mesmo esses limites concretos, por assim dizer, como as aspas citadas por Derrida, não impedem que se insira uma citação em um contexto diverso daquele no qual se encontrava anteriormente e que se faça uso dela para afirmar posições completamente diferentes das anteriores. Dessa forma, mesmo limitado graficamente, um texto nunca está definido, recebendo sentidos apenas dentro de um contexto.

Além de não se poderem definir os limites do texto, também não é possível mais esperar que ele encerre em si sentidos, idéias e mensagens que devem ser resgatados pelos leitores/tradutores. Por todos esses motivos, a questão do texto é fundamental para a tradução, já que quando se traduz, tem-se a ilusão de partir de algo previamente definido e estável, o texto original. Conforme pretendo discutir mais tarde, essa ilusão é necessária e sem ela a leitura não seria possível. Menos ainda o seriam as traduções.

De qualquer forma, é preciso ter em mente que

a borda aparentemente externa de um fechamento [...], longe de ser simples, simplesmente externa e circular, segundo a representação filosófica da filosofia, não sinaliza para além, em direção ao todo outro, a não ser se desdobrando, fazendo-se “representar”, re-dobrar, *re-marcas*, no interior de um fechamento, ao mesmo no que a estrutura produz como efeito de interioridade. (DERRIDA, p. 33)

Um texto só o é porque se relaciona com outros textos por meio de citações, representações que parecem fazer parte só dele, mas que fazem parte também de muitos outros textos. Partindo desses pressupostos, esperar que a tradução recupere algo que está no original passa a ser algo impossível e impensável, já que o próprio texto que é denominado “original” não é nem tão uno e nem tão original como geralmente se pensa. O tradutor não recupera algo previamente dado, mas sim a leitura que faz do original, sua interpretação do texto. É também a esta conclusão que chega Esteves em sua dissertação de mestrado, o que indica que a tradutora partilha dos pressupostos pós-estruturalistas no que concerne à concepção de texto original, e, dessa forma, sabe que parte da sua leitura desse texto para fazer todo o trabalho de tradução para outra língua.

Ao assumir essa postura de “sujeito-interpretante” a tradutora assume também a responsabilidade sobre o trabalho que realiza e sobre as conseqüências, positivas ou não, desse trabalho.

A VERDADE, FRUTO DA INTERPRETAÇÃO DO SUJEITO

A noção de verdade como algo presente nas coisas e independente do sujeito, assim como a de texto como algo hermético e com limites claros, faz parte da tradição logocêntrica que predomina em nossa sociedade ocidental, que separa em pólos opostos, entre outras coisas, o sujeito e o objeto. Dessa forma, estando presente no objeto, a verdade deveria ser descoberta pelo sujeito de uma maneira objetiva, ou seja, o conhecimento da verdade não implicaria nenhuma interferência por parte do sujeito. Como explica Arrojo,

o homem ocidental, forjado no culto ao racionalismo, ilude-se com sua suposta autonomia “consciente” – que não passa de uma instância derivada de processos inconscientes – e crê poder separar-se do “real”, ou seja, crê poder “descobrir” “verdades” que não sejam construídas por ele mesmo, nem “contaminadas” pelo seu desejo. (1992, p. 15)

No entanto, essa separação entre sujeito e objeto não é tão clara e definida como se pensa. Para a pós-modernidade, assim como texto não é estável e não possui limites definidos, o sujeito não está separado do objeto e não descobre verdades, mas as constrói a partir do objeto, interagindo com ele, modificando-o e sendo modificado por ele num movimento contínuo. Como lembra e explica Derrida, “a tal ‘própria-coisa’ é desde sempre um *representamen* subtraído à simplicidade da evidência intuitiva. O *representamen* funciona somente suscitando um *interpretante* que torna-se ele mesmo signo e assim ao infinito” (1999, p. 60).

No ensaio intitulado “A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano”, Arrojo discorre sobre “o projeto da desconstrução do

logocentrismo delineado por Jacques Derrida” (1992, p. 13) e suas implicações para a noção de “verdade”. Segundo ela, essa noção seria uma “grande ilusão humana” (p. 15), ilusão necessária, no entanto, para a manutenção da vida em sociedade e do poder.

No que diz respeito à tradução, a desconstrução da noção de verdade acarreta uma necessária reflexão sobre o papel do tradutor. A tradição estruturalista e logocêntrica atribui ao tradutor um papel passivo: descobrir os verdadeiros significados presentes no original e transportá-los, sem nenhuma interferência, para a tradução. Segundo Arrojo,

de acordo com J. C. Catford, [...] a tradução é a “substituição do material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua” [1980, p. 22]. Eugene Nida, outro teórico importante, expande essa imagem através da comparação das palavras de uma sentença a uma fileira de vagões de carga [1975, p. 190]. Segundo sua descrição, a carga pode ser distribuída entre os vagões de forma irregular. [...] Da mesma maneira que o que importa no transporte da carga não é quais vagões carregam quais cargas, nem a seqüência em que os vagões estão dispostos, mas, sim que todos os volumes alcancem seu destino, o fundamental no processo de tradução é que todos os componentes significativos do original alcancem a língua-alvo [...]. Assim, o tradutor traduz, isto é, transporta a carga de significados, mas não deve interferir nela, não deve “interpretá-la”. (1986, p. 11-12-13)

Contudo, na pós-modernidade o papel do tradutor é modificado significativamente. Não havendo mais a busca pela verdade do original, não havendo mais significados presentes nesse texto, o tradutor deixa de ser concebido como aquele que deve resgatar esses significados/verdades e transportá-los para sua língua e assume um papel de muito mais responsabilidade: o de ler e interpretar o original e reescrevê-lo em sua língua segundo sua interpretação.

Essa parece ser a concepção de Esteves, já que ela afirma que

embora os tradutores e críticos de tradução julguem estar descobrindo a verdade do texto, e preservando-a em sua tradução sem qualquer interferência, eles estarão irremediavelmente realizando essa tradução dentro de sua concepção de verdade. Esta, por sua vez, não é universal e unanimemente aceita, e por isso a tradução terá uma aceitação restrita à comunidade interpretativa em que se encontra. (1992, p. 49)

Nessa passagem, a tradutora além de mostrar que está ciente de que a verdade é construída pelo sujeito, levanta também a questão da não-universalidade dessa verdade, o que restringe uma tradução à comunidade interpretativa para a qual ela foi feita. Isso ocorre porque, o tradutor, apesar de construir verdades, não as constrói de forma livre; nessa construção de verdades, ele é determinado, entre outras coisas, pelo contexto histórico, cultural, ideológico, econômico, pelo público-alvo de sua tradução, por suas experiências individuais, por seu inconsciente. Todas essas determinações fazem com que uma tradução possa ser considerada aceitável por uma comunidade e não o ser por outra.

Em sua dissertação, Esteves também demonstra partilhar da idéia de que o tradutor sofre diferentes tipos de determinações quando, ao discutir a imagem das bruxas de *Macbeth* nas diferentes traduções que analisa, afirma que

as verdades sobre as bruxas são fruto de leituras, e são “verdades”, no plural, porque existem muitas leituras que convivem e se evidenciam como diferentes. Essas diferentes leituras, por sua vez, não são consequência de uma total liberdade de interpretação, mas sim de vários enfoques, determinados por contextos histórico-sociais. Finalmente, tais enfoques não são necessariamente, e em sua totalidade, escolha consciente deste ou daquele leitor. Eles são, sim, escolhas determinadas por diferentes comunidades, das quais o leitor não consegue se subtrair, mesmo que ao fazê-las julgue estar atingindo a “verdade” do texto. (p. 143)

Dessa forma, apesar de não possuir uma essência estável para ser descoberta, o original também não é recriado pelo tradutor de forma livre e

desregrada. Sua recriação ocorre sob a coerção de todas essas determinações, que fazem com que uma tradução seja aceita pela comunidade para a qual foi realizada.

A ILUSÃO DO “UM-SENTIDO” COMO NECESSIDADE PARA A SIGNIFICAÇÃO

Já foram discutidas aqui as questões referentes à multiplicidade constitutiva de qualquer texto e aos significados que não estão presentes nas palavras, expressões e frases que, juntas, formam os textos. No entanto, uma pergunta poderá emergir neste ou em outro ponto do trabalho: por que, então, tem-se, num primeiro momento, a impressão de que há apenas um sentido nas palavras e que os textos parecem ser todos uniformes e coerentes, expressando uma única idéia?

Stanley Fish, no ensaio “Is There a Text in This Class?”, explica que o sentido único e óbvio que as palavras parecem ter não decorre de nenhum valor ou significado intrínseco a elas, mas do fato de que elas fazem parte de um contexto, que o autor denomina “comunidade interpretativa”. Segundo Fish,

a obviedade do sentido de uma fala não se deve aos valores que suas palavras possuem em um sistema lingüístico que é independente do contexto; antes, é porque as palavras são ouvidas como partes de um contexto que elas têm sentido [...]. Pode-se perceber isso quando se colocam as palavras em um outro contexto e se observa quão rapidamente outro sentido “óbvio” emerge. [...] É impossível até mesmo pensar em uma frase independente de um contexto; quando ponderamos uma frase para a qual não foi especificado nenhum contexto, nós a

ouvimos, automaticamente, no contexto em que ela aparece mais freqüentemente. (1980, p. 310-311)⁶

Dessa maneira, ao ler um texto, o sujeito, dentro de um contexto e somente dentro dele, atribui apenas um sentido às palavras e constrói, assim, o texto, fruto de uma leitura que pode parecer óbvia naquele momento. O texto, contudo, se submetido a um outro leitor, que se encontrará inevitavelmente em um outro contexto, ou até ao mesmo leitor em um contexto diferente (alguns dias depois, por exemplo), terá um novo sentido único que novamente será percebido como óbvio e claro.

O mesmo processo acontece com o tradutor e os sentidos que ele atribui ao original. Alguns tradutores, no entanto, mostram-se conscientes de que o sentido que priorizam não é o único e de que as línguas são equívocas e promovem jogos de significação. É o caso de Lenita Esteves, que afirma que “os tradutores não só reconhecem esses obstáculos, mas precisam contorná-los ou transpô-los de alguma maneira” (1999, p. 112).

Com essa afirmação, Esteves traz à discussão um ponto de extrema importância: o “um-sentido”, como o denomina Allouch (apud ESTEVES, 1999), que se atribui às palavras durante a leitura/tradução não é apenas inevitável, mas também necessário. A única maneira de transpor os obstáculos a que se refere Esteves, ou seja, a única maneira de lidar com “o caráter equívoco da língua e os

⁶ Tradução de: “The obviousness of the utterance’s meaning is not a function of the values its words have in a linguistic system that is independent of context; rather, it is because the words are heard as already embedded in a context that they have a meaning [...]. One can see this by embedding the words in another context and observing how quickly another “obvious” meaning emerges. [...] It is impossible even to think of a sentence independently of a context, and when we are asked to consider a sentence for which no context has been specified, we will automatically hear it in the context in which it has been most often encountered”.

jogos a que ela se presta” (ESTEVEES, 1999, p. 112) parece ser exatamente aquilo que fazem, com a valiosa ajuda do contexto, leitores e tradutores a todo momento: eleger um dentre os significados possíveis das palavras e textos e defini-los provisoriamente; sem isso a leitura/tradução não seria possível. Em sua tese de doutorado, Esteves, entre outras coisas, reflete sobre os fatores que fazem com que *Finnegans Wake*, de James Joyce, apresente tantas dificuldades à leitura e à tradução e, a respeito do “um-sentido”, explica que

para que seja possível uma tradução, no momento em que há um equívoco ou nos pontos em que um texto “desliza”, o tradutor se vê obrigado a “domesticar” esse deslizamento atribuindo àquele fragmento um determinado sentido. Não é uma questão de escolha, mas sim uma necessidade que se impõe a ele. Feita a domesticação, sempre há possibilidade de questioná-la. [...] Portanto, não é que o tradutor deseje, ou tente, congelar o deslizamento dos sentidos em “um-sentido”. Ele se vê, isso sim, muitas vezes obrigado a fazê-lo, para que se viabilize a tradução. (p. 112-113)

Assim, uma vez congelado o sentido na leitura do original, passa-se a procurar na língua para a qual se vai traduzir palavras que, supostamente, desencadearão esse sentido nessa outra língua. Como afirma Derrida, a tradução “para tudo, decide, suspende e movimenta” (2003, p. 32). No entanto, o texto traduzido também será equívoco e seus sentidos também terão que ser congelados e definidos provisoriamente pelos leitores em um dado contexto e, assim como os sentidos eleitos pelo tradutor ao ler o original podem não ser os mesmos que o autor gostaria que fossem, o leitor da tradução pode não congelar os sentidos que o tradutor esperava, ou seja, o leitor pode, e provavelmente perceberá sentidos diversos dos que foram percebidos pelo tradutor no original. Esteves parece saber disso, já que afirma que a “domesticação” feita aos sentidos pode ser sempre

questionada. A esse respeito, Derrida, no início de *Sobreviver*, discutindo as diversas formas de se pronunciar a pergunta “Mas quem fala de viver?”, afirma que “nenhuma das inflexões goza de um privilégio absoluto, nenhum sentido pode se estancar. Nenhuma borda, interna ou externa, está assegurada” (p. 19) e nenhum sentido pode ser garantido. Também é o que afirma Esteves quando, referindo-se especificamente à obra de Joyce, declara:

Uma escrita tão aberta aos jogos de palavras, tão cheia de alusões e enigmas, pode, teoricamente, significar quase qualquer coisa. A presença de línguas diferentes do inglês traz inúmeras possibilidades, das quais muitas vezes nem nos damos conta. [...] O texto traduzido não deixa de ser uma domesticação do original. Mas [...] *Finnegans Wake* é uma obra que, já na língua de partida (e afinal de contas, qual será essa língua?) pede para ser domesticada, explicada, desdobrada. (1999, p. 137-138)

Nessa passagem, a tradutora ressalta alguns dos fatores que fazem com que seja tão trabalhosa a tarefa de ler e traduzir *Finnegans Wake*: jogos de palavras, alusões e enigmas, a presença de muitas línguas no “mesmo” texto. Esses fatores, segundo ela, fazem com que a obra de Joyce, que já no original “pede para ser domesticada, explicada, desdobrada”, possa “significar quase qualquer coisa”.

Penso que é possível estender essas constatações de Esteves a todo texto, seja ele traduzido ou não, submetido ou não à tradução. Todo e qualquer texto apresenta ao leitor jogos de palavras, alusões a outros elementos e textos, enigmas que pedem para ser decifrados, línguas diferentes dentro da “mesma” língua. “Nunca se escreve nem na própria língua nem numa língua estrangeira.” (DERRIDA, 2003, p. 33) Assim, de todo texto é possível dizer que ele pode “significar quase qualquer coisa” para alguém; o contexto, contudo, determina qual será o “um-sentido” naquele momento. Além disso, todo texto, e não apenas

Finnegans Wake, pede para ser domesticado, desdobrado, explicado, enfim, lido.

Segundo Derrida,

Um texto apenas vive se ele sobre-vive e ele só *sobrevive* se é *simultaneamente* tradutível e intraduzível [...]. Totalmente tradutível, ele desaparece como texto, como escritura, como corpo de língua. Totalmente intraduzível, mesmo no interior do que se acredita ser *uma* língua, ele imediatamente morre. (p. 33-34, grifos do autor)

Assim, o texto apenas se realiza como tal se, ao mesmo tempo, se dá e não se dá à leitura, à tradução; se pede para ser domesticado e não se deixa domesticar. É preciso que o ele “corra o risco para tentar sobreviver” (DERRIDA, p. 58). É preciso que o texto corra o risco de se perder para que possa ser encontrado, já que a garantia do sentido não existe nem em *Finnegans Wake*, nem no texto que agora escrevo, nem em nenhum outro texto possível.

A IMPOSSIBILIDADE DE ALCANÇAR A ORIGEM

No segundo capítulo de *Oficina de tradução* (1986), Arrojo problematiza e desmitifica a questão do texto original, mostrando-nos, a partir da leitura do conto “Pierre Menard, autor del *Quijote*”, de Jorge Luis Borges, que, mesmo que se repita totalmente um texto (como fez Menard com a obra de Cervantes) com o intuito de preservá-lo, o segundo texto, a cópia, a repetição, será inevitavelmente um outro texto. Como explica Arrojo,

ainda que um tradutor conseguisse chegar a uma repetição total de um determinado texto, sua tradução não recuperaria nunca a totalidade do “original”;

revelaria, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação desse texto que, por sua vez, será, sempre, apenas *lido e interpretado*, e nunca totalmente decifrado ou controlado. (p. 22)

O desejo pela preservação do original durante o processo de tradução é característico da tradição dos estudos tradutórios fundada no logocentrismo, que vê o original como um depósito de significados dados pelo autor e a tradução com resgate e transmissão desses significados de forma neutra e objetiva. Segundo Arrojo,

nessa tradição cultural que crê na possibilidade de uma distinção intrínseca entre sujeito e objeto, a origem do significado é necessariamente localizada no significante (no texto, na “mensagem”, na palavra), nas intenções (conscientes) do emissor/autor, ou numa combinação ou alternância dessas duas possibilidades. (1992, p. 35)

Como consequência, tem-se a concepção de texto original como um objeto estável e recuperável e busca-se alcançar essa origem idealizada de maneira fiel e objetiva. No entanto, por ser idealizada, nunca se poderá chegar a uma “origem pura”, mesmo porque, como mostrei anteriormente, nenhum texto é puro. Dessa forma, o texto não é estável e a recuperação da origem constitui apenas um desejo que não é realizável. O texto é uma multiplicidade de outros textos e, em meio a essa multiplicidade, “o ponto de origem torna-se inalcançável. Há coisas, águas e imagens, uma remessa infinita de uns aos outros mas sem nascente. Não há mais uma origem simples” (DERRIDA, 1999, p. 45).

Não se está aqui afirmando a inexistência da origem, mas apenas a impossibilidade de se chegar a ela. Segundo Lima e Siscar, “o que [...] se questiona é a idéia da origem reconhecível, noção extremamente importante que

não deve ser confundida com a ausência de origem: o discurso constrói o sentido de seu objeto, assim como a tradução constrói o sentido de seu original” (2000, p. 103).

O texto original, a suposta origem que a tradução busca alcançar, só existe como interpretação de um sujeito. Lenita Esteves está ciente da “impossibilidade de se resgatar ou atingir um único ‘original’, visto que este já não é resgatável nem mesmo em sua língua de origem” (1992, p. 144), devido, entre outras coisas, à multiplicidade constitutiva de qualquer texto e ao fato de que, já em sua língua de origem, o texto é fruto da interpretação de seus leitores.⁷

Além disso, como explica Esteves, “é impossível recuperar ou mesmo delimitar o momento original da concepção de uma obra e os fatores que a motivaram, impossível até mesmo para o autor” (1991, p. 155), já que muitos desses fatores são de ordem inconsciente e, com o tempo, até os fatores que pensamos ser conscientes são, aos poucos, esquecidos. Isso acontece também no trabalho do tradutor, que nem sempre sabe explicar as escolhas realizadas na tradução. É o que afirma Esteves quando, em uma entrevista fornecida ao *site* da IG (provedor gratuito de acesso à internet), declara: “para ser sincera, muitas vezes a gente não consegue lembrar, anos depois, o que motivou esta ou aquela escolha” (BUARQUE, 2002, p. 2).

Assim, se nem o próprio autor pode conhecer exatamente a origem do que escreve, se as palavras e textos deixam de ser a origem simples e recuperável de significados e idéias, o conceito tradicional de fidelidade já discutido e

⁷ Ver também, a esse respeito, a parte intitulada “Os textos que constituem o texto”.

problematizado anteriormente neste trabalho não tem mais razão de ser. “Se não há significados estáveis e petrificados, se essa semelhança perfeita é inatingível, o tradutor se torna desobrigado do fardo da traição inevitável” (ESTEVES, 1997, p. 70).

Contudo, embora a recuperação da origem não seja possível, embora os significados não possam ser recuperados, “para tornar possível a própria expressão humana através da linguagem, a ilusão do significado atingido, da construção do signo tem de ocorrer” (GRIGOLETTO, 1992, p. 32). Assim, embora saiba que esse texto que agora escrevo não guarda, não carrega e não garante as minhas intenções, aquilo que quero dizer, e que o leitor não recuperará minhas idéias, preciso, de certa forma, acreditar que isso tudo acontece para continuar a escrever. Preciso preservar o desejo pelo que Derrida denomina “núcleo intacto”, pela origem que será alcançada pelos leitores por meio do texto que escrevo.

Derrida fala a esse respeito na seguinte citação:

Mas apenas se pode esquecer que nunca houve um núcleo intacto. Essa fantasia, esse desejo pelo núcleo intacto põe em movimento todo tipo de desejo, todo tipo de língua [...]. Essa é a necessidade e é uma necessidade muito difícil, terrível. Mas, [...] sem o desejo pelo núcleo intacto que não existe, o desejo pelo intocável, pela virgindade [...], nenhum desejo seria posto em movimento. (1985, p. 116)⁸

⁸ Tradução de: “But one can only forget that there has never been an intact kernel. This phantasm, this desire for the intact kernel sets in motion every kind of desire, every kind of tongue, appeal, address. This is the necessity and it’s a hard one, a terrible necessity. But [...] without the desire for the intact kernel which doesn’t exist, the desire for the untouchable, for virginity [...], no desire whatever would be set moving.”.

Dessa forma, o desejo pelo núcleo intacto é uma necessidade da qual não se pode abrir mão porque ele movimenta todo tipo de desejo, ele movimenta o desejo de expressão. Contudo,

é necessário entender [...] que todo o processo é ilusório, ilusão necessária para se produzir linguagem, para que o texto se apresente; na verdade, todo o processo é um jogo, e cada jogo tem suas próprias regras, que servem apenas para aquele jogo e não para outro. [...] O jogo não tem origem nem fim, mas cria uma estrutura, ou melhor, permite a ilusão de que existe uma estrutura, uma tecitura [sic]. Portanto, o jogo condiciona e restringe a interpretação, mas ele não existe previamente à escritura; ele se instaura no instante mesmo de cada escritura. (GRIGOLETTO, 1992, p. 32)

Dessa forma, o “jogo” a que se refere Grigoletto não acontece antes que se comece a ler ou a escrever, os significados não estão nas palavras e nos textos antes da leitura/escritura, mas, no momento em que se lê ou se escreve, o jogo acontece e se tem a impressão de ter atingido e recuperado significados e essa impressão é necessária para que aconteça qualquer tipo de interação.

A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS COMO CONDIÇÃO PARA A TRADUÇÃO

Se para que a leitura seja possível faz-se necessário que se atribua um significado a cada palavra, expressão, frase ou texto e esse significado não é definitivo e absoluto, mas renova-se a cada leitura, na tradução ocorre o mesmo: como afirma Esteves, “em toda tradução, é preciso que haja primeiro uma atribuição de sentido, para que depois a operação se torne factível” (2000, p. 22).

Nos artigos “Tradução: o indecível e o impossível em James Joyce” e “*Finnegans Wake*: Joyce nas fronteiras do sentido” e em sua tese de doutorado, a tradutora discorre, entre outras coisas, sobre a (im)possibilidade de se traduzir uma das obras mais conhecidas de Joyce para a língua portuguesa. Um dos pressupostos de que parte em seu trabalho é o de que “a tradução é uma operação regida pelo sentido, [assim como por] outros elementos, como a sonoridade, [...] que também têm a sua função” (2000, 15), mas que, no entanto, são secundários em relação ao sentido, que teria primazia. Para Esteves, “o trabalho, que pretende ser de tradução, nunca poderá abandonar um compromisso, maior ou menor, com a significação” (1999, p. 135).

De modo geral, partindo da atribuição de sentidos como condição para a tradução, a tradutora discute pontos em que a singularidade de Joyce se escreve em seu texto de modo a impedir a atribuição de sentidos e, conseqüentemente, a tradução. Segundo ela, “justamente nos pontos onde se inscreve essa singularidade, a tradução se torna impossível, pois não há efeito de significação” (p. 15).

A impossibilidade da atribuição de sentido e da tradução ocorreria devido à falta de estrutura sintática que as sustentasse. Como explica Esteves, é impossível atribuir sentidos

quando a sintaxe não sustenta a articulação dos sentidos, deslizando e deixando o leitor/tradutor à deriva. A presença ou a ausência, às vezes de uma pequena partícula, outras vezes de cadeias maiores, não só quebram a expectativa do leitor, mas não lhe oferecem pontos de ancoragem para que ele articule um efeito de significação. Se traduzir é escrever tendo como base a significação, e se a significação é um efeito da articulação de cadeias significantes, ao tradutor é necessária uma estrutura sintática na qual possa se apoiar. (2000, p. 22)

Dessa forma, na ausência dessa estrutura sintática, a atribuição de sentidos e a tradução seriam impossíveis. Por outro lado, essa mesma ausência de estrutura sintática, possibilitaria a atribuição de muitos sentidos ao mesmo tempo, o que também acaba por constituir um problema. Segundo Esteves, “paradoxalmente, são tantos os sentidos virtuais possíveis que o leitor pode acabar sem sentidos. O transbordamento de sentidos pode levar a um esvaziamento, a uma impossibilidade de compreensão, a um atordoamento” (1998, p. 330). Assim, a atribuição de sentidos na obra de Joyce também seria dificultada pelo excesso de sentidos disponíveis para o leitor, que ficaria frente ao indecível, sem saber e sem poder escolher um único sentido para realizar a sua leitura.⁹

Por todos esses fatores que tentei mostrar de maneira bastante resumida e simplificada, Esteves acaba por concluir que “*Finnegans Wake* nos traz o impossível: não há tradução sem sentido” (2000, p. 23). Frente a essa conclusão, o leitor poderia pensar que a tradutora afirma a impossibilidade de se traduzir essa obra de James Joyce, o que não acontece. Esteves afirma a impossibilidade de se traduzir trechos da obra e não a obra como um todo.

Na realidade, nem esses trechos são impossíveis de traduzir, já que a tradutora, no terceiro capítulo de sua tese de doutorado, analisa as traduções de alguns trechos da obra para a língua portuguesa realizadas por Augusto de Campos e inclui, em sua análise, trechos nos quais é “difícil precisar a estrutura sintática”, que seriam, assim, teoricamente impossíveis de traduzir, mas que são efetivamente traduzidos por Campos. De acordo com Esteves, para que esses

⁹ A esse respeito, ver a parte intitulada “A ilusão do ‘um-sentido’ como necessidade para a significação”.

trechos impossíveis se tornem possíveis de serem traduzidos, “o tradutor precisa de certa forma ‘congelar’ o texto, retirando ou acrescentando termos, acomodando a sintaxe para que a partir dela possa depreender uma significação” (p. 22-23).

Gostaria de refletir aqui sobre essa necessidade de congelamento e de “acomodação” que o texto de Joyce, segundo Esteves, apresenta ao leitor/tradutor para que uma leitura/tradução seja realizada. Como já argumentei, para que se leia um texto qualquer é preciso que se congele esse texto e se atribua um sentido a ele. Quando isso acontece, deixam-se de lado muitos outros sentidos que esse mesmo texto poderia receber e privilegia-se apenas um deles. Esse sentido que é atribuído ao texto é construído a partir de elementos e aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos. Contudo, apenas parte desses elementos são percebidos pelo leitor como significativos, sendo ignorados os elementos que não são percebidos dessa forma.

Dessa forma, a leitura de qualquer texto, e não apenas do de Joyce, envolve um movimento de acomodação e congelamento dos aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, etc., para que a significação se dê. Talvez *Finnegans Wake* explicita essa necessidade, torne-a mais clara, mas ela é imposta ao leitor em todos os textos, embora na maioria das vezes não seja percebida.

Assim, essa suposta ilegibilidade e conseqüente intraduzibilidade do texto de Joyce não é peculiar. Ela é muito explícita em *Finnegans Wake*, mas, em maior ou menor grau, faz parte de todo e qualquer texto. Todo texto é ilegível num primeiro momento e, segundo Derrida, é essa ilegibilidade que

faz partir a leitura, a escritura e a tradução. A ilegibilidade não é o contrário do legível, é a aresta que lhe dá também a possibilidade e a força de partir de novo. [...] Que o ilegível se dê a ler, esta não é uma fórmula de compromisso. A ilegibilidade não é menos radical e irreduzível por sua vez: em absoluto, vocês me lêem, pois bem. (2003, p. 44)

Assim, é a ilegibilidade que impulsiona e motiva a leitura. Quanto mais “ilegível”, mais leituras o texto provoca. A obra de Joyce mostra isso muito bem: por mais ilegível que possa parecer, ela é sempre objeto de estudo literário e sempre provoca leitores curiosos em descobrir o motivo de tanta discussão, reflexão, admiração. Como declara Esteves, “o livro exige que se retorne a ele, retorno que será recompensado por novas descobertas e novos desafios. É muito comum, nessa experiência, ler uma passagem já lida como se fosse a primeira vez” (1999, p. 10).

Além disso, como afirma Derrida e como pode ser percebido pela análise de Esteves da tradução de trechos de *Finnegans Wake*, a ilegibilidade não é absoluta; o ilegível torna-se, de certo modo, legível. Como afirma Esteves, “após várias tentativas o livro já não assusta tanto. É como se estivéssemos aprendendo a ler de novo, e cada tentativa é menos frustrante, ficando o leitor cada vez mais enredado nessas letras” (p. 10). E isso ocorre com todo texto e não apenas com *Finnegans Wake*.

COMO SE DÁ A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS

Em sua tese de doutorado, Esteves discute a questão da atribuição de sentidos e assume o ponto de vista segundo o qual “o sentido, ou a significação, são efeitos da cadeia significante e, portanto, as duas vertentes [forma e sentido] não se separam” (1999, p. 15). Dessa forma, o sentido seria fruto da maneira como a língua está organizada em cadeias significantes, o que leva a uma impossibilidade de separação entre forma e conteúdo, já que um contamina e determina o outro. Como explica Esteves,

se o sentido fosse apenas “a outra face da folha de papel”, um elemento estático, uma característica primária da linguagem, bastariam dicionários para se realizar um trabalho de tradução. Os computadores, cada vez mais avançados, já teriam substituído o elemento humano nessa empreitada. (p. 103)

Dessa forma, o sentido não está separado da forma, mas depende dela para ser formado. Assim, como Esteves, adoto a perspectiva de que a significação se dá, entre outras coisas, como um produto da relação entre as palavras que formam os textos e dessa relação com o sujeito leitor. Como afirma Derrida, “as diferenças aparecem entre os elementos ou, melhor, produzem-nos, fazem-nos surgir como tais e constituem *textos*, cadeias e sistemas de rastros. Estas cadeias e estes sistemas podem-se desenhar somente no tecido deste rastro ou impressão” (1999, p. 79). Assim, as cadeias significantes são produto da diferença entre as palavras que as constituem e sem essas diferenças nenhuma cadeia significante seria percebida enquanto tal.

A essa rede de diferenças, esse infinito remeter de um significante a outro, Derrida denomina “rastros”. Segundo ele, “o rastro é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral. O que vem afirmar mais uma vez, que não há origem absoluta do sentido em geral” (p. 79-80, grifos do autor). Desse modo, as diferenças produzem as cadeias significantes e essa relação de remissão entre elas, o “rastros”, é que dá origem ao sentido. O significado não existe de antemão, antes do encadeamento de significantes, mas nasce no momento mesmo em que os significantes, relacionando-se entre si, também são constituídos pelo sujeito. Derrida afirma que “sem um rastro retendo outro como outro no mesmo, nenhuma diferença faria sua obra e nenhum sentido apareceria. Portanto, não se trata aqui de uma diferença constituída, mas, antes de toda determinação de conteúdo, do movimento puro que produz a diferença” (p. 76-77). A diferença, dessa maneira, é anterior e constitutiva de toda significação.

Além de ser produzido a partir de cadeias significantes, o significado é produzido dentro de um contexto, que também determina e justifica os significados atribuídos. “Portanto, a justificação não pode jamais ser absoluta e definitiva. Ela responde a um estado de forças e traduz um cálculo histórico” (DERRIDA, p. 86), fora do qual nenhum significado tampouco será dado.

ALGUNS FATORES QUE DETERMINAM A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS

O sujeito é determinado por vários fatores ao traduzir: fatores de ordem social, histórica, ideológica, cultural, etc. e fatores de ordem inconsciente. Pretendo aqui examinar, junto com Lenita Esteves, alguns fatores que determinam, mais especificamente, a atribuição de sentidos em uma leitura ou tradução e a avaliação da tradução pelos leitores.

Em sua tese de doutorado, Esteves, ao discorrer sobre os problemas que é preciso “solucionar” para se realizar uma tradução, afirma que:

o maior problema que os tradutores enfrentam é justamente o fato de que, em cada língua, os sentidos “rolam” de formas diferentes, trazendo possibilidades associativas singulares. E esse “rolar” em direções diferentes não se deve só a diferenças culturais, mas, principalmente, às associações sonoras ou sintáticas que as próprias cadeias da língua proporcionam, e que são diferentes nas diversas línguas. (1999, p. 112)

Nessa passagem a tradutora afirma a diferença entre as línguas e as dificuldades que isso acarreta para a tradução. Essas dificuldades seriam decorrentes não apenas das diferenças em relação à cultura que envolve cada língua, mas também, e principalmente, da maneira como cada língua se organiza fonológica, morfológica, sintática, semanticamente, maneira que é peculiar a cada língua.

Assim, mesmo depois de conseguir fazer com que os sentidos “parem” por um momento ao serem lidos e traduzidos, não é possível preservá-los por completo no processo de tradução, ou seja, não é possível criar, na tradução, o mesmo sentido atribuído às palavras durante a leitura do original. Isso porque os

dois textos são escritos em duas línguas distintas que se organizam de formas diversas, o que impede, na tradução, a preservação e reprodução dos mesmos sentidos nas duas línguas.

Além da forma peculiar como cada língua se organiza, existem outros fatores que determinam a atribuição de sentidos; entre eles, os fatores de cunho social, lembrados por Stanley Fish, que argumenta que as “atividades interpretativas não são livres, mas o que as restringe são as reconhecidas práticas e pressuposições das instituições e não as regras e os significados fixos de um sistema lingüístico” (1980, p. 306).¹⁰ Desse modo, a atribuição de sentido também sofre coerções sociais decorrentes da comunidade em que o texto está inserido, dos valores dessa comunidade, da época em que o texto é lido, das práticas institucionais, entre outras, e nada tem a ver com o resgate de valores intrínsecos às palavras.

Fish lembra, no entanto, que essas determinações não ocorrem separadamente da leitura. Segundo ele,

o sentido de uma fala seria severamente restringido não depois que a fala foi ouvida, mas no momento em que ela *poderia*, antes de mais nada, ser ouvida. Uma pluralidade infinita de sentidos seria temível somente se as frases existissem em um estado em que elas não estivessem já enraizadas em uma situação e não fossem percebidas como uma decorrência dela. [...] Mas esse estado não existe; frases emergem apenas em situações e, dentro dessas situações, o sentido normativo de uma fala sempre será óbvio ou, pelo menos, acessível; embora em uma outra situação a mesma fala, não mais a mesma, terá um outro sentido normativo que não será menos óbvio e acessível. (p. 307-308)¹¹

¹⁰ Tradução de: “interpretative activities are not free, but what constrains them are the understood practices and assumptions of the institution and not the rules and fixed meanings of a language system”.

¹¹ Tradução de: “the meaning of the utterance would be severely constrained, not after it was heard but in the ways in which it *could*, in the first place, be heard. An infinite plurality of meanings would be a fear only if sentences existed in a state in which they were not already embedded in, and had come into view as a function of, some situation or other. [...] But there is no such state;

Assim, as restrições, frutos de um enraizamento contextual, agem no momento mesmo em que uma leitura se dá, não permitindo a proliferação de sentidos, ou seja, fazendo com que, em um dado momento, em uma dada situação, os sentidos pareçam ser únicos e definitivos.

Derrida, a esse respeito, afirma que “nenhum sentido se determina fora de contexto”, mas lembra, por outro lado, que “nenhum contexto dá lugar à saturação” (2003, p. 21). O contexto restringe a atribuição de sentido, mas essa restrição não é absoluta, ou seja, há a possibilidade de se atribuir um outro sentido àquelas mesmas palavras naquele mesmo contexto. Isso seria possível porque a interpretação é fruto do contexto e da maneira peculiar como a língua se organiza, mas também é fruto do sujeito, que adiciona a todos esses fatores suas experiências pessoais e seus desejos inconscientes. Segundo Esteves, o contexto e a maneira como a língua se organiza oferecem “possibilidades de combinações, substituições e arranjos que um poeta, dada a sua constituição psíquica, que por sua vez determina sua posição em relação à sua língua, poderá fazer de outro modo, de um modo singular” (1999, p. 62), inscrevendo-se, assim, a singularidade.

No artigo “Tradução fiel: a quem? a quê? por quê?”, Esteves lembra de um outro tipo de determinação, a econômica. A esse respeito, afirma que

sentences emerge only in situations, and within those situations, the normative meaning of an utterance will always be obvious or at least accessible, although within another situation that same utterance, no longer the same, will have another normative meaning that will be no less obvious and accessible”.

apesar de uma tradução ser fruto da leitura que o tradutor faz do texto original, essa leitura não é exclusivamente sua, e não o é em mais de um nível. É claro que o tradutor participa de uma cultura e de um conjunto de crenças que são partilhados por ele e as pessoas com quem convive. Por outro lado, mesmo que o tradutor não interprete este ou aquele termo de determinada forma, existe a chance da influência do editor que, por ser patrão, impõe a sua leitura. (1997, p. 68)

Nessa passagem, ela afirma que a leitura do tradutor é determinada por vários fatores, o que faria com essa leitura não fosse exclusivamente dele. Entre esses fatores estão os relacionados à cultura, à sociedade e suas crenças. Esteves introduz, contudo, um outro fator que, embora seja importante, nem sempre é lembrado nas discussões teóricas acerca da tradução: o poder que tem o “patrão” sobre a tradução, sobre a forma como ela será realizada.¹²

Embora nem sempre seja lembrado e incluído entre os fatores em que o tradutor se pauta para realizar seu trabalho, o poder do cliente, como pode ser percebido pela declaração da tradutora, é decisivo, podendo, freqüentemente, se sobrepôr a todos os outros fatores. Segundo ela, a influência do editor, do “patrão”, daquele que está pagando pelo trabalho do tradutor e que, por esse motivo, tem poder sobre ele, é determinante no trabalho do tradutor. Esse aspecto, embora seja tão influente, não é levado em consideração por muitas abordagens que se propõem a discutir o trabalho do tradutor e suas coerções. Uma abordagem que leva em consideração esse aspecto é o trabalho de André Lefevere, que, no segundo capítulo do livro *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame* (1992), reflete sobre os efeitos daquilo que denomina “patronagem” sobre a literatura e sobre a tradução. Penso que seja de extrema importância incluir o

¹² A esse respeito, ler também a parte intitulada “A fidelidade”.

poder econômico do cliente sobre o tradutor e a tradução para que se possa pensar essa prática de maneira mais eficiente e menos idealizada.

Todas essas determinações que discuti até o momento também agem sobre o sujeito no momento em que ele avalia uma tradução. Como explica Esteves, “nossa leitura e, conseqüentemente, nossa opinião sobre a qualidade de uma tradução, dependem de fatores sociais, culturais e ideológicos e não do que ‘realmente’ possa estar escrito em um ‘original’, ou ainda da intenção de seu autor” (1992, p. 44-45). Assim, não é algo que está presente no texto que faz com que o leitor o avalie como uma obra de boa qualidade ou não. Essa avaliação também é fruto do contexto em que o sujeito está inserido, dos valores que predominam na sociedade, da forma como essa sociedade determina o que é bom ou ruim, e também das expectativas que o leitor tem em relação àquele texto.

Como já foi mencionado, em sua dissertação de mestrado, Esteves trabalha com *Macbeth*, de Shakespeare, e analisa a imagem das bruxas e sua relação com o destino de Macbeth em quatro traduções para a língua portuguesa. Uma dessas traduções é de autoria de Manuel Bandeira e data de 1961. Segundo Esteves, o nome de Bandeira parece ser determinante na avaliação da tradução por ele realizada. Ela explica que,

ao que tudo indica, Bandeira é o mais popular dos quatro tradutores estudados neste trabalho. Existe por isso uma grande chance de a tradução de Bandeira ter uma maior aceitabilidade e de ser elogiada, justamente pelo fato de vir vinculada a seu nome. O nome de Bandeira terá uma influência maior na recepção de qualquer leitor que conheça seu trabalho como escritor e esteja ciente de seu prestígio como poeta, e mesmo como tradutor. Sob esse aspecto, as traduções também se apresentam de forma diferente, e essa forma de apresentação também

irá influir na leitura da tradução e em sua recepção pelas comunidades que a lerem. (1992, p. 108)¹³

O nome de Manuel Bandeira já cria no leitor uma expectativa sobre aquele trabalho de tradução: sendo ele um reconhecido escritor, que tem seus trabalhos muito bem avaliados, sua tradução já é tida, antes mesmo da leitura, como um trabalho de boa qualidade; e, mesmo durante ou ao fim da leitura, o leitor, mesmo não gostando da tradução, provavelmente hesitará antes de criticá-la. Isso pode não acontecer com os outros trabalhos de traduções, cujos autores não têm o nome reconhecido por todos os leitores.

Assim, esses e todos os elementos já discutidos que determinam a atribuição de sentidos (contexto, expectativas, valores institucionais, experiências pessoais, desejos inconscientes, etc.), também levarão o leitor a formar uma opinião sobre uma obra, seja ela traduzida ou não.

Além disso, esses elementos fazem com que o tradutor inevitavelmente se escreva no texto que produz e deixe neles suas marcas. Esteves constata que as concepções dos tradutores de *Macbeth* podem ser percebidas em suas traduções. Segundo ela, “podemos constatar que a leitura de cada tradutor difere da dos demais, e essas diferenças necessariamente se refletem nas traduções” (p. 113). Se o tradutor, determinado por diversos fatores sociais e psíquicos, querendo ou não, se escreve em seu trabalho, ele “não deveria e nem poderia ser um agente invisível. A invisibilidade do tradutor [...] é praticamente impossível” (ESTEVES, 1997, p. 70), embora seja ainda a meta de muitos tradutores que insistem em

¹³ As outras traduções analisadas por ela foram feitas por Carlos Alberto Nunes (1956), Péricles Eugênio da Silva Ramos (1966) e F. Carlos de Almeida Cunha Medeiros e Oscar Mendes (1978).

querer se isentar de tudo aquilo que os constituem como sujeitos e os habilitam a realizar o seu trabalho.

No capítulo seguinte, mostro, por meio da identificação de resíduos singulares, de que forma Esteves é visível em seu trabalho, mais especificamente na tradução de *O senhor dos anéis*, conhecida obra de Tolkien.

Capítulo 3 – A TRADUTORA NA TRADUÇÃO – *Análise do Corpus*

Lenita Maria Rímoli Esteves traduziu o texto em prosa de *O senhor dos anéis* em aproximadamente 14 meses e contou com a revisão técnica de Ronald Kyrmse, especialista nos escritos de J. R. R. Tolkien. Quando questionada a respeito de problemas e/ou desafios que a linguagem de Tolkien oferece ao tradutor, Esteves menciona principalmente os nomes próprios (de personagens, de lugares, etc.). Nesse aspecto, ela deixa claro que seguiu as “diretrizes sugeridas em J. R. R. Tolkien, ‘Guide to the Names in *The Lord of the Rings*’ [1980] (Guia de nomes em *O senhor dos anéis*)” (TOLKIEN, 2000, primeira parte, p. V), um texto em que Tolkien explica a origem dos nomes próprios e sugere como eles devam ser traduzidos.

Pelo fato de Esteves fazer menção aos antropônimos e topônimos como uma das principais dificuldades encontradas por ela durante o trabalho de tradução da obra de Tolkien, e também pelo fato de Tolkien haver escrito esse guia de nomes, analiso, neste capítulo, a tradução de Lenita Esteves de alguns antropônimos e topônimos em *O senhor dos anéis*, procurando investigar a influência que o guia de nomes exerceu sobre as escolhas e estratégias tradutórias de Esteves. Antes, no entanto, apresento relatos da tradutora sobre a tradução

desses nomes, sobre como se deu o processo de tradução e sobre os elementos que foram determinantes nesse processo.

Além disso, pretendo identificar, em uma terceira parte, possíveis resíduos singulares no trabalho de Esteves, buscando mostrar os motivos pelos quais essas inscrições do tradutor podem ser assim consideradas.

É importante ressaltar que para ter acesso a uma outra interpretação da obra, já que a minha visão do livro é decorrente da leitura da tradução de Esteves, e, assim, identificar com mais facilidade as ocorrências de resíduos singulares, também faço a leitura de alguns trechos de *O senhor dos anéis* traduzidos por Antônio Ferreira da Rocha (1o. e 2o. livros) e de Luiz Alberto Monjardim (3o., 4o., 5o. e 6o. livros), a primeira tradução brasileira da obra, publicada pela editora Artenova entre os anos de 1974 e 1979.

Dessa forma, para proceder tanto à análise dos nomes quanto dos resíduos singulares, primeiramente apresento o nome ou o trecho que apresenta um resíduo singular em sua forma original e, em seguida, exponho a tradução de Rocha/Monjardim e a tradução de Esteves. Por fim, procuro mostrar, no caso dos nomes, em que medida a tradutora seguiu as orientações de Tolkien na tradução. No que concerne aos resíduos singulares, procuro expor as razões pelas quais as ocorrências foram selecionadas e assim denominadas.

ANTROPÔNIMOS E TOPÔNIMOS EM *O SENHOR DOS ANÉIS*

O nome próprio é tema recorrente nos trabalhos de Derrida; um deles é o ensaio *Torres de Babel*, publicado em português em forma de livro, em que o filósofo narra o mito de Babel e suas implicações para a tradução. Segundo ele, “um nome próprio, enquanto tal, permanece sempre intraduzível, fato a partir do qual pode-se considerar que ele não pertence, rigorosamente, da mesma maneira que as outras palavras, à língua, ao sistema da língua” (2002, p. 21).

Derrida explica que Deus, ao impor seu nome (Babel) à tribo de Shem e, assim, estabelecer a multiplicidade das línguas, impedindo-os de continuar a construir a torre, impõe, junto com seu nome, o *double bind*, a necessidade e a impossibilidade da tradução. Deus impõe seu nome e diz: “Traduzam-me e, mais, não me traduzam. Eu desejo que vocês me traduzam, que vocês traduzam o nome que eu imponho a vocês; e ao mesmo tempo, seja lá o que façam, não o traduzam, vocês não serão capazes de traduzi-lo” (DERRIDA, 1985, p. 102).¹⁴ Esse desejo, a necessidade e a impossibilidade da tradução, segundo Derrida, rege todo nome próprio:

Por um lado, não me traduza, ou seja, respeite-me como um nome próprio, respeite minha lei de nome próprio que permanece sobre e acima de todas as línguas. E, por outro lado, traduza-me, ou seja, entenda-me, preserve-me dentro da língua universal, siga minha lei. (p. 102)¹⁵

¹⁴ Tradução de: “Translate me and what is more don’t translate me. I desire that you translate me, that you translate the name I impose on you; and at the same time, whatever you do, don’t translate it, you will not be able to translate it”.

¹⁵ Tradução de: On the one hand, don’t translate me, that is, respect me as a proper name, respect my law of the proper name which stands over and above all languages. And, on the other hand, translate me, that is, understand me, preserve me within the universal language, follow my law”.

Não apenas a tradução do nome próprio é complexa, a tradução de uma maneira geral é uma tarefa que suscita problemas de naturezas muito diversas: uns mais simples de serem “resolvidos”, outros menos; outros, ainda, mostram-se muito complexos ou até impossíveis de serem “solucionados” a contento. No entanto, geralmente os nomes próprios não costumam ser alvo de muita preocupação por parte dos tradutores, sendo, quase sempre, preservados exatamente da mesma forma em que estão no original.

Há casos, contudo, em que determinados nomes próprios se mostram “significativos”, ou seja, permitem inferir algo (características físicas, psicológicas, hábitos, caráter) a respeito do personagem que designam, dada sua semelhança, ou até mesmo identidade, gráfica ou sonora, com algum nome comum. Quando isso acontece, o tradutor, em vez de apenas transcrevê-los como de costume, vê-se convocado a traduzi-los e, ao mesmo tempo, impossibilitado de fazê-lo, de maneira a expressar na língua de chegada as relações estabelecidas por ele ao ler o original e, conseqüentemente, tentar fazer com o que o leitor de sua tradução possa estabelecer as mesmas relações que ele estabeleceu.

Em *O senhor dos anéis*, aquilo que estou denominando aqui “nomes significativos” proliferam: muitos dos antropônimos e topônimos, sem falar dos nomes dos objetos (espadas, coletes, mantos, pedras) e animais, são “significativos”. Como relata Esteves na entrevista “Tradutores falam sobre a experiência de traduzir Tolkien”, “os nomes têm história, não são à toa. [...] Muitos dão indicação sobre a personalidade e a função do personagem em sua sociedade.” (2002, p. 1)

Frente à exigência do texto, aos nomes que, segundo Esteves, eram “provocadoramente traduzíveis”, ela conta que, no início, decidiu não ceder às provocações e optou por não traduzir os nomes, a menos que fossem “muito significativos”. Caso isso ocorresse, eles receberiam uma nota de rodapé sugerindo uma interpretação ao leitor. Essa decisão se deu, naquele momento, porque, como explica Esteves, nem todos os nomes traduzidos “teriam a mesma leveza dos termos em inglês” (1997, p. 68).

Embora a tradutora não esclareça o que seriam “nomes muito significativos”, podemos supor que sejam aqueles cujo significado contribuem de forma decisiva para o entendimento de algum ponto da narrativa, ou seja, nomes que, caso não sejam compreendidos em suas relações com nomes comuns, fazem com que o leitor não entenda alguma associação e, com isso, perca alguma característica do personagem ou do lugar. Para que isso não ocorresse, esses nomes receberiam uma nota de rodapé que os explicaria, fornecendo ao leitor os dados necessários.

Essa idéia, entretanto, não agradou ao editor do livro, que, segundo Esteves, “disse que as notas tornariam o texto ‘pesado’ e que tais elucubrações não eram bem-vindas nesse tipo de livro” (p. 68). Dessa forma, a tradutora opta por traduzir os nomes “muito significativos” e deixar o restante em sua forma original, o que não lhe agrada muito, já que tal estratégia não preservaria a uniformidade do texto. Apesar disso, essa foi a estratégia definitiva adotada para a tradução do livro, o que, de modo algum, parece ter prejudicado o trabalho.

Definidas essas questões, a tradutora recebe uma ajuda da editora para a tradução dos antropônimos e topônimos. Ela relata:

Nesse ponto, aconteceu uma coisa que me fez viver um novo tipo de fidelidade ao autor. No decorrer da tradução, a editora me enviou, por intermédio de um revisor que tinha grande conhecimento a respeito da obra [Ronald Kyrmse], um texto em que o próprio autor, Tolkien, dava instruções a respeito da tradução desses nomes próprios. Pude então constatar que foi desenvolvido ali um trabalho de invenção filológica bastante acurado, e que dificilmente o tradutor descobriria a verdadeira origem desses nomes fictícios sem essa “mãozinha” do autor. (p. 69)

O texto a que ela se refere na passagem acima é o “Guide to the Names in *The Lord of the Rings*” (Guia de nomes em *O senhor dos anéis*), publicado em 1980 e escrito por Tolkien para, segundo ele,

ajudar os tradutores a distinguir “invenções”, feitas a partir de elementos de uso comum no inglês moderno, como *Rivendell* e *Snow-mane*, de nomes reais em uso na Inglaterra, independentes desta história e, portanto, elementos da língua inglesa moderna. (1980, p. 170)¹⁶

Como se vê, o autor escreve esse texto, que denomina “notas”, para ajudar os tradutores a traduzir seu livro adequadamente; além disso, enfatiza que os nomes “devem, de preferência, ser traduzidos por equivalentes na língua da tradução, respeitando-se seus significados originais e também, quando possível, sua forma arcaica ou modificada” (p. 170).¹⁷

Nesse texto, Tolkien fornece explicações detalhadas sobre a origem dos nomes próprios e sobre como eles devem ser traduzidos, além de comentar as

¹⁶ Tradução de: “assist a translator in distinguishing ‘inventions’, made of elements current in modern English, such as *Rivendell*, *Snow-mane*, from actual names in use in England, independently of this story, and therefore elements in the modern English language”.

¹⁷ Tradução de: “it is desirable to match by equivalents in the language of translation, with regard to their original meaning, and also where feasible with regard to their archaic or altered form”.

traduções já publicadas até então para as línguas sueca e holandesa. Na introdução, Tolkien fornece diretrizes gerais para os tradutores e enfatiza que “os nomes que não estão na lista [...] devem ser deixados *inteiramente* inalterados em qualquer língua usada na tradução, exceto as flexões –s, –es [morfema de número], que devem ser traduzidas de acordo com a gramática da língua” (1980, p. 168, grifo do autor).¹⁸ Além disso, explica que, no original, o texto em inglês representa a Língua Geral do período e que a língua da tradução deverá substituir o lugar do inglês como equivalente à Língua Geral, a língua franca da Terra Média. Os nomes de forma inglesa “devem, por essa razão, ser traduzidos na outra língua *de acordo com seus significados* (o mais exatamente possível)” (p. 169, grifos do autor).¹⁹

Como é possível perceber por meio dessas afirmações do autor, Tolkien parece acreditar que os significados que ele atribuiu aos nomes em seu livro podem e devem ser preservados pelos tradutores da obra. O guia nomes parece ser, dessa forma, uma tentativa de garantir que esses significados não se percam durante o trabalho de tradução, uma tentativa de controle por parte do autor sobre sua obra. Mais adiante problematizo a possibilidade desse controle.

Com a ajuda dessas notas do autor fornecidas pela editora, Esteves diz que pôde evitar e corrigir muitas associações equivocadas, como foi o caso da tradução dos nomes “Brandywine” e “Gladden Fields”. Como ela explica,

¹⁸ Tradução de: “All the names not in the [...] list should be left *entirely* unchanged in any language used in translation, except that inflexional –s, –es should be rendered according to the grammar of the language”.

¹⁹ Tradução de: “should therefore be translated into the other language *according to their meanings* (as closely as possible)”.

“Brandywine” [...] é o nome de um rio, mas esse nome não tem, na etimologia construída pelo autor, nenhuma relação com “brandy” ou “wine”, e sim é uma corruptela de “Baranduin”, um nome da língua dos elfos, criada pelo autor, e que quer dizer “rio comprido da cor do cobre” [...]. A expressão “Gladden Fields” não se relaciona com o termo “glad”, como se poderia pensar. Na intenção do autor, “glad” or “gladden” corresponde à íris, à flor-de-lis, tão comum nos escudos e insígnias medievais. A expressão se origina então em *glaedene*, do inglês arcaico. Aliás, traduzir “gladden fields” por “campos alegres”, como fez a tradução portuguesa, cria uma inconsistência para a história, já que tais campos foram alvo de uma das mais sangrentas batalhas de toda a narrativa. (1997, p. 69)

Além de evitar que ela cometesse “inconsistências”, o texto também viabilizou o estabelecimento de relações que, conforme a tradutora diz, não teriam sido realizadas por ela sem essa ajuda do autor. (BUARQUE, 2002, p. 2) Assim, com a ajuda do autor, Esteves traduziu “Brandywine” por “Brandevin”, mantendo a semelhança fônica com “Baranduin”, e “Gladden Fields” por “Campos de Lis”, afastando a idéia “errônea” trazida pelo verbo “gladden” (alegrar).

Além disso, segundo Esteves, esse texto fez com que se estabelecesse entre ela e o autor um tipo de contato metalingüístico, em que o autor tenta, de alguma forma, manter o controle sobre sua obra, prescrevendo a forma como ela deve ser traduzida e, conseqüentemente, tentando definir os caminhos pelos quais ela deve e/ou pode passar ou não. Por outro lado, como lembra a tradutora,

um leitor em língua inglesa, que não tivesse contato com esse texto “metalingüístico” de Tolkien, provavelmente interpretaria o termo “Brandywine”, por exemplo, como uma referência a certas características das águas desse rio que supostamente se assemelhariam a “brandy” e “wine”. Nesse sentido, a tradução acabou resultando num produto que é mais realista que o rei, sendo mais explicitamente fiel ao autor do que o próprio texto original. (1997, p. 69)

Esteves suscita aqui uma questão muito discutida em relação à tradução.

Muitos tradutores acreditam que, caso pudessem contar com a ajuda do autor, sua

tradução resultaria em um trabalho mais fiel do que uma outra que não dispusesse do mesmo artifício. Essa idéia decorre da crença nos significados presentes no texto e ali depositados pelo autor, que, então, seria a pessoa mais confiável para os desvendar e os apresentar ao tradutor em sua forma mais verdadeira.

Tolkien escreveu um texto que prescreve a maneira como os antropônimos e topônimos de sua obra devem ser traduzidos e esse texto, indubitavelmente, é uma tentativa de controle por parte do autor. Tolkien quer assegurar que os nomes não sejam traduzidos erroneamente, ou seja, que, no processo de tradução, eles não percam, pelo caminho, os significados por ele atribuídos.

O desejo pelo controle, sem dúvida, existe, não apenas pelo autor em relação ao seu original, mas também pelo tradutor em relação à sua tradução. Apesar de se desejar controlar o texto, faz-se necessário pensar na possibilidade desse controle, ou seja, pensar a possibilidade de se definir e assegurar a interpretação que os textos receberão. Derrida, ao comparar o texto a uma criança, afirma que

uma criança não é apenas alguém em direção a quem e para quem um pai ou uma mãe sobrevive; é um outro que começa e continua a falar por si mesmo, sem sua ajuda, que nem sequer responde a você, exceto em suas fantasias. Você acha que ela está falando com você, que você está falando por meio dela, mas, na verdade, ela fala por si mesma. (1985, p. 157)²⁰

Assim, ao escrever, temos a ilusão de que o texto pertence a nós, de que, como nosso produto, pode ser manejado por nós da maneira como desejarmos e

²⁰ Tradução de: “a child is not only that toward which or for which a father or mother remains; it is an other who starts talking and goes on talking by itself, without your help, who doesn’t even answer you except in your fantasy. You think it’s talking to you, that you are talking in it, but in fact it talks by itself”.

que, além disso, podemos decidir quando, como e com que fins ele será utilizado por quem quer que seja. No fundo, isso não ocorre, não podemos estabelecer as interpretações que serão feitas a partir dele, mas preservamos esse desejo mesmo assim. No caso de Tolkien, o desejo foi preservado em forma de um outro texto que supostamente controlaria o anterior.

O que parece ter sido esquecido é que esse outro texto também é um texto, ou seja, também está sujeito a interpretações e não tem o seu significado garantido. O mesmo acontece com a tradução, sobre a qual o tradutor, seu autor, não tem controle nenhum. Como declara Esteves, “assim como um autor não tem controle sobre a sua obra, apesar de alguns autores, como é o caso de Tolkien, tentarem ao máximo garantir esse controle, o tradutor não tem controle sobre o texto que produz, mesmo antes de estar finalizado” (1997, p. 69).

Como menciona Esteves, ao contrário do que normalmente se pensa, o controle sobre o texto não é perdido no momento em que ele é publicado, ou em que a tradução é entregue à editora: perde-se o controle muito antes disso. A esse respeito, Derrida enfatiza que “mesmo antes que alguém o cite ou o leia [...], a identidade do texto foi perdida, e ele não é mais o mesmo tão logo ele parta, tão logo ele tenha começado, tão logo ele esteja na página. No final da frase, ela não é mais a mesma do começo” (1985, p. 158).²¹ Desse modo, a ilusão do controle nasce a partir do momento em que se coloca a letra no papel.

No artigo “A manuscritologia e a metafísica da presença: reflexões sobre do [sic] texto original”, Esteves discorre sobre a questão da “ciência” dos

²¹ Tradução de: “even before someone cites or reads it [...], the text’s identity has been lost, and it’s no longer the same as soon as it takes off, as soon as it has begun, as soon as it’s on the page. By the end of the sentence, it’s no longer the same sentence that it was at the beginning”.

manuscritos, a manuscritologia, que faria a “análise genética” desses textos, reconstituindo-os exaustivamente e examinando-os cientificamente de modo a chegar ao manuscrito oficial, sem rasuras ou alterações. Segundo diz,

o que observamos no movimento da manuscritologia é um desejo alucinado de estar em presença do autor [...], como se [os manuscritos] fossem mais verdadeiros que o texto impresso, mais próximos da “verdade” ou da “intenção” do autor e por isso menos sujeito a interpretações errôneas ou desvios. (1991, p. 151)

Se compararmos o manuscrito com o guia de nomes de Tolkien, poderemos notar que este último, apesar de não o ser, acaba por ganhar o status de manuscrito descrito por Esteves na passagem acima, ou seja, dá a impressão de que é mais verdadeiro e mais próximo da intenção do autor. Parece ser por isso que Tolkien o escreve, como já vimos anteriormente, e que Esteves parece sentir que, com a ajuda dele, está mais próxima da “verdadeira origem dos nomes fictícios” (1997, p. 69) criados pelo autor.

Essa sensação experimentada pela tradutora resume-se a isso, uma sensação e nada mais, já que ela deixa claro que não acredita que se possa chegar à origem das idéias do autor. Na passagem seguinte ela explica e desmitifica essa impressão que ela mesma pôde experimentar frente ao guia de nomes de Tolkien:

É como se a partir de um manuscrito (ou vários), um leitor ou tradutor tivesse domínio mais completo sobre o que foi pretendido pelo autor. Na verdade, como sugere o pensamento desconstrutivista, o que foi pretendido pelo autor não é de domínio completo nem do próprio autor, devido a impulsos inconscientes e determinações sociais que talvez lhe passem despercebidas. (p. 152)

Como ela mesma lembra, a intenção do autor ao escrever um texto qualquer não é exaustivamente conhecida nem por ele mesmo. É o que afirma Derrida quando diz: “Eu não acredito que alguém possa retraduzir suas próprias palavras de um modo exaustivo” (1985, p. 157).²²

O texto se altera sempre e, como vimos, começa a “tomar vida própria” a partir do momento que se começa a escrevê-lo, o que também acontece com o guia de nomes. Talvez essa noção de que ele estivesse menos sujeito a interpretações se deva à sua apresentação: ele parece um glossário, os nomes estão listados em ordem alfabética e cada um deles é como um verbete. Por não se apresentar como um texto corrido, mas como uma espécie de glossário, o guia dá uma impressão de objetividade e clareza. No entanto, “há [...] elementos fortuitos ou variáveis trabalhando em todo tipo de mensagem, todo tipo de carta, toda correspondência” (DERRIDA, 1985, p. 108).²³

Dessa forma, o guia de nomes, mesmo apresentando-se de uma forma que provoca no leitor uma impressão de objetividade, não está isento de interpretações e não assegura nenhum sentido. Além disso, por estar, como qualquer texto, sujeito a interpretações, o guia não garante, como pretendo mostrar na próxima parte do trabalho, que os tradutores do livro vão “obedecer” as instruções fornecidas por Tolkien para a tradução. O texto de Tolkien influencia a interpretação do leitor/tradutor da obra, já que se coloca como mais uma variante que também determinará as possíveis interpretações e atribuições de sentidos, mas

²² Tradução de: “I don’t believe one can retranslate one’s own utterances in an exhaustive fashion”.

²³ Tradução de: “There are [...] aleatory or change elements at work in every kind of message, every type of letter, all mail”.

não garante a leitura de um outro sentido dado de antemão, como parece querer o autor.

A TRADUÇÃO DOS NOMES

O texto escrito por Tolkien, como mencionado acima, fornece diretrizes para a tradução de alguns topônimos e antropônimos que fazem parte de sua extensa obra. Com o objetivo implícito de, de algum modo, “supervisionar” o trabalho de tradução de seu livro para outras línguas, de cercar as opções dos tradutores, Tolkien apresenta vários nomes e suas respectivas etimologias, remetendo à língua inglesa, a outras línguas germânicas e a línguas criadas pelo próprio autor, como o *quenya* e o *sindarin*, ambas línguas élficas. Além disso, Tolkien fornece indicações de como esses nomes devem ser traduzidos, além de deixar explícito que os nomes que não constarem da lista não devem ser alterados de maneira alguma.

Como pretendo mostrar, Lenita Esteves, na maioria dos casos, segue as instruções de Tolkien, sem as quais, segundo ela, teria, por diversas vezes, realizado “associações equivocadas” e cometido “inconsistências” na tradução. Ao dizer que a tradutora segue as orientações do autor, não quero dizer que, com isso, ela recupere as idéias puras do autor em um trabalho de tradução livre de suas interpretações que leve à única opção possível. Como já discuti anteriormente, nenhum texto está livre de interpretações e as opções de Esteves

não são as únicas possíveis; Lenita Esteves segue a sua leitura das instruções de Tolkien. É o que acontece, por exemplo, nos casos seguintes.

Logo depois de deixarem a Vila dos Hobbits, um pouco antes de ultrapassarem os limites do Condado, os hobbits Frodo, Sam, Merry e Pippin entram na fazenda do Magote, hobbit que vivia na região do Pântano e que tinha uma plantação de cogumelos. O nome desse fazendeiro no texto original é “Maggot”, palavra que, em inglês, pode significar “larva de mosca ou inseto, gusano: verme que se desenvolve onde há matéria orgânica em decomposição” (MICHAELIS, 1998). Tolkien, em seu guia, explica que esse nome

não era para ter sentido algum, mas para soar como um nome de hobbit. Na verdade, é por acidente que *maggot* seja uma palavra do inglês que signifique ‘larva’ [...] provavelmente o melhor é deixá-lo como está [...] embora algum tipo de assimilação ao estilo da língua de tradução fosse apropriada. (p. 181-182)²⁴

Como pode ser percebido, sem as instruções do autor, a tradutora poderia ter traduzido o nome do fazendeiro por “Larva” ou qualquer outra coisa do tipo. No entanto, seguindo as instruções, Esteves traduziu o nome por “Magote”, apenas adaptando-o à língua portuguesa por meio da omissão de uma letra “g” e o acréscimo de uma letra “e” no fim do nome.

Outro nome que poderia ter sido “erroneamente” interpretado é o nome “Cotton”, sobrenome de Rosa, hobbit que, no final da história, casa-se com Sam, companheiro de Frodo Bolseiro na jornada para destruir o anel. “Cotton”, em

²⁴ Tradução de: “Intended to be a ‘meaningless’ name, hobbit-like in sound. Actually it is an accident that *maggot* is an English word meaning ‘grub’, ‘larva’ [...] the name is probably best left alone [...] though some assimilation to the style of the language of translation would be in place”.

inglês, significa “algodão” e a tradutora só não concretizou essa associação na tradução devido às orientações de Tolkien:

Este é, na origem, um nome de lugar (como são muitos sobrenomes modernos) que vem de *cot*, cabana ou moradia humilde, e de *-ton*, a abreviatura de “cidade” em nomes de lugar (inglês arcaico *tūn* “vila”). Deve ser traduzido nesses termos.

É um sobrenome comum em inglês e não tem, claro, em sua origem, nenhuma ligação com *algodão*, o material têxtil, embora seja naturalmente associado com ele atualmente. (p. 174)²⁵

Frente a essas orientações, Esteves traduziu o sobrenome “Cotton” por “Villa”, evitando a associação “errônea” de “Cotton” com “algodão”, embora tenha sido deixada de lado a noção de “cabana ou moradia humilde”. Pela observação da forma como esses antropônimos foram traduzidos, pode-se perceber que o texto de Tolkien exerceu influência no trabalho de Esteves, sendo muitas vezes seguidas as instruções nele encontradas.

No entanto, em muitos outros casos, as instruções do autor não foram seguidas pela tradutora. Como mostro por meio dos exemplos abaixo, essas “desobediências” de Esteves não são de modo algum arbitrárias ou inconseqüentes: a tradutora segue a sua interpretação, a sua leitura dos nomes em sua forma original e, conforme foi visto no capítulo anterior, sabe da responsabilidade que essa postura acarreta.

É o caso dos nomes “Bag End” e “Buckland”, por exemplo. “Bag End” é o nome da casa de Bilbo e, segundo Tolkien, “era para ser associada (pelos

²⁵ Tradução de: “This a place-name in origin (as are many modern surnames), from *cot*, a cottage or humble dwelling, and *-ton*, the usual shortening of ‘town’ in place-names (Old English *tūn* ‘village’). It should be translated in these terms.

It is a common English surname and has, of course, in origin no connection with *cotton* the textile material, though it is naturally associated with it at the present day”.

hobbits) com o fim de uma ‘bolsa’ ou ‘pudding-bag’ = beco sem saída. Traduza pelo sentido; [...] o mesmo elemento [bag] na língua da tradução deve aparecer em ambas as palavras *Baggins* e *Bag End*” (p. 190).²⁶

Esteves traduziu “Bag End” por “Bolsão”, o que não possibilita a leitura de “beco sem saída” ou de “fim de uma bolsa”, como Tolkien gostaria que acontecesse. Por outro lado, foi mantido o radical “bols” em “Bolseiro” e “Bolsão”, seguindo-se as prescrições do autor. Essa última orientação pode ter feito com que Esteves não tenha seguido a instrução de traduzir pelo sentido apontado por Tolkien, o de “fim de uma bolsa”.

No que diz respeito à tradução de “Buckland”, uma das partes da Quarta Leste do Condado, lugar onde moram os hobbits da família Brandebuques, Tolkien declara que esse nome

também deve conter [como *Brandybuck*] a palavra “buck” (animal): ou o inglês arcaico *bucc* “veado macho” [...] ou *bucca* “bode”, embora *Buckland*, um nome de lugar em inglês, seja, na verdade, freqüentemente derivado de “bookland”, terra originalmente mantida por carta patente. (p. 173)²⁷

As instruções são para que o nome contenha a palavra “veado” ou a palavra “bode”, o que não acontece na tradução de Esteves, “Terra dos Buques”, que parece ter sido assim traduzido para que fossem preservados o som de “buck” e a idéia de “land” (“terra”). O nome “Terra dos Buques”, no entanto, possibilita a

²⁶ Tradução de: “meant to be associated (by hobbits) with the end of a ‘bag’ or ‘pudding-bag’ = cul-de-sac. Translate by sense. [...] the same element in the language of translation should appear both in *Baggins* and in *Bag End*”.

²⁷ Tradução de: “is also [like *Brandybuck*] meant to contain the word “buck” (animal): either Old English *bucc* ‘male deer’ [...] or *bucca* ‘he-goat’, though *Buckland*, an English place-name, is frequently in fact derived from ‘bookland’, land originally held by a written charter”.

leitura de que esse era um lugar em que moravam/havia “Buques”, o que não procede, já que os habitantes do lugar eram os Brandebuques.

Esteves também não “obedeceu” as instruções de Tolkien para a tradução do nome “Dunlandings”, habitantes de “Dunland”, a saber, “Deixe inalterado, exceto o fim que indica plural” (p. 175).²⁸ Baseada nas informações fornecidas pelo autor sobre a etimologia de “Dunland” (“contém o adjetivo *dun* ‘escuro, pardo, de coloração escura’” (TOLKIEN, p. 196)),²⁹ Esteves traduz “Dunlandings” por “Povo da Terra Parda”, desobedecendo explicitamente as orientações do guia de nomes, já que nele Tolkien diz que o nome não deve ser alterado.

Uma outra “desobediência” pode ser encontrada na forma como Esteves traduziu o sobrenome do dono da estalagem em Bri, “Butterbur”. As instruções do autor são as seguintes:

Até onde eu sei, não é encontrado como um nome na Inglaterra, embora *Butter* seja bastante usado, assim como em combinações (originando nomes de lugar) como *Butterfield*. Foram modificadas na história para “butterbur” (*Petasites vulgaris*), o nome da planta, para se adaptar aos nomes geralmente botânicos de Bri. Se o nome popular dessa planta contiver um equivalente de “butter” [manteiga], melhor. Se não, use outro nome de planta que contenha “manteiga” [...] ou que se refira a uma planta carnuda e espessa. A *butterbur* é uma planta carnuda com uma cabeça de flor pesada na ponta de uma haste grossa e com folhas muito grandes. (p. 173-174)³⁰

²⁸ Tradução de: “Leave unchanged except in the plural ending”.

²⁹ Tradução de: “this contains the English adjective *dun* ‘dark, dusky, dull-hued’”.

³⁰ Tradução de: “So far as I know, not found as a name in England, though *Butter* is so used, as well as combinations (in origin place-names) such as *Butterfield*. These have in the tale been modified, to fit the generally botanical names of Bree, to the plant-name ‘butterbur’ (*Petasites vulgaris*). If the popular name for this contains an equivalent of ‘butter’, so much the better. Otherwise, use another plant-name containing ‘butter’ [...] or referring to a fat thick plant. The *butterbur* is a fleshy plant with a heavy flower-head on a thick stalk, and very large leaves”.

Esteves não atende a nenhuma das solicitações do autor e traduz o sobrenome por “Carrapicho”, um nome de planta que, além de não trazer o sentido de “manteiga”, também não se associa à planta descrita pelo autor. A planta popularmente denominada “Carrapicho” é parecida com a planta descrita pelo autor no que diz respeito à cabeça de flor pesada, mas essa cabeça de flor encontra-se na ponta de uma haste fina e que não é carnuda, além de a planta não possuir folhas grandes.

Em uma determinada parte da história em que esse sobrenome é citado, a escolha de Esteves por “Carrapicho” faz com que ela precise adaptar um trecho da obra para que ele possa ser coerente com o sobrenome: durante o Conselho de Elrond, uma reunião em que se relatam os fatos ocorridos até a chegada dos hobbits a Valfenda e se tenta decidir o destino do anel trazido por Frodo, Gandalf conta que entregou ao dono da estalagem em Bri uma carta a ser entregue a Frodo o quanto antes. Ao saber que a carta foi entregue com atraso, o mago relata seus pensamentos e a reação do estalajadeiro ao vê-lo: “‘Butterbur they call him. [...] If this delay was his fault, I will melt all the butter in him. I will roast the old fool over a slow fire.’ He expected no less, and when he saw my face he fell down flat and began to melt on the spot.” (p. 256-257). Rocha traduz essa passagem da seguinte forma: “‘Seu apelido é Bola de Manteiga, e se for culpado desta demora vou derreter toda a manteiga que existe nele e cozinhar o velho idiota em fogo brando.’ [...] Ele esperava por isso e quando viu minha cara caiu estatelado e começou logo a se derreter.” (p. 64). Já a tradução de Esteves resultou: “‘Chamam-no Carrapicho. [...] Se essa demora foi culpa dele, vou espetá-lo com

todos os carrapichos do mundo. Vou assar o velho idiota em fogo brando.’ Ele não esperava menos, e quando viu meu rosto caiu duro, e começou a derreter ali mesmo.” (p. 278-279).

Como pode ser percebido pela observação da forma como os nomes acima foram traduzidos, o guia de nomes de Tolkien exerceu influência sobre o trabalho da tradutora, determinando as possíveis soluções e, em muitos casos, vetando interpretações que seriam imediatas, como é o caso de “Cotton”, que, sem as instruções de Tolkien, seria relacionado com “algodão”. Apesar disso, o guia também não é obedecido “cegamente” por Esteves, que, muitas vezes, deixa de lado as orientações do autor e traduz segundo sua própria interpretação e seus conhecimentos em relação à língua portuguesa, que nem sempre permite as associações que Tolkien gostaria que fossem preservadas.

Essas “desobediências” de Esteves mostram que o guia de nomes, a despeito de sua aparência objetiva e neutra,³¹ está sujeito à interpretação do leitor, no caso a tradutora Lenita Esteves, e não garante que os sentidos supostamente atribuídos por Tolkien aos nomes sejam preservados na tradução.

RESÍDUOS SINGULARES

A partir deste ponto do trabalho, passo a expor os resíduos singulares percebidos por mim, como leitora, na tradução de Esteves, procurando mostrar os

³¹ A respeito da forma gráfica em que se apresenta o guia de nomes, ver a parte intitulada “Antropônimos e topônimos em *O senhor dos anéis*”, neste mesmo capítulo.

motivos que me levam a considerá-los dessa forma. Antes, no entanto, faz-se necessário retomar as características daquilo que denomino “resíduo singular”.

Fruto de uma intersecção entre resíduo e singularidade, já discutidos anteriormente, o resíduo singular busca abranger aquilo que cada uma dessas duas noções deixam de lado. O resíduo singular seria uma ocorrência que escreveria o tradutor na tradução, mas que depende, para se constituir enquanto tal, da percepção do leitor, que poderá, por exemplo, atribuir sentidos à tradução que ele não atribui ao original. Assim, o resíduo singular só acontece durante a leitura, independentemente, pois, da vontade do tradutor de se escrever ou não em seu trabalho.

Além disso, não se constitui como erro e adapta-se perfeitamente ao contexto, sendo percebido geralmente quando se faz o cotejo do original com a tradução ou quando se tem acesso a uma outra tradução do mesmo original, situação que favorece a identificação de resíduos singulares. Ocasionalmente, o resíduo singular pode ser percebido durante a leitura apenas de uma tradução, mas, mesmo quando isso ocorre, é necessário o cotejo com o original para que se confirme o deslocamento de sentido provocado pelo resíduo singular.

Essa inscrição é determinada por fatores diversos, entre eles, fatores sociais, ideológicos, culturais, econômicos, históricos, inconscientes, pelas experiências próprias do sujeito que se escreve, pela maneira peculiar com que a língua para a qual se traduz se organiza e pelo próprio contexto de leitura/tradução.

Passo agora à identificação de alguns resíduos singulares encontrados no trabalho de tradução de Lenita Esteves da obra *O senhor dos anéis*, de J. R. R. Tolkien.

No prólogo do livro, Tolkien fornece ao leitor algumas informações para situar a história. Na primeira parte ele nos apresenta os hobbits, descrevendo-os: “They are quick of hearing and sharp-eyed, and though they are inclined to be fat and do not hurry unnecessarily, they are nonetheless nimble and deft in their movements” (2001, p. 1, grifo meu).³²

Na tradução de Antônio Ferreira da Rocha, temos: “Têm ouvido aguçado e olho vivo, e apesar de certa propensão à obesidade e de não se apressarem inutilmente, movem-se com rapidez e agilidade” (1974, p. 7); na tradução de Esteves: “Têm ouvidos aguçados e olhos perspicazes, e, embora tenham tendência a acumular gordura na barriga e a não se apressar desnecessariamente, são ligeiros e ágeis em seus movimentos” (2000a, p. 1). Como se pode perceber, Tolkien descreve os hobbits dizendo que “they are inclined to be fat” e Esteves localiza essa gordura na barriga. A meu ver, essa ocorrência constitui um resíduo singular, pois não constitui um erro e está perfeitamente adequada ao contexto, mas no cotejo com o original pode ser percebida com relativa facilidade, já que a tradução acrescenta ao original uma informação que não pode ser a ele atribuída.

Outro resíduo singular pode ser encontrado na passagem seguinte, em que Gandalf, o mago, conta a Frodo como Sméagol (Gollum) encontrou as Montanhas

³² Todos os grifos (sublinhados) que se seguem presentes nas citações de passagens do texto original ou das traduções da obra são de minha autoria.

Sombrias: “But as he lowered his eyes, he saw far above the tops of the Misty Mountains, out of which the stream came. An he thought suddenly: ‘It would be cool and shady under those mountains’” (p. 53).

Na tradução de Rocha, a passagem ficou: “Ao baixar a vista, viu, ao longe, os contornos das Montanhas Brumais, onde nascia o regato. E pensou de repente: ‘deve ser fresco e sombreado debaixo daquelas montanhas’” (p. 55); na tradução de Esteves tem-se: “Mas quando abaixou os olhos, viu à sua frente, distantes, os topos das Montanhas Sombrias, de onde vinha o riacho. E de repente pensou: ‘Debaixo daquelas montanhas deve ser um lugar fresco e de muita sombra’” (p. 55).

Chamo atenção para a tradução de “Misty Mountains”. Segundo o dicionário *Longman*, o adjetivo “misty” significa “cheio, coberto, ou escondido por névoa/neblina/cerração” (1992, p. 851).³³ No filme produzido pela Warner, o nome ficou “Montanhas da Névoa” e as imagens apresentam uma cordilheira envolta em muita névoa. Dessa forma, o fato de Esteves haver traduzido o adjetivo “misty” por “sombrias” constitui um resíduo singular, que, mais uma vez, está perfeitamente adequado ao contexto, já que, o período seguinte, que revela o pensamento de Sméagol a respeito das montanhas, apresenta o adjetivo “shady” (sombreado) e Sméagol resolve ir para essas montanhas exatamente para fugir da luz solar, para encontrar um lugar escuro e com muita sombra. Além disso, a cordilheira de montanhas é um lugar que, há tempos, era habitada por muitos orcs, seres malignos, e sob essas montanhas se encontram as Minas de Moria, lugar em

³³ Tradução de: “full of, covered with, or hidden by MIST”.

que um Balrog, ser das sombras, enfrenta Gandalf e o leva consigo. Tudo isso faz com que o nome “Montanhas Sombrias” se adapte ao contexto do livro, mas, possibilitando uma interpretação que o original não possibilita, essa ocorrência se constitui um resíduo singular, uma inscrição da tradutora na obra.

Um outro resíduo singular encontra-se na passagem em que Gandalf explica a Frodo por que o anel abandona Gólum depois de muito tempo: “It could make no further use of him: he was too small and mean; and as long as it stayed with him he would never leave his deep pool again” (TOLKIEN, p. 54). Segundo Rocha, “O Anel não tinha mais nada a esperar dele: ele era pequeno e ruim demais; e enquanto ficasse com Gólum nunca mais deixaria o seu poço nas profundezas” (p. 57). Já segundo Esteves, “Não podia mais fazer uso dele: Gollum era pequeno e mesquinho demais, e enquanto permanecesse com ele o anel jamais deixaria o lago escuro” (p. 57).

Chamo a atenção para a tradução de “pool”, que, segundo o *Longman*, em sua quarta acepção, remete a “uma parte mais funda de um rio, onde a água fica quase parada” (p. 1021),³⁴ definição que está de acordo com o contexto, já que, anteriormente, Gandalf havia explicado a Frodo que Gollum estabelecera-se sob as Montanhas Sombrias, por onde descia um riacho em cujos “pools” ele capturava peixes. Esteves traduziu “deep pool” por “lago escuro”, o que constitui um resíduo singular, já que Tolkien não diz nada a respeito da iluminação do local onde estava Gollum e Esteves retoma o fato de que se tratava de um lugar escuro.

³⁴ Tradução de: “a deeper part of a river where the water is almost still”.

Ainda em relação à passagem acima, penso que ela seja muito rica no que diz respeito às diferenças de interpretações entre os dois tradutores e as conseqüentes imagens que essas interpretações podem produzir. Na leitura de Rocha, o anel não manipula Gollum, ele apenas não podia *esperar* mais nada dele, que era pequeno e ruim; já na tradução de Esteves o anel parece manipular Gollum e, não podendo mais *fazer uso* da criatura, que era pequena e mesquinha, resolve abandoná-lo.

Outro resíduo singular, que pode ter sido motivado por fatores lingüísticos, ou seja, pela forma peculiar como cada língua se organiza, forma essa que permite associações em uma língua que dificilmente podem ocorrer em uma outra, ocorre na parte em que, depois de contar a Frodo toda a história do anel, Gandalf encontra Sam, um jardineiro cujo trabalho era, entre outros, cuidar das plantas de Bolsão. Gandalf o retira do meio de um arbusto e pergunta há quanto tempo ele estava “eavesdropping”, ao que o hobbit responde: “Eavesdropping, sir? I don’t follow you, begging your pardon. There ain’t no eaves at Bag End, and that’s a fact” (p. 62).

Na tradução de Rocha, a resposta fica “Bisbilhotando? Não entendo, ó senhor me desculpe. Seja o que for, isso não dá aqui em Fim-do-Saco, pode acreditar” (p. 65); na de Esteves, “Espionando, senhor? Perdão, mas não estou entendendo. Não há segredos em Bolsão, disso eu não duvido” (p. 65).

Para entender por que nessa passagem ocorre um resíduo singular, é preciso observar as definições do dicionário *Longman* para as palavras “eavesdropping” e “eaves”. “Eavesdropping” significa “ouvir secretamente a

conversa de outras pessoas. Pode-se, dessa forma, ouvir coisas privadas ou secretas e isso é considerado uma atitude desonesta” (p. 404);³⁵ já “eaves” são “as extremidades do telhado que vão além das paredes” (p. 404),³⁶ ou seja, as abas do telhado, o beiral, uma coisa que, como o próprio Sam afirma, não existe em Bolsão, já que a casa de Bilbo era subterrânea e não possuía telhado.

Assim, em inglês, a palavra “eaves” faz parte da palavra “eavesdropping” e permite o trocadilho na fala de Sam, o que não é possível em português, já que “beiral” nada tem a ver com “espiar” ou “espionar”. Devido a essa impossibilidade de estabelecer o trocadilho em português com essas palavras, Esteves traduz “eaves” por “segredos”, adaptando a palavra ao contexto produzido pelo verbo “espionar”.

Um outro resíduo singular pode ser encontrado na seqüência, em que Sam, temeroso da reação de Gandalf, pede ajuda a Frodo dizendo “Don’t let him hurt me, sir! Don’t let him turn me into anything unnatural!” (p. 62). Rocha traduz “Não deixe ele me machucar! Não deixe ele me transformar num bicho!” (p. 65) e na Esteves traduz por “Não deixe que ele me machuque, senhor! Não deixe que ele me transforme em alguma coisa apavorante!” (p. 65). São interessantes as duas traduções de “anything unnatural” (“algo não-natural, anormal”): Rocha traduz por “bicho”, palavra que remete a “animal”, algo natural, por assim dizer; Esteves traduz por “coisa apavorante”, escrevendo-se no texto, já que algo “não-natural” não necessariamente é “apavorante”. A tradução de Esteves, no entanto, é válida e

³⁵ Tradução de: “to listen secretly to other people’s conversation. In this way one often hears things which are private or secret and it is thought to be a dishonest thing to do”.

³⁶ Tradução de: “the edges of a roof which come out beyond the walls”.

só chama a atenção durante o cotejo com o original ou durante a leitura da tradução de Rocha, adaptando-se ao contexto, já que Sam imagina que Gandalf, um mago, o transformará, para castigá-lo, em alguma coisa muito feia, que provoque medo, que apavore.

Outra ocorrência de resíduo singular que merece uma análise um pouco mais detida pode ser encontrada na passagem seguinte: ao chegarem a Bri, uma cidade de homens e hobbits, Frodo, Sam, Merry e Pippin encontram uma estalagem que, segundo o narrador, tem uma placa com a figura de “a fat white pony reared up on its hind legs. Over the door was painted in white letters: THE PRANCING PONY by BARLIMAN BUTTERBUR” (p. 149).

A tradução de Rocha diz que havia a figura de “um vasto pônei branco empinado sobre as patas traseiras. Na porta pintara-se em letras brancas: O PÔNEI EMPINADO, de Ceveiro Sombreiro” (p. 154). Já a tradução de Esteve traz a figura de “um pônei branco e roliço, empinado sobre as patas traseiras. Sobre a porta estava pintado, em letras brancas: *O Pônei Saltitante de Cevado Carrapicho*” (p. 160).

Segundo o dicionário *Longman*, o verbo “prance”, origem do adjetivo “prancing”, que faz parte do nome da estalagem, significa “(referente a um animal, especialmente um cavalo) pular alto ou mover-se rapidamente levantando as patas dianteiras e lançando-se sobre as patas traseiras” (p. 1032)³⁷ e, de acordo com o dicionário *Michaelis*, o verbo significa “empinar”, o que nos levaria ao

³⁷ Tradução de: “(of an animal, esp. a horse) to jump high or move quickly by raising the front legs and springing forwards on the back legs”.

adjetivo “empinado”. Assim, o nome da estalagem seria “O Pônei Empinado”, como pode ser encontrado na tradução de Rocha. Já na tradução de Esteves, a estalagem é “O Pônei Saltitante”, embora no período anterior, em que o narrador apresenta o nome da estalagem, a figura da placa seja descrita como um pônei “empinado sobre as patas traseiras” (ESTEVES, p. 160).

Durante a leitura da tradução de Esteves esse resíduo singular passa despercebido pelo leitor, já que, apesar de o pônei da placa estar empinado, nada impede que o nome da estalagem seja “O Pônei Saltitante”. Contudo, durante a leitura da tradução de Rocha, esse nome chama a atenção devido à diferença entre os nomes da estalagem que salta aos olhos, já que se trata de um local bastante importante na história, onde os hobbits encontram Passolargo, um guardião. Assim, a tradução de Esteves é fruto de uma interpretação da tradutora que se encaixa no contexto e, por isso, é aceita pelo leitor sem problemas.

Uma outra passagem em que podem ser encontrados três resíduos singulares ocorre no seguinte contexto: na estalagem, Frodo acaba colocando o anel no dedo e desaparece na frente de todos, chamando muito a atenção. Passolargo, sabendo da existência do anel, vai conversar com Frodo, que fica desconfiado. O narrador nos apresenta o pensamento de Frodo: “He suspected now that he had fallen in with a rascal, and he thought uncomfortably that he had brought only a little money with him. All of it would hardly satisfy a rogue, and he could not spare any of it.” (p. 160). Rocha traduz a passagem por “Desconfiava que se tinha envolvido com um canalha e pensou, algo preocupado, que trouxera

pouco dinheiro. O total dificilmente satisfaria um embusteiro e não poderia dispor da menor parcela dele.” (p. 164), e Esteves por

Suspeitava agora que tinha caído nas mãos de um chantagista, e lembrava com certo desconforto que tinha trazido apenas uma pequena quantia em dinheiro. Tudo o que tinha mal satisfaria um patife daqueles, e ao mesmo tempo não era dinheiro que pudesse jogar fora. (p. 173)

Gostaria de chamar a atenção para as palavras “rascal” e “rogue”. Segundo o *Longman*, “rascal” é “uma pessoa desonesta” (p. 1088)³⁸ e “rogue” também é “uma pessoa desonesta, especialmente um homem” (p. 1139)³⁹.

Esteves traduz “rascal” por “chantagista” e “rogue” por “patife daqueles”; no primeiro caso, Esteves transforma uma pessoa desonesta em um chantagista e, no segundo, intensifica o caráter desonesto do patife adicionando a palavra “daqueles”. Ambas as escolhas são perfeitamente aceitáveis e se encaixam no contexto, já que Passolargo sabe de um segredo muito importante de Frodo e este, não sabendo quais as intenções daquele, julga-o da pior maneira possível. Contudo, são escolhas que permitem inferir sentidos que o original não permite, o que caracteriza essas escolhas como inscrições da tradutora no texto.

Um outro resíduo singular ocorre na tradução de “a little money”. Rocha traduz essa expressão por “pouco dinheiro”, já Esteves traduz por “uma pequena quantia em dinheiro”. Essa expressão “ter quantia em dinheiro”, muito usada atualmente quando se vai comprar alguma coisa, geralmente implica que se tem dinheiro vivo e que também se tem valor monetário em alguma outra forma,

³⁸ Tradução de: “a dishonest person”.

³⁹ Tradução de: “a dishonest person, esp. a man”.

cheque ou cartão de crédito, por exemplo. É desnecessário dizer que isso não acontece no livro; a opção de Esteves pode ser sido motivada por esse fator econômico, o fato de que hoje dispomos de valor monetário em muitas formas; ao mesmo tempo, esse fator econômico torna possível a existência desse resíduo singular, já que o leitor aceita a opção de Esteves sem problemas, o que talvez não acontecesse há alguns anos quando o dinheiro apenas existia em forma de cédulas ou moedas.

Depois de deixarem o Pônei Saltitante acompanhados de Passolargo, os hobbits se dirigem a Valfenda; durante essa parte da viagem, Frodo reflete sobre o fato de haver colocado o anel no dedo quando estava na estalagem: “He bitterly regretted his foolishness, and reproached himself for weakness of will; for he now perceived that in putting on the Ring he obeyed not his own desire but the commanding wish of his enemies” (p. 194). Rocha assim traduz essa passagem: “Arrependeu-se amargamente de sua tolice e se reprovou pela pusilanimidade. Pois compreendeu que, ao colocar o Anel, obedecera não à sua vontade, mas ao comando de seus inimigos” (p. 200); na tradução de Esteves tem-se: “Arrependia-se amargamente de sua tolice, reprovando sua pouca determinação. Agora percebia que, tendo colocado o Anel, havia obedecido não apenas ao seu próprio desejo, mas também à vontade imperativa dos inimigos” (p. 211).

Como pode ser percebido por essa passagem, pela leitura do original e da tradução de Rocha, Frodo não desejava colocar o anel, mas foi comandado pelos inimigos. Por outro lado, na tradução de Esteves, além da vontade dos inimigos, existe o desejo de Frodo em colocar o anel. No momento em que Frodo coloca o

anel na estalagem, ele se encontra em uma situação de extrema exposição e é “tomado pelo desejo de colocá-lo e desaparecer daquela situação imbecil” (ESTEVES, p. 166). Assim, inicialmente havia o desejo de Frodo em colocar o anel, e Esteves reafirma esse desejo na passagem acima, embora o trecho citado do texto original não o faça. Por esse motivo, esse “acréscimo” constitui um resíduo singular, já que, não podendo ser considerado um erro, se adapta ao contexto e passa despercebido pelo leitor.

No caminho para Valfenda, os viajantes encontram um amigo, Glorfindel, um elfo habitante de Valfenda. O narrador assim o descreve: “No others that dwelt in the wide world had voices so fair to hear. But there seemed to be a note of haste or fear in his call” (p. 204). Na tradução de Rocha, a descrição é “Não vivia ninguém no mundo com voz tão bela de se ouvir. Mas parecia haver um nota de urgência ou temor no seu saudar” (p. 211); na de Esteves, “Nenhuma outra criatura habitante do vasto mundo tinha uma voz tão bela e agradável de escutar. Mas parecia haver um tom de aflição naquele chamado” (p. 222). Esteves escreve-se duas vezes nessa passagem: primeiramente ela desdobra o adjetivo “fair” em dois (bela e agradável) e, depois, engloba os substantivos “haste” (pressa) e “fear” (medo) em apenas um (aflição). Com isso, Esteves enfatiza o lado positivo da situação, amenizando o lado negativo e construindo uma cena mais leve que a cena do original. Assim, essas ocorrências podem ser classificadas como resíduos singulares, já que revelam a tradutora na tradução.

Outro resíduo singular pode ser encontrado na seguinte passagem, em que o narrador descreve o estado de espírito de Frodo em meio a uma festa de

Valfenda: depois de observar o salão, a música e os convidados, Frodo se sente como sob o efeito de um encantamento que se torna cada vez mais parecido com um sonho. Por fim, o narrador relata: “Swiftly he sank under its shining weight into a deep realm of sleep” (p. 227), Frodo dorme e começa a sonhar. Rocha traduz essa passagem da seguinte forma: “Rapidamente afundou sob esse peso faiscante, no reino profundo do sono” (1975, p. 35), e Esteves traduz: “Rapidamente afundou sob aquele peso brilhante, entrando num mundo profundo de sonho” (p. 246). O fato de Esteves haver traduzido “sleep” por “sonho” constitui um resíduo singular que pode ter sido motivado pelo próprio contexto em que essa passagem ocorre: o narrador nos diz que o encantamento vai se tornando um sonho e depois que Frodo dorme, o narrador passa a relatar ao leitor os sonhos do hobbit. Por esse motivo, essa inscrição da tradutora encaixa-se perfeitamente na obra e passa despercebida aos olhos do leitor.

Durante o Conselho de Elrond, em que se discute quem deverá ser o portador do anel, Bilbo, depois de uma fala de Elrond, pronuncia-se da seguinte maneira: “It is plain enough what you are pointing at” (p. 263). Na tradução de Rocha, Bilbo diz: “Compreendo onde quer chegar” (p. 70); na tradução de Esteves: “Está claro que é para mim que está apontando” (p. 285). Esteves escreve-se na tradução e adianta uma informação que será fornecida ao leitor no período seguinte: a desconfiança de Bilbo de que Elrond acha que ele deve ser o portador do anel. Essa ocorrência constitui, pois, um resíduo singular e, por não se tratar de um erro, só pode ser percebida no cotejo com o original ou na leitura da tradução de Rocha.

Depois de falhar na tentativa de atravessar a montanha Caradhras, a sociedade decide esperar até o amanhecer e acampar aos pés da montanha, mesmo correndo o perigo de ser atacada por lobos que rondavam o local. Durante uma conversa com Sam, Pippin lamenta-se: “I wish I had taken Elrond’s advice. [...] I am no good after all” (p. 290), fala traduzida por Rocha como “Pena que não aceitei o conselho de Elrond! Não presto mesmo, Sam” (p. 96) e por Esteves como “Gostaria de ter obedecido o conselho de Elrond. [...] Afinal de contas, não sou bom o suficiente (p. 316). O conselho de Elrond a ele e a Merry foi de que eles deveriam voltar ao Condado, pois não poderiam fazer muito para ajudar Frodo em sua jornada a Mordor.

Gostaria de chamar a atenção, primeiramente, para o verbo “take”, que o *Longman*, na sétima acepção, associado principalmente ao substantivo “advice” remete a “aceitar como verdadeiro ou digno de atenção” (p. 1348).⁴⁰ Esteves traduz a locução verbal “had taken Elrond’s advice” por “ter obedecido o conselho de Elrond”, transformando o conselho em uma ordem que, no caso, não foi obedecida pelo hobbit. Essa ocorrência constitui uma inscrição da tradutora no texto, um resíduo singular provavelmente motivado pelo fato de Elrond ser senhor de Valfenda, um elfo muito sábio que comanda muitos outros elfos, que dá ordens que são respeitadas e obedecidas por todos. Por esse motivo, a tradução de Esteves é aceitável, mas, diferentemente da maioria dos resíduos singulares, pode ser percebida durante a leitura da tradução, já que conselhos normalmente são

⁴⁰ Tradução de: “to accept as true or worthy of attention”.

aceitos e não obedecidos e o leitor pode estranhar a construção “obedecer o conselho”.

Ainda na passagem acima, pode-se encontrar outro resíduo singular. A expressão “no good”, segundo o dicionário *Random House* (1994), significa “sem valor ou mérito; imprestável; desprezível”.⁴¹ Rocha a traduz por “não presto” e Esteves, traduzindo-a por “bom o suficiente”, escreve-se na tradução, já que no original o hobbit se desvaloriza por completo e na tradução de Esteves, ele se considera bom, sim, mas não o suficiente para vencer os obstáculos da viagem. Essa ocorrência constitui, pois, um resíduo singular da tradutora.

Para chegar às portas das Minas de Moria, a sociedade tem que atravessar um lago de águas escuras e sujas. Durante a travessia, ouve-se: “a swish, followed by a plop, as if a fish had disurbed the still surface of the water” (p. 294). Rocha assim traduz esse trecho: “um chiado seguido de um plop, como se algum peixe houvesse perturbado a imóvel superfície do lago” (p. 100); “um zunido, seguido de outro barulho, como se algo tivesse caído na água, ou como se um peixe tivesse perturbado a superfície parada da água” (p. 321) é a tradução de Esteves. Como pode ser percebido, Esteves traduz a onomatopéia “plop” por “outro barulho, como se algo tivesse caído na água”, fornecendo ao leitor uma outra associação possível em relação à causa do barulho, associação que o leitor do original provavelmente não fará. Esse “acréscimo” de sentido constitui um resíduo singular, uma inscrição de Esteves na tradução.

⁴¹ Tradução de: “without value or merit; worthless; contemptible”.

Depois de atravessarem as Minas, os companheiros que formam a sociedade do anel chegam à Floresta de Lórien, reino dos elfos, morada de Galadriel. Os elfos não são amigos dos anões e não deixam que nenhum anão atravesse a sua floresta. Dessa forma, tentam impedir que o anão Gimli entre e acompanhe seus amigos. Frodo interfere a seu favor, dizendo que ele não é um anão qualquer e que, em suas palavras, “Elrond himself chose him to be one of our companions” (p. 334), fala que Rocha traduz por “o próprio Elrond escolheu-o para nos acompanhar” (p. 134) e Esteves por “foi o próprio Elrond quem o escolheu para ser um de meus companheiros” (p. 364). Esteves traduz o pronome possessivo “our” por “meus”, mudando o enfoque da fala de Frodo: no original o hobbit posiciona-se como um entre os outros membros da sociedade; na tradução de Esteves Frodo se coloca como membro principal da sociedade, sendo os outros seus companheiros. Essa tradução constitui um resíduo singular e não é percebido pelo leitor da tradução, sendo notado apenas durante o cotejo com o texto original.

Por fim, depois de muita discussão, os elfos concordam em deixar que Gimli entre em sua floresta, mas com a condição de que ele fosse vendado. Para que o anão não sofresse essa humilhação, todos os companheiros concordam em serem vendados junto com ele. Quando a venda é retirada de todos, o narrador descreve a sensação de Frodo ao ver o reino dos elfos: “All that he saw was shapely, but the shapes seemed at once clear cut, as if they have been first conceived and drawn at the uncovering of his eyes, and ancient as if they had endured for ever” (p. 341). A tradução de Rocha para essa passagem é: “Cada coisa tinha uma forma linda, formas que pareciam ao mesmo tempo nítidas, como

se nascidas ao abrir de seus próprios olhos, e velhas como se fossem eternas” (p. 141); e a tradução de Esteves é: “Tudo que via parecia harmonioso, mas as formas pareciam novas, como se tivessem sido concebidas e desenhadas no momento em que lhe tiraram a venda dos olhos, e ao mesmo tempo antigas, como se tivessem existido desde sempre” (p. 372).

Chamo a atenção para a definição do dicionário *Random House* para a expressão “clear cut”, a saber, “formado por ou de contornos claramente definidos”.⁴² Dessa forma, traduzindo essa expressão por “novas”, Esteves se escreve na tradução, já que essa ocorrência possibilita a atribuição de sentidos bem diferentes daqueles possibilitados pelo original. A palavra “ancient” (traduzida por Esteves como “antigas”) encontrada logo em seguida e em situação de oposição à “clear-cut” (as formas pareciam, ao mesmo tempo, “clear-cut” e “ancient”) pode ter motivado a tradução dessa expressão por “novas” (em oposição à “antigas”), ocorrendo, assim, um resíduo singular perfeitamente adequado ao contexto da obra.

Ao encontrar-se com Galadriel, a senhora de Lórien, Frodo oferece a ela o anel, julgando-a mais competente para cuidar do anel. Ela, num primeiro momento, segundo o narrador, “parecia agora de uma altura incalculável, e de uma beleza insuportável, terrível e digna de adoração” (ESTEVES, p. 389). Entretanto, num segundo momento, ela volta a si e, então, parece “a slender elf-woman, clad in simple white, whose gentle voice was soft and sad” (p. 356), trecho traduzido por Rocha como “uma esguia mulher-elfo, vestida de branco, de

⁴² Tradução de: “formed with or having clearly defined outlines”.

voz doce e triste (p. 155), e por Esteves como “uma mulher élfica frágil, vestida num traje simples e branco, cuja voz gentil era suave e triste” (p. 389).

Esteves transforma Galadriel num ser frágil, possibilitando, com sua tradução, uma interpretação diferente da possibilitada pelo original, já que, segundo o *Longman*, o adjetivo “slender” não faz nenhuma referência a fragilidade, mas a “delicadamente ou graciosamente magro; não gordo” (p. 1245).⁴³ Essa ocorrência pode ser classificada, portanto, como um resíduo singular, que é perfeitamente apropriado à situação, já que, primeiramente, sob o efeito do anel, Galadriel revela-se um ser poderoso e terrível, e, depois, “ela ri[...] de novo e eis então que se encolhe[...]” (ESTEVES, p. 389), parecendo a Frodo uma mulher frágil se comparada com a que se revelara minutos antes.

Depois de rompida a sociedade, Merry e Pippin são levados pelos orcs e Aragorn, Legolas e Gimli resolvem ir atrás dos orcs para resgatar os hobbits. Por muito dias os companheiros viajam atrás deles e, no terceiro dia, o narrador anuncia: “so the third day of their pursuit began” (p. 417). A tradução de Luiz Alberto Monjardim é: “e assim deu-se início ao terceiro dia da caçada” (1975, p. 29); a de Esteves é: “assim começou o terceiro dia de sua busca” (2000b, p. 19). O substantivo “pursuit” é derivado do verbo “persue”, que, segundo o dicionário *Longman*, significa “seguir, especialmente com o intuito de capturar, matar ou derrotar” (p. 1069).⁴⁴ Desse modo, traduzindo o substantivo “pursuit” por “busca”, Esteves se escreve na tradução, já que os companheiros não estavam apenas buscando alguma coisa, eles estavam caçando os orcs que haviam

⁴³ Tradução de: “delicately or gracefully thin in the body; not fat”.

⁴⁴ Tradução de: “to follow, esp. in order to catch, kill, or defeat”.

capturado Merry e Pippin. Esse propósito fica bem claro quando eles resolvem sair atrás dos orcs e Aragorn diz: “We will make such a chase as shall be accounted a marvel among the Three Kindreds: Elves, Dwarves, and Men. Forth the Three Hunters!” (p. 410), passagem traduzida por Esteves como “Faremos uma caçada que será considerada um prodígio nos Três Reinos: dos elfos, anões e homens. Lá vão os Três Caçadores!” (p. 12).

Outro resíduo singular pode ser encontrado na fala de Gimli ao final desse terceiro dia: “Three suns already have risen on our chase and brought no counsel” (p. 419). Na tradução de Monjardim, a fala fica “Três sóis já se levantaram à nossa frente e não trouxeram nenhum conselho” (p. 32). Já na tradução de Esteves tem-se: “Três sóis já nasceram em nossa busca, e nenhum trouxe bons conselhos” (p. 22). Como se pode notar, a partir do original, o leitor entende que durante os três dias que se passaram os viajantes não receberam nenhum conselho; já na tradução de Esteves, eles podem ter recebido conselhos, mas nenhum que fosse bom. Assim, a tradução de Esteves desse trecho, possibilitando interpretações bem diferentes das possibilitadas pelo mesmo trecho no original, constitui um resíduo singular.

Durante a caçada aos orcs, os companheiros encontram os cavaleiros de Rohan e perguntam-lhes a quem eles servem, ao que Éomer, sobrinho do rei, responde: “We do not serve the Power of the Black Land far away, but neither are we yet at open war with him” (p. 423). Monjardim assim traduz a resposta de Éomer: “Não servimos ao Poder da Terra Negra, mas também não chegamos a declarar-lhe guerra abertamente” (p. 37); Esteves traduz a mesma fala por: “Não

servimos ao Poder da Terra Negra distante, mas também não estamos em guerra declarada contra ele” (p. 26). Pela leitura do original, pode-se interpretar que Rohan ainda não declarou guerra à Terra Negra, mas que isso pode acontecer em breve. O advérbio “yet” possibilita essa interpretação nesse contexto. Já a tradução de Esteves apenas afirma que Rohan não está em guerra declarada com a Terra Negra, não fazendo referência à possibilidade de isso ocorrer ou não.

Depois de conseguirem escapar dos orcs, Merry e Pippin entram em Fangorn, a floresta de Barbárvore, e, depois de andarem por um tempo, começam a escalar uma muralha rochosa. Segundo o narrador, “they climbed and scrambled up the rock” (p. 451), passagem que Monjardim traduz por “Escalaram apressadamente o rochedo” (p. 78), e que Esteves traduz por “Foram escalando a rocha com dificuldade” (p. 59). Chamo a atenção para o verbo “scramble”, que é definido pelo dicionário *Longman* como “mover-se ou escalar rapidamente, especialmente uma superfície irregular ou íngreme” (p. 1181).⁴⁵

Assim, a tradução de Esteves do verbo “scramble” por “com dificuldade” possibilita interpretações bastante diferentes das que se faz ao ler o original ou mesmo a tradução de Monjardim, constituindo, pois, um resíduo singular que pode ter sido motivado pelo período seguinte, que diz que “se a escada tivesse sido feita, destinava-se a pés maiores e pernas mais compridas que as deles”. Desse modo, o fato de a suposta escada não ser apropriada a hobbits pode ter levado Esteves a traduzir “scramble” por “com dificuldade”. Além disso, o mesmo período faz que a tradução seja apropriada e não cause estranhamento

⁴⁵ Tradução de: “to move or climb quickly, esp. over a rough or steep surface”.

no leitor: eles subiam com dificuldade porque a escada não era apropriada a seus pés e pernas pequenos.

É interessante notar também que o verbo “climb”, no original, está no “simple past” (“climbed”), tempo verbal que indica uma ação já concluída; Esteves, no entanto, traduz o verbo por “foram escalando”, uma locução verbal que dá ao leitor a impressão de que a ação acontecia aos poucos e que também ajuda a contextualizar a inscrição de Esteves na obra.

Gandalf, depois de reencontrar Aragorn, Legolas e Gimli, resolve ir a Rohan e, para isso, chama Scadufax com um assobio. O cavalo obedece. Segundo o narrador, “as soon as Shadowfax saw Gandalf, he checked his pace and whinnied loudly; then trotting gently forward” (p. 493) ele se aproximou de Gandalf. Na tradução de Monjardim tem-se: “tão logo Sombraseda tomou vista de Gandolfo, refreou o passo e relinchou alto; depois trotou maciamente em sua direção” (p. 137). Já na de Esteves tem-se: “assim que Scadufax viu Gandalf, apertou o passo e relinchou alto; depois, trotando suavemente, aproximou-se” (p. 102).

Segundo o *Longman*, o verbo “check”, em sua terceira acepção, remete a “parar, controlar ou deter; refrear” (p. 203).⁴⁶ Dessa forma, pela leitura do original entende-se que o cavalo, ao ver Gandalf, parou de correr e começou a trotar; já a tradução de Esteves (“apertou o passo”) permite interpretação bem diferente: o cavalo teria, ao contrário, corrido ainda mais rápido e, somente depois, começado a andar mais devagar. Essa ocorrência, a tradução de Esteves do verbo “checked”

⁴⁶ Tradução de: “to stop, control, or hold back; restrain”.

por “apertou o passo”, constitui, pois, um resíduo singular que se adapta ao contexto, já que o cavalo é muito apegado ao mago e, tamanha a felicidade em vê-lo, pode ter corrido mais rápido para encontrá-lo.

Enquanto isso, Frodo e Sam levam o anel a Mordor; no caminho encontram Gollum descendo de um penhasco. Ao vê-lo, Sam diz: “Look at him! Like a nasty crawling spider on a wall” (p. 598), fala traduzida por Monjardim da seguinte forma: “Olhe para ele! Arrastando-se como uma aranha pela parede” (1976, p. 17), e por Esteves como “Olhe para ele! Parece uma aranha rastejando numa parede” (p. 221). Gostaria de chamar a atenção para a palavra “nasty” que pode ser encontrada no original e que, segundo o *Longman*, em sua segunda acepção, significa “muito feio ou desagradável de ver, sentir o gosto, o cheiro, etc.” (p. 881).⁴⁷ Apesar de dizer muito a respeito da sensação de Sam ao ver Gollum, nenhuma das duas traduções fazem referência ao adjetivo. Dessa forma, não possibilitando ao leitor, como faz o original, a interpretação de que, para Sam, Gollum era desagradável, Esteves mais uma vez escreve-se na tradução.

Outro resíduo singular pode ser encontrado no trecho transcrito a seguir, que relata a reação de Sam ao ser agarrado por Gollum na toca de Laracna: “Fury at the treachery, and desperation at the delay when his master was in deadly peril, gave to Sam a sudden violence and strength that was far beyond anything that Gollum had expected from this slow stupid hobbit, as he thought him.” (p. 709-710).

Monjardim assim traduz essa passagem:

⁴⁷ Tradução de: “very ugly or unpleasant to see, taste, smell, etc.”.

A fúria causada por aquela traição, e o desespero ante à sua demora, justo quando o seu Amo corria perigo de vida, deram a Sam uma força e violência repentinas que estavam muito além do que Gólum esperava de um *hobbit* lerdo e estúpido como era Sam, no seu entender. (p. 149)

Na tradução de Esteves tem-se:

A fúria diante da traição e o desespero em ser detido quando seu mestre corria um perigo mortal deram a Sam uma repentina violência e uma força que estava além de qualquer coisa que Gollum tinha esperado daquele hobbit que considerava parvo e estúpido. (p. 346-347)

Como se pode perceber, pela leitura do original e da tradução de Monjardim, interpreta-se que Gollum considerava Sam um hobbit lerdo; já pela leitura da tradução de Esteves, Sam, no entender de Gollum, era parvo, tonto e não lerdo. Dessa forma, a tradução de “slow” por “parvo” constitui um resíduo singular, já que as duas palavras constroem sentidos bem diferentes.

Nos Campos do Pelennor, região que rodeia Minas Tirith, principal cidade de Gondor, o exército de Rohan luta contra os servidores de Sauron. O rei Théoden vê-se frente a frente com o Senhor dos Nazgûl e é ferido por ele. Sua sobrinha, para protegê-lo, enfrenta o espectro do anel, que lhe diz: “No living man may hinder me!” (p. 823). A tradução de Monjardim é: “Nenhum homem vivo é capaz de deter-me!” (1979, p. 111) e a de Esteves: “Nenhum homem mortal pode me impedir!” (2000c, p. 107). Segundo o dicionário *Longman*, o adjetivo “living” significa “vivo agora” (p. 774)⁴⁸ e a tradução de Esteves desse adjetivo por

⁴⁸ Tradução de: “alive now”.

“mortal” constitui um resíduo singular, já que “mortal”, segundo o *Aurélio* (1999), significa “sujeito à morte” e, desse modo, possibilita interpretações bastante diferentes das possibilitadas pelo original.

Ao ler o original, o leitor entende que nenhum homem existente no momento pode deter o Senhor dos Nazgûl; por outro lado, lendo a tradução de Esteves, entende-se que nenhum homem mortal, que exista no momento ou que ainda venha a nascer, pode fazer isso, ou seja, que apenas um outro tipo de ser poderia impedi-lo.

Conforme pode ser observado pelos trechos analisados, a tradutora escreve-se inevitavelmente na tradução, produzindo resíduos singulares que a revelam como um sujeito pertencente a um contexto social, cultural, lingüístico, etc. Contudo, o que diferencia a tradução de Esteves de uma outra tradução que fosse realizada dentro desse mesmo quadro social, são os fatores inconscientes e suas experiências pessoais, que determinam a forma como cada tradutor ativa e percebe o contexto social por assim dizer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não apenas a tradução, mas tudo o que se pode fazer, tudo que é produto do homem está intimamente ligado e determinado pela subjetividade do sujeito.

Como explica Arrojo,

como a relação entre sujeito e objeto é necessariamente marcada pelas circunstâncias que constituem esse sujeito, essa realidade e essa relação, nosso destino humano é produzir conhecimentos inevitavelmente gerados a partir da interpretação, da perspectiva, da ideologia, do sócio-cultural e do subjetivo. (1992, p. 77)

Nesse sentido, a tradução, como produção de conhecimento, não é um processo mecânico de transporte neutro de significados de uma língua para outra; a tradução é uma transformação regulada por certos fatores e elementos que definem, num determinado momento e para um determinado texto, o que é aceitável e o que não é. O resíduo e a singularidade possibilitam uma melhor compreensão desses fatores e elementos que entram no jogo da tradução e que, ao mesmo tempo em que determinam o trabalho do tradutor, também explicam por que o tradutor inevitavelmente interfere, faz parte do jogo de tradução de um texto de uma língua para outra.

O resíduo, como foi visto, enfoca os fatores sociais que se relacionam ao sujeito-tradutor, como o contexto, os valores predominantes na sociedade em que o indivíduo se insere, sua situação econômica, sua cultura, entre outros. Já a singularidade analisa a influência determinante do inconsciente do tradutor na

forma como ele interpreta o texto original e nas escolhas que ele realiza ao escrever uma tradução.

Em uma tentativa de abranger todos esses fatores e poder analisar o trabalho do tradutor levando em consideração tanto os fatores sociais como os inconscientes e as experiências pessoais do sujeito, associei o resíduo à singularidade, o que resultou em uma terceira noção que denominei “resíduo singular”, uma inscrição do tradutor no texto que produz. Essa inscrição independe da vontade deliberado do tradutor para ocorrer, já que só se constitui como tal ao ser percebida pelo leitor durante o cotejo da tradução com o original, durante a leitura de uma outra tradução da mesma obra ou, eventualmente, durante a leitura apenas de uma tradução; essa percepção acontece porque o leitor, ao ler a tradução e o original, ou as duas traduções, atribui sentidos bem diferentes a períodos ou trechos dos textos comparados.

Escrevendo-se na tradução por meio dos resíduos singulares, o tradutor não é mais considerado invisível e é visto como parte constitutiva dela. Conforme mostrei por meio da exposição e da análise de suas falas e textos, Lenita Esteves parece estar ciente de sua visibilidade inevitável, compartilhando das concepções pós-estruturalistas da tradução, segundo as quais a “verdade”, o significado, e o próprio texto são construídos pelo sujeito, não estando previamente definidos quando um tradutor se propõe a traduzir um texto. Assim, ao traduzir os antropônimos e topônimos da obra de Tolkien, Esteves contou com a ajuda do guia de nomes escrito pelo autor e fornecido a ela pela editora. Esse guia de nomes, contudo, como qualquer texto, também está sujeito a interpretações e, por

isso, nem sempre garantiu que a tradução dos nomes ocorresse da forma como queria o autor. Como demonstrei, Esteves, na maioria das vezes segue as instruções do autor, mas, em alguns casos, outros fatores (lingüísticos, culturais, sociais) têm um peso maior na forma como a tradutora traduz alguns nomes.

Expor a forma como Esteves concebe sua prática é muito relevante para este trabalho, já que “à medida que se reconhece o caráter transformador e produtivo da tradução, o papel inquestionavelmente autoral do tradutor também tem que ser reconhecido” (ARROJO, 1993, p. 139). Dessa forma, Esteves, ao reconhecer-se como intérprete e produtora de sentidos, também assume seu papel autoral frente às traduções que realiza, incluindo a obra de Tolkien estudada aqui. A assunção desse papel tem conseqüências muito importantes, pois acarreta uma “consciência” da responsabilidade sobre a qualidade do trabalho que se realiza. Assumindo-se autora da tradução de *O senhor dos anéis*, Esteves assume a responsabilidade por suas escolhas, pelo texto que escreveu e no qual se escreveu.

Os resíduos singulares identificados por mim na tradução de Esteves da obra de Tolkien mostram que essas inscrições são percebidas de diversas maneiras: como um acréscimo ou uma antecipação de informações que não são fornecidas pelo original naquele momento, como um apagamento de informações que são suscitadas pelo original ou, ainda, possibilitando interpretações distintas das possibilitadas pelo original. Além de poderem ser percebidas de diferentes modos, os resíduos singulares são motivados por um conjunto de fatores que agem ao mesmo tempo e fazem com que o tradutor escreva-se em seu trabalho.

Este trabalho, constituindo-se como uma leitura e análise da tradução de Esteves, também não está isento de resíduos singulares que me escrevam nele, pois como explica Arrojo, “qualquer relação de um sujeito com um objeto-texto sempre deixa um resíduo, um rastro que apenas um outro sujeito imagina poder detectar, deixando, por sua vez, também um excesso de que não pode dar conta” (1993, p. 112). Assim, detectei algumas inscrições de Esteves em seu trabalho; o fiz, contudo, certa de que minhas próprias inscrições em meu trabalho são também inevitáveis.

Refletindo sobre a forma como o tradutor escreve um texto e escreve-se nele, sobre os elementos que determinam essa inscrição e agregando a isso a exposição e análise das concepções de Esteves sobre sua prática e a identificação de alguns resíduos singulares em um de seus trabalhos de tradução, busquei relacionar teoria e prática de tradução, tentando mostrar que a forma como o tradutor concebe o mundo à sua volta e o contexto no qual está inserido é determinante na realização efetiva de seu trabalho e que, desse modo, teoria e prática estão intimamente ligadas e não podem ser pensadas isoladamente.

O resíduo singular, resultante tanto do contexto social, ideológico, cultural, econômico, histórico, em que o tradutor está inserido, quanto da forma como ele atua nesse contexto, que está relacionada a seu inconsciente e a suas experiências pessoais, constitui-se como um ponto de partida mais abrangente para a reflexão teórica e a prática da tradução, podendo ser levado em consideração em estudos que busquem pensar a tradução como uma prática social fruto de um sujeito interpretante e, por isso, inevitavelmente inscrito em seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J. *Letra a letra*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995, apud ESTEVES, 1999.

ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. A noção do inconsciente e a desconstrução do sujeito cartesiano. In: _____. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992, p. 13-19.

_____. A desconstrução do logocentrismo e a origem do significado. In: _____. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992, p. 35-39.

_____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

_____. Prefácio. In: FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas, SP: Pontes, 2000, p. 13-15.

ARROJO, R., RAJAGOPALAN, K. O ensino da leitura e a escamoteação da ideologia. In: ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.

AUBERT, F. H. Descrição e quantificação de dados em tradutologia. *Tradução & Comunicação*, São Paulo, n. 4, p. 71-82, jul. 1984.

BARBOSA, H. G. In: BENEDETTI, I. C., SOBRAL, A. (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 55-70.

BASTIANETTO, P. C. J.-P. Vinay, J. Darbelnet – *Stylistique comparée du français et de l'anglais: méthode de traduction*. In: VIEIRA, E. R. P. (org.) *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, 1996, p. 13-31.

BENEDETTI, I. C. Prefácio. In: BENEDETTI, I. C., SOBRAL, A. (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 17-31.

BRITTO, P. H. In: BENEDETTI, I. C., SOBRAL, A. (orgs.) *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 89-98.

BUARQUE, A. O desafio de transpor *O senhor dos anéis* para o português. *IG*. *IG ler*. Disponível em: <<http://www.ig.com.br/home/igler/artigos/0,,851,00.html>>. Acesso em: 4 set. 2002.

DARBELNET, J., VINAY, J.-P. *Stylistique comparée du français et de l'anglais: Méthode de traduction*. Paris: Didier/Beauchemin, 1960, apud BASTIANETTO, 1996.

DELISLE, J., WOODSWORTH, J. *Os tradutores na história*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1998.

DERRIDA, J. Roundtable on Translation. In: _____. *The Ear of the Other: Otobiography, Transference, Translation*. Trad. Peggy Kamuf. New York: Schocken Books, 1985. p. 91-164.

_____. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

_____. *Gramatologia*. 2. ed. Trad. Miriam Chnaiderman, Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *Sobreviver/Diário de Borda*. Trad. Élide Ferreira. In: FERREIRA, E. *Jacques Derrida e o récit da tradução: o Sobreviver/Diário de Borda e seus transbordamentos*. Campinas, 2003. 244p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). – IEL, UNICAMP, p. 17-85.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO MICHAELIS. Versão 5.0. S.l.: DTS Software Ltda, 1998.

ESTEVES, L. M. R. A manuscritologia e a metafísica da presença: reflexões sobre do [sic] texto original. *Estudos lingüísticos*. Franca, v. 20, p. 149-155, 1991.

_____. *As bruxas de Macbeth no “original” e em quatro traduções brasileiras: a inquisição das diferenças*. Campinas, 1992. 156f. Dissertação (Mestrado em Linguística aplicada à tradução). – IEL, UNICAMP.

_____. Tradução fiel: a quem? a quê? Por quê? *Estudos Acadêmicos Unibero*, São Paulo, ano III, n. 5, p. 64-71, mar. 1997.

_____. *Finnegans wake: Joyce nas fronteiras do sentido. Estudos lingüísticos.* São José do Rio Preto, v. 27, p. 329-331, 1998.

_____. *A (im)possível tradução de Finnegans Wake: Uma investigação psicanalítica.* Campinas, 1999. 172f. Tese (Doutorado em Lingüística). – IEL, UNICAMP.

_____. Tradução: o indecível e o impossível em James Joyce. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 38, p. 13-23, 2000.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI.* Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexikon Informática Ltda., 1999. CD-ROM.

FISH, S. Is There a Text in This Class? In: _____. *Is There a Text in This Class?* The Authority of Interpretative Communities. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, p. 303-321.

FOSTER, R. *The Complete Guide to Middle-Earth.* London: HarperCollins, 1993.

FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise.* Campinas, SP: Pontes, 2000.

GRIGOLETTO, M. A desconstrução do signo e a ilusão da trama. In: ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino.* Campinas: Pontes, 1992.

LECERCLE, J-J. *The Violence of Language.* London: Routledge, 1990.

LEFEVERE, A. The system: patronage. In: _____. *Translation, Rewriting, and the Manipulation of Literary Fame.* London and New York: Routledge, 1992, p. 11-25.

LEITE, N. V. A. A questão da singularidade. In: ____ (org.) *Cadernos de estudos lingüísticos – A singularidade como questão*. Campinas, SP; n. 38, p. 5, jan./jun. 2000.

LIMA, E., SISCAR, M. O decálogo da desconstrução: tradução e desconstrução na obra de Jacques Derrida. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n. esp., p. 99-112, 2000.

LONGMAN Dictionary of English Language and Culture. 7. ed. England: Longman Group UK Limited, 1992.

MOUNIN, G. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.

NEIS, I. A. Por uma gramática textual. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, ano 14, n. 44, p. 20-39, jun. 1981.

QUINION, M. Crumpet. *World Wide Words*. Disponível em: <<http://www.worldwidewords.org/topicalwords/tw-cru1.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2004.

RANDOM HOUSE UNABRIDGED DICTIONARY. Versão 1.7. S.l: Novell, Inc., 1994.

RODRIGUES, C. C. Tradução: a questão da equivalência. *Alfa*, São Paulo, n. 44, p. 89-98, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. 23. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

TOLKIEN, J. R. R. *O senhor dos anéis*. Primeiro livro: a terra mágica. Trad. Antônio Ferreira da Rocha. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

_____. *O senhor dos anéis*. Segundo livro: o povo do anel. Trad. Antônio Ferreira da Rocha. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *O senhor dos anéis*. Terceiro livro: as duas torres. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *O senhor dos anéis*. Quarto livro: a volta do anel. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

_____. *O senhor dos anéis*. Quinto livro: o cerco de Gondor. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

_____. Guide to the names in *The Lord of the Rings*. In: LOBDELL, J. (Ed.) *A Tolkien Compass*. New York: Ballantine Books, 1980, p. 168-215.

_____. *O senhor dos anéis*. Primeira parte: a sociedade do anel. 2. ed. Trad. Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. *O senhor dos anéis*. Segunda parte: as duas torres. 2. ed. Trad. Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2000b.

_____. *O senhor dos anéis*. Terceira parte: o retorno do rei. 2. ed. Trad. Lenita Maria Rímoli Esteves, Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2000c.

_____. *The Lord of the Rings*. London: HarperCollinsPublishers, 2001.

TRADUTORES falam sobre a experiência de traduzir Tolkien. *Sociedade de Tolkien Brasileira*. Disponível em: <http://www.braziliantolkienociety.com.br/a_equipe1.htm>. Acesso em: 05 set. 2002.

VENUTI, L. Call to Action. In: _____. *The Translator's Invisibility*. London: Routledge, 1995, p. 307-323.

_____. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia M. Villela, Marileide D. Esqueda e Valéria Biondo. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Autorizo a reprodução deste trabalho.
São José do Rio Preto, 22 de março de 2005.

PATRÍCIA MARA DA SILVA